

Luciana Santiago Costa



ESPAÇO DO PÚBLICO?
Práticas cotidianas nos Espaços
Públicos do Recife
1920-1940.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ESPAÇO DO PÚBLICO?

PRÁTICAS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO RECIFE:

1920 -1940

LUCIANA SANTIAGO COSTA

Recife,
Fevereiro, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ESPAÇO DO PÚBLICO?

PRÁTICAS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO RECIFE:

1920 -1940

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE pela aluna **Luciana Santiago Costa** para a obtenção do título de Doutor, tendo como orientadora a Prof. Dra. **Ana Rita Sá Carneiro**.

Recife,
Fevereiro, 2011.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

C837e Costa, Luciana Santiago.
Espaço do público? Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife : 1920-1940 / Luciana Santiago Costa. – Recife: O autor, 2011.
238p. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Espaços públicos – Recife (PE). 3. Recife (PE) – História – Séc. XX. 4. Recife (PE) – Usos e costumes. I. Carneiro, Ana Rita Sá (Orient.). II. Título.

711.4

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2011-093)

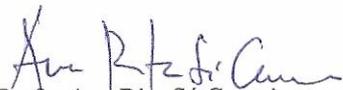


Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

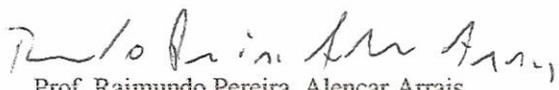
Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda LUCIANA SANTIAGO COSTA.

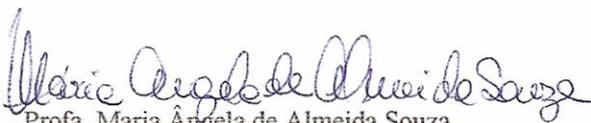
Às 10.00 horas do dia 25 de março de 2011 reuniu-se no Mini Auditório 2, do Centro de Arte e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Ana Rita Sá Carneiro (orientadora), Rita de Cássia Barbosa de Araújo (examinadora externa), Raimundo Pereira Alencar Arrais (examinador externo), Maria Ângela de Almeida Souza (examinadora interna), Luis de la Mora (examinador interno) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "ESPAÇO DO PÚBLICO? Práticas Cotidianas na Formação do Espaço Público do Recife: 1920 -1940", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, à Presidente da Comissão, Profa. Ana Rita Sá Carneiro, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 25 de março de 2011.

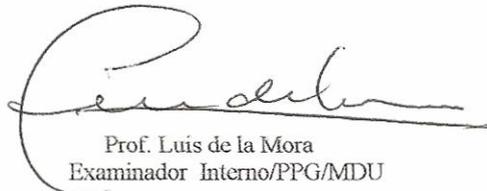
- Indicação da Banca para publicação ()

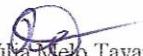

Profa. Ana Rita Sá Carneiro
Orientadora

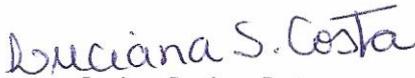

Profa. Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Examinadora Externa/FUNDAJ


Prof. Raimundo Pereira Alencar Arrais
Examinador Externo/UFRN


Profa. Maria Ângela de Almeida Souza
Examinadora Externa/PPG/MDU


Prof. Luis de la Mora
Examinador Interno/PPG/MDU


Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa


Luciana Santiago Costa.
Candidata

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, Davi Santiago Costa Pessoa Ribeiro,
grande amor da minha vida.

Ao meu irmão e eterno amigo Luiz Nelson Santiago
Costa (em memória).

AGRADECIMENTOS

Ao relembrar todas as dificuldades superadas para concluir este trabalho, gostaria de demonstrar minha profunda gratidão às várias pessoas que de alguma forma me deram apoio nessa difícil jornada. Primeiramente a Deus, que inúmeras vezes, quando as coisas pareciam impossíveis, deu-me a persistência para seguir em frente. Aos meus pais sempre presentes. Ao meu filho Davi Santiago, meu grande amor, minha maior fonte de inspiração. À grande amiga Ivana Milosev, pela sua sensibilidade e por estar sempre presente. A amiga Marília Oliveira, pela força em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Ao amigo Francisco Elihimas, sempre presente nas minhas pesquisas, colaborando com a parte gráfica, com a capa, mapas, dentre outras. Aos parentes e amigos sempre presentes: Norma Santiago, Cristina Nunes Santiago e Maria Pessoa Ribeiro. Aos que acompanharam a luta mais de perto, como Lindinalva Vanderlei Feitosa e Leopoldina Macedo, sou grata pelo apoio no decorrer desta pesquisa, sobretudo nos momentos mais difíceis. Ao aluno Emerson José Bezerra, pela ajuda na disponibilização do filme com cenas do Recife antigo. A Kilson Arruda de Melo, pela ajuda a partir da qualificação.

À orientadora Ana Rita Sá Carneiro, pelo acompanhamento de todo o processo do trabalho, dividindo os momentos de dúvidas e de certezas, sempre estimulando e encarando de maneira positiva os desafios colocados. Aos colegas do Laboratório da Paisagem, pelas calorosas discussões que enriqueceram o trabalho. Aos demais professores do doutorado em Desenvolvimento Urbano, por me terem deixado os seus ensinamentos, contribuindo para um melhor resultado deste trabalho. A Luiz de La Mora, pela sua participação e colocações pertinentes sobre a tese. A Edvânia Gomes, por abrir a minha mente para o mundo do conhecimento, pela sua sensibilidade e grande apoio. A Rita de Cássia Araújo e Sylvia Couceiro, pelo acompanhamento do trabalho. Às funcionárias da Biblioteca da Fundaj, Lúcia Gaspar e Virgínia Barbosa, pela ajuda e disponibilidade do material. A Raimundo Arrais, pela inspiração do tema desta tese a partir do seu livro que trata o espaço público do Recife no século XIX, além da sua grande contribuição no projeto de tese.

RESUMO

Esta tese objetiva investigar as práticas cotidianas realizadas no espaço público, em momentos expressivos da vida pública da história do Recife, entre os anos de 1920 e 1940. Visa, portanto, conhecer que público é esse que caracteriza o espaço público do Recife. A intenção é descobrir até que ponto as práticas do cotidiano daquele período influenciaram as práticas atuais, considerando ainda a extensão das atividades em outros espaços.

O ponto de partida foi o estudo de Michel de Certeau (1998) sobre as práticas cotidianas que se insere na Nova História, tendo como foco principal a história da vida cotidiana. Para esse autor, as práticas cotidianas resultam das invenções realizadas por pessoas simples, pelas camadas populares, em reação às ações impostas pelo Estado. Objetiva-se, assim, mostrar o cotidiano dos espaços públicos desta cidade, descrevendo o dia a dia das camadas populares e as ações do poder público. Buscou-se trazer contribuições para o debate do espaço público apresentando dados da pesquisa feita no Recife, no sentido de conferir como essas invenções ocorreram nos espaços públicos desta cidade frente às ações impostas e também descrever os principais espaços públicos onde ocorreram tais ações.

Palavras-Chave: *Espaço público, cotidiano, Estado, camadas populares*

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objectif d'enquêter sur les pratiques quotidiennes réalisées dans l'espace public, à des moments significatifs de la vie publique dans l'histoire de Recife, durant la période de 1920 à 1940, dans le but de comprendre l'espace public d'aujourd'hui, plus précisément de connaître quel genre de public caractérise l'espace public de Recife. Le but en est de découvrir, dans quelle mesure, les pratiques de la vie quotidienne de cette époque ont influencé les pratiques actuelles, tout en considérant l'ampleur des activités dans d'autres espaces.

La référence est l'étude de Michel de Certeau (1998) sur les pratiques quotidiennes qui s'inscrivent dans la Nouvelle Histoire, en se concentrant principalement sur l'histoire de la vie quotidienne. Pour cet auteur, les pratiques quotidiennes sont le résultat des inventions faites par des citoyens ordinaires, par des couches populaires, en réaction aux actions imposées par l'État. L'objectif est donc de montrer le quotidien des espaces publics de cette ville, en décrivant la vie quotidienne des couches populaires et les actions du pouvoir public. Nous prétendons donner notre modeste contribution pour le débat sur l'espace public, en présentant des données d'étude faite à Recife, dans le but de vérifier comment ces inventions ont eu lieu dans les espaces publics de cette ville par rapport aux actions déployées par le pouvoir public et de décrire également, les principaux espaces publics où ces actions se sont produites.

Mots-clés: l'espace public, le quotidien, l'Etat, les couches populaires

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
1.1 UM PASSEIO PELA NOVA HISTORIA	17
1.2 PRÁTICAS COTIDIANAS DE CERTEAU	20
1.3 RAÍZ DO CONCEITO DO PÚBLICO	24
2 CONTEXTUALIZANDO AS PRÁTICAS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	33
2.1 O COTIDIANO DO PAÍS A PARTIR DO INÍCIO DO SÉCULO XX	33
2.2 AÇÕES DO ESTADO NO COTIDIANO DO RECIFE DE 1920 E 1940	45
3 DESVENDANDO AS PRÁTICAS ROTINEIRAS NO RECIFE DE 1920 E 1940	58
3.1 PRÁTICAS DE CONVIVIO SOCIAL	58
3.2 PRÁTICAS DE ESPORTES	134
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	142
4 DESCOBRINDO AS PRÁTICAS EVENTUAIS NO RECIFE DE 1920 E 1940	153
4.1 PRÁTICAS TRADICIONAIS	153
4.2 PRÁTICAS RELIGIOSAS	171
4.3 PRÁTICAS CIVICAS	181
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	194
5 CAMINHANDO PELO RECIFE	202
ESPAÇO DO PÚBLICO?	212
BIBLIOGRAFIA	222

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe investigar os espaços públicos do Recife observando o que as pessoas faziam nesses espaços em certos períodos do passado. O interesse em estudar o espaço público do Recife começou durante a elaboração da dissertação de mestrado em Ciências Geográficas, no ano de 2004, com a abordagem do conceito de “lugar” da Geografia, aplicado ao bairro de Casa Forte. A partir dos discursos dos usuários desse bairro, observou-se que a Praça de Casa Forte, sobretudo pelas atividades cotidianas ali exercidas, foi considerada um local de referência do bairro. Observou-se ainda que, apesar da criação de leis que induziram à valorização imobiliária dessa área, com a introdução de novos usos, a construção de edifícios verticais e a vinda de novos moradores e consumidores, essa praça passou a ser mais utilizada pelo público com o objetivo de exercitar o corpo, fazer caminhadas ou como local de festividades, levando a uma maior identificação dos habitantes, que passaram a atribuir uma forte carga afetiva à área. Logo no início do doutorado, a inquietação em aprofundar o estudo do espaço público se ampliou após cursar a disciplina Conservação do Espaço Público e Paisagem, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Durante o estudo dessa disciplina, foi possível constatar a carência de estudos sobre o tema, sobretudo na cidade do Recife, e mais raros ainda aqueles voltados para o cotidiano da população. Assim, surgiram as primeiras intenções de aprofundar o conhecimento sobre o espaço público, aplicando-o à cidade do Recife.

Dessa maneira, o passo inicial da pesquisa foi entender o que vem a ser o espaço público, pois se constatou que existe uma grande dificuldade em sua conceituação, e que o espaço público é uma categoria de análise complexa, que possui muitos sentidos e interpretações. Para Lavallo (2001), a noção do público possui uma diversidade de sentidos e uma multiplicação de conceitos, com delimitações por vezes confusas, como espaço público, esfera pública, opinião pública, vida pública, dentre outros, podendo-se pensar o espaço público em termos de uma configuração multidimensional. Para Albernaz (In: LIMA e MALEQUE, 2004) possui vários significados, como o que é acessível a qualquer pessoa, o que abriga instituições do Estado, o Estado enquanto cumpridor do bem comum, e também como uma expressão física onde ocorrem processos sociais. Para Leitão (2002), o conceito de

espaço público varia em função do corpo teórico que se trabalha, podendo ser compreendido a partir da filosofia, associando a ideia do direito à palavra; na sociologia, como o espaço das relações sociais, e no urbanismo como um espaço físico, aberto e acessível a todos.

A partir de diversas contribuições da literatura pesquisada, foi possível evidenciar que o espaço público possui várias dimensões. Uma delas é a dimensão física, quando ele se concretiza em forma de uma praça, uma rua, ou seja, uma configuração física que serve de suporte às diversas atividades urbanas: a dimensão social, como palco de ações sociais, de práticas e dinâmicas sociais, local da vida pública, local de trocas cotidianas e do convívio social; a dimensão política, quando destaca os processos políticos, a influência das ações do Estado e dos mecanismos institucionais na vida pública, assim como quando ele exerce o papel de uma arena onde acontecem debates e diálogos políticos que abordam a maneira como os indivíduos se posicionam em relação à política; a dimensão da comunicação, quando os meios de comunicação agem intermediando as relações entre as instituições políticas e a sociedade; a dimensão simbólica, que se expressa a partir das experiências vividas nas relações do cotidiano, uma vez que possui a potencialidade de promover a identificação entre os grupos sociais, constituindo assim referência para os seus habitantes.

Ao buscar-se uma maior profundidade na pesquisa, procurou-se limitar o estudo do espaço público às dimensões social e política consideradas principais para a compreensão do mesmo, tendo como base as contribuições teóricas de dois autores que mantêm uma maior presença na literatura que hoje é lida direta ou indiretamente sobre o espaço público, que são Arendt (2000) e Habermas (2003), (1989) e (2007). Esses autores consideram o espaço público como uma esfera pública, onde se desenvolvem ações sociais e ações políticas. Para Arendt (2000), é a esfera pública da ação e do debate, ou seja, da interação entre os indivíduos, da vida pública, da atividade coletiva, assim como o local do discurso político, com decisões por consenso. Para Habermas (2003), (1989), (2007), é a esfera pública da discussão voltada para assuntos políticos, estabelecendo uma razão intersubjetiva que é própria do cotidiano, que passou com o tempo a ser uma esfera mais geral que contém a esfera da política.

Assim, a partir desse recorte inicial, esta pesquisa considera que o espaço público se caracteriza por ações sociais que constituem a vida em público, juntamente com ações políticas, ou seja, os processos políticos.

Como esta pesquisa tem a intenção de abordar a conjunção dos aspectos sociais e políticos, há a necessidade, pois, de um método que abarque várias disciplinas e que se detenha na complexidade da vida em público e da política. Assim, optou-se pelo método histórico, que vem sendo adotado pelos historiadores e que é concebido por alguns como Nova História, História Cultural ou Nova História Cultural. A escolha da Nova História justifica-se porque a sua base filosófica parte da ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída, necessitando da análise das mudanças sociais e políticas. Este trabalho insere-se na Nova História principalmente pelo fato de abordar a história da vida cotidiana, ou seja, do mundo da experiência comum, por valorizar exaustivamente o empírico ao longo da pesquisa de arquivo, e ainda por abordar os aspectos relacionados com o poder, os atores e usos do político. Essa Nova História também vem sendo aplicada no Brasil na área de Arquitetura e Urbanismo, com temáticas que abordam a cidade, as sociabilidades, as representações sociais do urbano, e os estudos na área do imaginário, do patrimônio e da memória (PESAVENTO, 2008).

A partir da Nova História, este trabalho adotou como principal base teórico-metodológica os estudos de Michel de Certeau, que se inserem na Nova História a partir de seus questionamentos à História Cultural, à importância dada à multidisciplinaridade, à preocupação com os aspectos culturais, sobretudo pela sua contribuição ao estudo do cotidiano, do vivido, transformando-o em objeto científico com a teoria das práticas cotidianas. Para ele, as práticas cotidianas incluem uma dialética entre práticas táticas e práticas estratégicas. As práticas táticas são aquelas práticas resultantes do comportamento do homem comum, das pessoas simples das camadas populares, também denominadas de invenções, astúcias, golpes, modos de usar, artes ou maneiras de fazer, que se realizam frente às práticas estratégicas que são as ações impostas, regulamentadas, circunscritas a um determinado espaço. Assim, à medida que ocorrem ações impostas sobre a sociedade, aparecem invenções do homem comum para enfrentar a ordem dogmática das autoridades e instituições (CERTEAU, 1998).

A partir do entendimento das práticas cotidianas de Certeau (1998), esta pesquisa considera que no espaço público se desenvolvem práticas táticas e estratégicas, isto é, no espaço público se desenvolvem práticas do homem comum, entendidas nesta pesquisa como invenções, juntamente com práticas regulamentadas, consideradas como ações impostas. É importante ressaltar que existe um rico e complexo processo de embates e de acordos entre as duas ações. As ações impostas geralmente são exercidas por camadas de maior poder aquisitivo, a partir da força do poder dos governantes, das leis e da polícia, dentre outras, e as invenções são realizadas em sua maioria pelas camadas populares. Dessa maneira, foram adotadas as expressões elite e camadas populares como forma de delimitar certos universos sociais, mas essas envolvem uma diversidade de grupos sociais e não se constituem em blocos distintos (COUCEIRO, 2003). A expressão camadas populares já foi trabalhada na Nova História por alguns autores, tais como Chartier (1995), sobretudo por Certeau, que salientou que as invenções são realizadas pelo homem ordinário, pelas pessoas simples, o popular, o homem comum, as pessoas ocultas, muitas vezes escondidas bem debaixo do poder (CERTEAU, 1998). Esse popular não é definido em si pela hierarquização em classes sociais, mas se refere a pessoas simples, homens e mulheres, camadas *pobres* da cidade, *negros*, dentre outros, que, com suas várias maneiras ou artes de fazer o cotidiano, alteram objetos e códigos. A elite inclui as camadas de maior poder aquisitivo, homens e mulheres, assim como os governantes que produzem normas e modelos sociais de comportamento (COUCEIRO, 2003).

A autora percebeu uma lacuna na história desta cidade em relação ao cotidiano, e dessa maneira optou em compreender as práticas realizadas em períodos passados. Constatou-se que a partir do final do século XIX, principalmente no início do século XX, houve uma mudança vertiginosa nos cenários e comportamentos, sobretudo nas grandes cidades, a qual teve como base o ideal de modernidade que se alastrava pelo mundo. A partir do início do século XX, o Recife, assim como a maioria das cidades brasileiras, passou por grandes mudanças em seu cotidiano, influenciado pelo tipo de vida das camadas abastadas da Europa, e adotaram-se outras formas de agir na sociedade. Tais mudanças foram ampliadas, a partir da década de 1920, quando as cidades brasileiras passaram a ser invadidas pelas novidades e hábitos modernos, e o comportamento da população se espelhou mais

fortemente na Europa, tendo como base os ideais de modernização e progresso. Nos anos 1930 e 1940, com a Segunda Guerra Mundial, o cotidiano também foi invadido por hábitos europeus e americanos, o que induziu a um novo modo de vida. Também, a partir dos anos 1920, e que segue pelos anos 1930 e 1940, observou-se que houve uma tentativa de controle social por parte dos governantes, levando padrões de comportamento voltados para a elite, excluindo dos espaços públicos as camadas populares. Dessa maneira, esta pesquisa adotou como recorte temporal o período entre os anos 1920 e 1940, e o recorte mais específico foi o período em que o Recife foi administrado por Sérgio Loreto, entre 1922 e 1926, e por Agamenon Magalhães, entre 1937 e 1945. O governador Sérgio Loreto e o prefeito Antonio de Góes (1922 a 1926) fizeram várias transformações urbanísticas na cidade incentivando a criação de espaços públicos, tais como praças, o Parque do Derby e a Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, dentre outros, induzindo padrões de comportamento voltados para a elite, gerando com isso o afastamento das camadas populares. O governador Agamenon Magalhães e o prefeito Novaes Filho (1937-1945) implantaram empreendimentos na cidade, tais como o Parque 13 de Maio, além da criação e reforma de algumas praças, o embelezamento da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, a construção da Avenida Guararapes, por exemplo, e tinham o objetivo de disciplinar o comportamento individual e social por meio do domínio absoluto do Estado. Esse foi, portanto, um período singular, com acontecimentos sociais e políticos marcantes para a história da cidade, e que requer um estudo mais aprofundado das práticas cotidianas realizadas nos espaços públicos.

Vale ressaltar que, nesse recorte temporal, a pesquisa deteve-se nos espaços públicos mais utilizados pela população e que mais apareceram nas fontes consultadas. Durante esse período, os espaços públicos mais utilizados foram aqueles localizados na área central da cidade, sobretudo nos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, que eram os locais para onde convergia a maioria da população, e que vão aparecer com maior intensidade na pesquisa. No entanto, no final dos anos 1920 e ao longo dos anos 1930 e 1940 vão surgir novos espaços públicos fora dessa área central, em bairros como Boa Viagem, Derby, Casa Forte, dentre outros, também ilustrados nos capítulos a seguir.

Após essas delimitações, a hipótese da tese é que as práticas cotidianas que caracterizavam os espaços públicos do Recife dos anos 1920 e 1940 se manifestaram sob a forma de invenções e de ações impostas, a partir de embates e de acordos.

A questão central que norteia a pesquisa é: Como essas invenções ocorreram nos espaços públicos do Recife frente às ações impostas? A pesquisa também vai procurar responder outras questões: Como se deram as invenções nos espaços públicos do Recife? Quais foram as ações impostas nesses espaços? Aconteceram reações por parte das pessoas a essas imposições? Quais os principais espaços públicos onde ocorreram as invenções e as ações impostas?

A partir desses questionamentos, este trabalho tem como objetivo geral: Verificar como as práticas cotidianas, sob a forma de invenções e ações impostas, caracterizavam os espaços públicos do Recife entre os anos 1920 e 1940.

Contatou-se uma variedade de práticas cotidianas realizadas nos espaços públicos do Recife nesse recorte temporal, mas optou-se pelo estudo das práticas mais significativas, as mais características do período estudado e que estiveram mais presentes na documentação consultada. Para auxiliar na investigação dessas práticas, buscou-se suporte em Da Matta (1997), que alegou existirem alguns eventos que fazem parte do dia a dia da população, que acontecem com certa repetição e na rotina diária da população, enquanto outros acontecem fora do dia a dia repetitivo. Assim, os eventos repetitivos foram concebidos como práticas rotineiras e os eventos fora desse dia a dia foram concebidos como práticas eventuais.

Para atingir o objetivo proposto, esta tese encontra-se dividida em três partes:

A primeira parte contém o capítulo 1, que versará sobre o percurso teórico-metodológico da pesquisa, ao abordar as principais temáticas da Nova História e o conceito de práticas cotidianas de Certeau. Abordará igualmente a raiz do conceito do espaço público a partir do entendimento de esfera pública de Habermas e Arendt.

A segunda parte contém o capítulo 2, que abordará a mudança de cenários e do cotidiano no Brasil desde o início do século. Tratará também das ações dos governantes a partir de intervenções urbanas que modificaram o cotidiano do Recife dos anos 1920 aos anos 1940.

A terceira parte contém dois capítulos, que são os capítulos 3 e 4. O capítulo 3 se deterá nas práticas rotineiras dos espaços públicos do Recife dos anos 1920 aos anos 1940, o que inclui as práticas de convívio social e as de esportes. O capítulo 4 tratará das práticas eventuais nos espaços públicos do Recife dos anos 1920 aos anos 1940, que foram as práticas tradicionais, com foco para o carnaval, assim como nas festas religiosas e cívicas.

A quarta parte inclui o capítulo 5, intitulado Caminhando pelo Recife, que vai procurar narrar alguns percursos pelos espaços públicos da cidade durante o período estudado, revivendo os embates e os acordos que ocorriam nesses espaços entre a elite e as camadas populares nos anos 1920 e 1940.

Por fim, nas considerações finais, foi feita uma pergunta: Espaço do Público? Nessas considerações, pretende-se responder a algumas questões iniciais e trazer contribuições para o debate sobre o espaço público no Recife.

As partes da tese foram abordadas de acordo com alguns procedimentos operacionais, tais como o levantamento bibliográfico e o levantamento de fontes documentais. As fontes documentais consultadas foram os periódicos, que incluem revistas e jornais, iconografias, filmes, e a consulta à legislação da época.

A grande maioria dessas fontes trouxe informações sobre as obras e as intenções dos governantes e mostrou geralmente os espaços públicos utilizados pela camada mais abastada. Por outro lado, foi extremamente difícil encontrar uma documentação que se referisse às camadas populares. O pouco material encontrado sobre esta camada foi obtido em raras imagens de revistas da época, como as do fotógrafo Fernando Rebello, as quais mostravam os aspectos singulares e o lado pictórico da cidade, e também na literatura, com os poucos autores que abordaram o cotidiano no passado.

As revistas da época trouxeram ricas informações, com ilustrações e textos sobre a ideia dos governantes, assim como do cotidiano da população nos espaços públicos. No período entre 1922 e 1926, os vários periódicos existentes, como as revistas *Pilheria* e *Rua Nova*, foram a maior fonte de consulta, principalmente a *Revista de Pernambuco* e a *Revista da Cidade*. Nos anos 1930 e 1940, o *Boletim da Cidade e Porto* foi a fonte que trouxe mais informações a partir do artigo intitulado “Ruas e Cais”, e de outros que descreveram o cotidiano da cidade, principalmente durante a Segunda Guerra. A consulta a essas revistas, dentre outras, foi realizada no setor de obras raras e preciosas da Fundaj (Fundação Joaquim Nabuco).

Os jornais contribuíram para a pesquisa na medida em que trouxeram descrições e imagens das obras realizadas pelos governantes, assim como do cotidiano da população. Devido às poucas informações encontradas nas revistas no período entre 1937 e 1945, foi realizada uma pesquisa meticulosa de várias edições matutinas e vespertinas do jornal *Folha da Manhã* no Arquivo Público.

Os filmes feitos pela empresa Pernambuco-Filme, da Cinemateca da Fundaj, que mostraram a Exposição Geral de Pernambuco, a inauguração do Parque do Derby, assim como as obras de urbanização em Boa Viagem, foram relevantes, não só por exibirem as grandes obras da época, mas também pelas cenas do cotidiano da cidade. O filme *Cenas do Recife Antigo: décadas de 1920 e 1940*, também da Fundaj, foi essencial, porque revelou aspectos singulares do cotidiano das pessoas nos principais espaços públicos da cidade.

As iconografias foram de extrema importância, uma vez que explicitaram o cotidiano da população nos espaços públicos, dando assim uma grande contribuição à pesquisa. A maioria delas foi obtida no acervo da Fundaj e nos livros de Tombo do Museu da Cidade do Recife.

A consulta à legislação da Câmara Municipal do Recife, com destaque para a Lei 1.051, de 1919, e a Lei 374, de 1936, também foi importante, pois essas leis definiram alguns procedimentos de convívio nos espaços públicos.

Também foi realizada a consulta a alguns profissionais da área e a pessoas que vivenciaram esse período na cidade, na intenção de compreender a experiência dos mesmos sobre o que aconteceu nesses períodos, oferecendo uma visão complementar à pesquisa bibliográfica e às fontes documentais.

Vale ressaltar que esta pesquisa teve o apoio fundamental de alguns autores que estudaram o espaço público no Brasil, como Gomes (2002), Serpa (2007) e Abrahão (2008). Esses autores retomaram as concepções de Habermas e Arendt sobre a esfera pública, a vida pública e os espaços públicos, o que auxiliou no entendimento do conceito de espaço público e contribuiu para os propósitos desta pesquisa.

O cotidiano dos espaços públicos no período estudado foi apreendido principalmente a partir da valiosa contribuição de autores que se detiveram no estudo do passado desta cidade, dentre os quais se destacam Gilberto Freyre, Rostand Paraíso e Raimundo Arrais.

Por fim, espera-se que esta tese possa contribuir para o debate sobre o espaço público no Brasil e fora deste país. Almeja-se, ainda, que o resgate do espaço público do Recife em uma determinada época do passado possa trazer possibilidades para uma melhor compreensão do espaço público do Recife de hoje.

1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo abordará a origem da Nova História e seus novos campos temáticos, como o novo historiador a emprega em seus estudos e sua utilização no Brasil. Tratará também do entendimento das práticas cotidianas de Certeau, aprofundando seus estudos sobre estratégias e táticas. Versará ainda sobre a raiz do conceito de espaço público, tendo como ponto de partida o entendimento da esfera pública resultante de ações sociais e políticas, como afirmam Habermas e Arendt.

1.1 UMA ABORDAGEM PELA NOVA HISTORIA

Para muitos autores, a Nova História tem sua origem na França, em 1929, com o movimento intitulado “escola dos *Annales*” ou “movimento dos *Annales*”, fundado por Marc Bloch e Lucien Febre. Esse movimento surgiu da crítica ao paradigma da História tradicional, a qual era realizada até o momento e se interessava pela narrativa dos acontecimentos e feitos dos grandes homens, crítica que abriu espaço para uma abordagem nova e interdisciplinar da História. Os seus integrantes fundaram uma revista, *Annales*, na qual colocaram a necessidade de ampliar o leque da História, aproximando-a de outras ciências vizinhas, voltando-se para a História social e econômica (BURKE, 1997). A primeira geração desse movimento teve como principais autores os professores Lucien Febvre e Marc Bloch, que desenvolveram estudos sobre as atitudes mentais e a história social. A continuidade do movimento veio nos anos 1940 com a segunda geração, que foi marcada por estudos sociais e econômicos e liderada por Fernand Braudel (BURKE, 1992).

Contudo, com as mudanças epistemológicas dos anos 1960 a 1980, surgiram autores que questionaram a História produzida nos *Annales* e lançaram novos conceitos para se trabalhar a História ampliando o universo temático e privilegiando o aspecto cultural. Houve, assim, a desconstrução e a construção de um novo cânon da História, com novos métodos, novas interrogações fecundadas pelas ciências sociais vizinhas, outros recortes do passado e objetos. Essa fase da História foi concebida no final da década de 1970 por Le Goff, pela expressão Nova História, também chamada por alguns de Nova História Cultural (PESAVENTO, 2008).

A Nova História partiu da necessidade de se repensar a História devido ao aparecimento de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Nesse sentido, surgem novas tendências, como a longa duração, ou seja, o estudo das mudanças políticas e sociais no longo prazo. Outra tendência é o diálogo da História com a Antropologia e outras disciplinas. Existe ainda a necessidade de uma nova compreensão do tempo, abolindo-se a ideia de tempo único, homogêneo e linear, com vista a construir uma nova cronologia científica (LE GOFF, 1992).

A base filosófica da Nova História parte da ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída, daí a necessidade do diálogo da História com outras disciplinas. A Nova História não se interessa pela narrativa dos acontecimentos, mas pela análise das estruturas, das mudanças econômicas e sociais no longo prazo. Os novos historiadores estão interessados por outros tipos de fontes, tais como as orais ou visuais, e não apenas pelos registros oficiais (BURKE, 1992).

Alguns novos historiadores estudaram a história da vida cotidiana, como Certeau (1998), que vai se interessar pela “história vista de baixo”, a partir das pessoas comuns e da cultura popular. Ao se preocupar com o homem cotidiano, surge a necessidade de desenvolver novos métodos a partir de textos até então desprezados, mas que mostram as humildes realidades cotidianas.

Já que houve uma ampliação do universo temático, a Nova História passou a apresentar novas correntes. Uma delas é pensar a escrita e a leitura, ou seja, a compreensão da História como uma narrativa que constrói uma representação do passado, o que permite atingir a percepção dos indivíduos no tempo, seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores. Outra corrente é a micro-história, que realiza uma redução da escala de análise com a abordagem do cotidiano, e que se detém na exploração intensiva de um objeto limitado, de modo a valorizar exaustivamente o empírico ao longo de extensa pesquisa de arquivo. Uma terceira corrente seria aquela relativa a uma releitura do político pelo cultural, mobilizada pelos estudos que têm como centro o imaginário do poder, os atores e os usos do político (PESAVENTO, 2008).

Essas correntes desdobram-se em novos campos temáticos. Um deles é o das cidades, em que se estudam não só os processos econômicos e sociais mas as representações que se constroem na e sobre a cidade, trabalhando o imaginário urbano e resgatando discursos e imagens de representações da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. Outro campo diz respeito às aproximações entre a História e a Literatura, pois a Literatura pode dar ao historiador sensibilidade, perfis e valores, já que é fonte privilegiada da leitura do imaginário. Um terceiro campo de pesquisa diz respeito às imagens, que ainda são consideradas um campo relativamente novo no âmbito da História. Existem pesquisas sobre a História do tempo presente, o que seria uma nova forma de estudo sobre dos movimentos sociais ou da história política contemporânea. Um outro campo é aquele que diz respeito à Memória e à Historiografia, o qual discute a aproximação da História com a Memória, e outro campo é o estudo das identidades, construção imaginária que produz a coesão social ao permitir a identificação de uma parte com o todo, do indivíduo frente à coletividade (PESAVENTO, 2008).

A questão do método é um ponto importante na Nova História, pois existem alguns questionamentos sobre as fontes utilizadas e seu tratamento. Por outro lado, esses questionamentos existem porque a Nova História não parte da busca de verdades definitivas. Os novos historiadores tiveram que começar a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado para escolher outros objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral, outros utilizaram imagens, iconografias, dentre outros meios (BURKE, 1992).

Nesse sentido, o novo historiador deve partir de uma base conceitual para enxergar o mundo e seu objeto de estudo, bem como realizar pesquisas meticulosas para fazer revelar os significados do passado, indo em busca dos vestígios, das evidências. Deve basear-se na montagem, combinação, trabalho de construção, um verdadeiro quebra-cabeça de peças capazes de produzir sentido, preocupando-se ainda com o detalhe, o secundário. Ele também deve incorporar a sua subjetividade, sua intuição, sua individualidade, sua trajetória de vida e sua inserção no mundo, assim como a subjetividade dos atores sociais do passado, trazer à tona o indivíduo

como sujeito da História ao recompor histórias de vida, particularmente das camadas populares (PESAVENTO, 2008).

Hoje a Nova História envolve a comunidade acadêmica internacional e é um novo paradigma de pesquisas. No Brasil, a Nova História só vai expandir-se nos anos 1990, embora existam alguns trabalhos em anos anteriores, como os realizados por Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, em 1930, os quais mostraram uma perspectiva culturalista na abordagem da realidade brasileira e no repensar da identidade nacional. Com a Nova História nos anos 1990, tais obras foram retomadas e submetidas a uma nova leitura. Alguns temas vêm sendo trabalhados pelos novos historiadores brasileiros, tais como o imaginário, as representações do passado, as relações entre a História e a Literatura, dentre outros. Na área de Arquitetura e Urbanismo, existem estudos que abordam o tema da cidade, as representações sociais do urbano constituídas sobre espaços, atores e sociabilidades, estudos sobre o patrimônio, memória, por exemplo (PESAVENTO, 2008).

A partir do que foi exposto, este trabalho vai procurar introduzir ao longo dos capítulos as abordagens da Nova História, tendo como foco principal a história da vida cotidiana.

1.2 PRÁTICAS COTIDIANAS DE CERTEAU

Ao buscar as contribuições da Nova História, esta parte do trabalho aprofundará os ensinamentos de Certeau (1998), já que esse autor é a principal referência teórico-metodológica devido ao seu estudo sobre as práticas cotidianas.

Em seu livro “Invenção do cotidiano” (1998), no volume intitulado “Artes de fazer”, Certeau formulou uma teoria das práticas cotidianas que teve como centro a vida cotidiana e o homem simples. Nesse livro ele concebeu o cotidiano como aquilo que é dado ao homem cada dia, que o pressiona e oprime cada dia, é o que o prende, a partir do interior, é uma história tirada dele mesmo, ou seja:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição... é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (1998, p. 31).

Ele propôs maneiras de pensar o cotidiano a partir da análise das práticas cotidianas, transformando-o em estatuto de um objeto teórico. Para ele, as práticas cotidianas incluem as táticas e estratégias.

Na visão de Certeau (1998), as táticas são movimentos heterogêneos e imprevisíveis dos grupos sociais. Seriam aquelas práticas que correspondem aos comportamentos do homem comum, que vêm do seu interior subjetivo, isto é, as “maneiras de fazer cotidianas” também denominadas de “modos de usar”, “artes de fazer”, “golpes”, “desvios”, “trilhas”, “astúcias”, “surpresas ou ações imprevisíveis”, criadas a partir de uma ordem imposta, e que estão relacionadas à cultura dos dominados. Seria, assim, o meio subversivo de astúcia e de “antidisciplina”, de participar do jogo social sem lhe seguir as regras. A tática é:

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, portanto nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro... Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões... Cria ali surpresas... É astúcia. É a arte do fraco (1998, p. 100).

As estratégias seriam as situações cotidianas criadas por instituições e que produzem objetos, normas e modelos sociais de comportamento, que estão ligadas à cultura do dominado. Seriam um conjunto de práticas que articula espaço e poder, realizadas por um determinado grupo ou instituição sobre um espaço. A estratégia é:

cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser

circunscrito como *algo próprio*, isto é, o lugar do poder e do querer próprios... Gesto da modernidade científica, política ou militar (1998, p. 99).

Poder-se-ia dizer que a ideia central do estudo de Certeau (1998) é demonstrar as resistências, as criações anônimas que manifestam na vida cotidiana. É, assim, um complemento à obra de Foucault, que abordou os procedimentos disciplinares da vigilância carcerária, escolar e médica no começo do século XIX. Ele se ocupou em destacar que as “astúcias” dos consumidores de produtos, valores, ideias, todos os produtos do mercado geral dos bens materiais e culturais, esvaziam todas as pretensões de uniformização e obediência mantidas pelos gestores da vida pública, ou seja, que numa sociedade inteira existem procedimentos realizados pelos cotidianos que jogam com os mecanismos da disciplina, que não se conformam com ela, e são intitulados “maneiras de fazer”. Essas “maneiras de fazer” constituem as maneiras pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas no cotidiano.

Ele aponta para o caráter dialético das estratégias, que são ações impostas, e das táticas do homem comum, apontando que as táticas não se reduzem à execução de um programa preestabelecido. Para ele, é como se existisse uma verdadeira arte da guerra cotidiana, com ações impostas, as estratégias, e ações que são criadas, as táticas.

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1998, p. 41).

Para o autor (1998), as táticas podem ser atividades como habitar, circular, falar, ler ou ir às compras. Elas não obedecem à lei do lugar e não se definem por ele, podendo alterá-lo e manipulá-lo com inventabilidades próprias.

Uma característica fundamental da obra de Certeau (1998) é a sua capacidade de inverter a perspectiva de análise ao recuperar as “astúcias anônimas das artes de fazer”. Sua análise do cotidiano tem como foco as “microresistências” escondidas em gente simples, comum, ocultas muitas vezes bem debaixo do poder, pequenas subversões sem propósito, mas que se mantêm no cotidiano. Mostra-nos ele que o homem comum inventa o cotidiano com “mil maneiras ou artes de fazer”, ou seja, com “táticas de resistência” que vão alterando objetos e códigos, e estabelecem uma (re) apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Nesse sentido, destaca as operações e os usos individuais, dedicando-se ao “homem ordinário”. O autor acredita na possibilidade de a multidão anônima abrir o próprio caminho com o uso de produtos impostos pelas políticas culturais. Certeau consegue perceber, na prática do cotidiano, a presença de um sujeito ativo que cria alternativas de resistência como forma de sobrevivência.

Ao desenvolver vários conceitos para descrever as táticas dos homens comuns, ele aponta a trampolinagem “como arte de saltar do trampolim, técnica empregada pelos sujeitos, como astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais” (1998, p. 79).

Ao analisar as práticas cotidianas, ele não propôs nenhum sistema fechado ou método específico, mas uma reflexão sobre as dinâmicas sociais em movimento. O mundo diário, o mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas, abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes. As suas “artes de fazer” configuram uma “teoria das práticas cotidianas, que demonstram como agir na desigualdade dos poderes e face ao sistema, mas sem confrontá-los” (SOUZA FILHO, 2002, p. 130).

A partir do entendimento das práticas cotidianas de Certeau (1998), esta tese vai investigar as práticas cotidianas dos espaços públicos do Recife, tendo como foco o diálogo entre as práticas táticas, consideradas neste trabalho como invenções, e as estratégias, concebidas como ações impostas, observando ainda as relações entre a elite e as camadas populares.

1.3 RAÍZ DO CONCEITO DO PÚBLICO

Esta parte do trabalho abordará a raiz do conceito de espaço público. Em uma pesquisa, o conceito auxilia na orientação dos diversos olhares sobre uma mesma realidade e na compreensão dessa realidade em suas manifestações. A opção de discutir a raiz do conceito de esfera pública de Habermas e Arendt se justifica porque ambos são referências para o estudo desse conceito e também porque eles compreenderam o espaço público enquanto esfera que inclui ações sociais e políticas, identificando-se com o entendimento de espaço público desta pesquisa. Assim, mergulhar na raiz de público desses autores é aprofundar as questões referentes à vida em público, à participação do cidadão e à ação comunicativa, presentes no cotidiano.

Arendt (2000), em sua obra “A condição humana”, de 1958, adotou a expressão “esfera pública”, também concebida como “esfera pública grega” ou “esfera da vida pública”. Essa esfera pública surgiu na Antiguidade, tendo atingido o seu apogeu na pólis das cidades-estados da Grécia antiga e na República romana. Essa esfera pública caracteriza-se essencialmente por ações coletivas, ou seja, por ações da vida em público ou, simplesmente, pela vida em público. É o lugar do contato, da diversidade existente entre os homens a partir de uma igualdade de condições, na qual os cidadãos são iguais em termos de oportunidade de participação política, local onde os cidadãos se reuniam para discutir, expressar os seus desejos e necessidades. Ela enfatiza a importância da participação política do cidadão na Grécia ou na Roma antiga com a valorização da vida em público.

Ao começar a sua obra, a autora explica que “A condição humana” diz respeito às formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver, e que variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem faz parte. Para ela, a condição humana organiza-se em três aspectos, que são o labor, o trabalho e a ação. A ação é a necessidade do homem de viver entre os seus semelhantes, é eminentemente social.

A principal característica dessa esfera pública, segundo Arendt (2000), está centrada na ação, que é um dos três níveis da vida ativa, isto é, na atividade coletiva,

interativa, no caráter social inerente ao homem, na necessidade do homem de viver entre os seus semelhantes, em público. Os outros dois níveis seriam o labor, que está relacionado com as necessidades de sobrevivência do indivíduo no lar, no ambiente privado, e o trabalho, que é resultado de um processo cultural e está relacionado à fabricação. A autora compreendeu que a esfera pública na Antiguidade era ocupada obrigatoriamente por homens livres do labor e do trabalho para seu sustento, tidas como atividades inferiores em relação à vida em público.

Além da ação, outra característica principal da esfera pública segundo Arendt (2000) era o discurso, entre os cidadãos, voltado para os negócios políticos. Para a autora, a partir desses discursos chegavam-se a decisões por consenso, não havendo imposições. Nessa esfera pública, ou seja, em público, os assuntos de interesse da sociedade eram decididos mediante palavras, chegando-se ao consenso. Por outro lado, o lar, o privado, era o local das questões de subsistência, em que as decisões eram tomadas por meio da força ou poder coercitivo do senhor. Ao abordar a ação e as decisões por consenso na obra de Arendt, Cardoso Júnior (2005) explicou que o poder político na pólis era gerado pela livre reunião dos cidadãos mediada pelo convencimento, havia um contrato mútuo, um poder dialógico e comunicativo, não coercitivo. Esse poder baseava-se na noção de não mando, expresso pela palavra “isonomia”, principalmente pela liberdade dada à palavra, poder gerado pela ação em conjunto dos cidadãos, e tudo era decidido mediante palavras, e não pela força e pela violência, e os cidadãos eram conhecidos como iguais. Esse tipo de poder diferenciava-se do poder da casa, do lar, onde imperava a força, e o chefe da casa tinha poderes despóticos.

Por outro lado, apesar de a pólis ser o espaço da ação, do discurso e do consenso, na obra de Arendt (2000) existiam limites à participação. Os debates que aconteciam na pólis eram realizados apenas pelos cidadãos livres do trabalho, excluindo-se as mulheres, os filhos, os escravos e os estrangeiros. Em relação a esse limite à participação, alguns autores consideram a obra de Arendt elitista. Por outro lado, Arendt esclareceu que a liberdade é a cerne da política e exige, para sua realização, cidadãos libertos das atividades humanas do labor e do trabalho. Tais atividades restringem a realização humana, a capacidade de se começar algo novo em conjunto com os outros indivíduos.

Arendt (2000) acrescentou ainda que o significado da vida pública é a aparência, ou seja, a esfera pública é um palco comum a todos os habitantes, local onde os homens podem ver e ser vistos por todos, podem agir e assistir em conjunto, local da publicidade dos atos e dos discursos dos cidadãos. Dessa maneira, para se diferenciarem uns dos outros, havia uma acirrada disputa entre os cidadãos, quando esses tentavam mostrar feitos ou realizações singulares.

Além de ser o local da aparência, conforme Arendt (2000), a esfera pública também deveria permanecer ao longo das gerações. Essa esfera não deveria ser construída apenas para uma geração e para os seres vivos, mas deveria transcender a duração da vida dos mortais. Os homens devem ingressar na esfera pública por desejarem algo mais permanente que suas vidas terrenas. Assim, o caráter público da esfera pública deve permanecer de geração em geração. Era um espaço contra a futilidade da vida individual e reservado para a permanência e a imortalidade dos mortais.

Por outro lado, na visão de Arendt (2000), a era moderna trouxe uma mudança nas relações entre o público e o privado, e muito do que era considerado privado se tornou público, e do que era considerado público passou a ser privado, com perdas para ambos. O público deixou de ser o fator principal que movia os homens, o lugar onde os homens exerciam a sua liberdade. Surgiu assim o que ela denominou de esfera social, em que as questões de subsistência ganharam importância pública. As transformações socioeconômicas provocadas pela revolução industrial dissolveram diversos grupos sociais numa grande multidão amorfa, o que gerou o isolamento do homem e a falta de relações sociais. Assim, no mundo moderno, houve um declínio do caráter público, não existindo um espaço da palavra e da ação, de acordo com a autora.

Examinado a questão da falta de relações sociais do público abordado por Arendt, Serpa (2007) destacou que em algumas intervenções urbanas no mundo contemporâneo vem ocorrendo falta de interação social. O espaço público transforma-se então em uma justaposição de espaços privatizados, não sendo partilhado pelos vários grupos sociais.

Habermas (2003), em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública”, também utilizou a expressão “esfera pública”, concebida como “esfera pública burguesa”. Essa esfera surgiu a partir de discursos e debates realizados com o desenvolvimento dos cafés, *pubs*, teatros, museus e salões europeus, franceses e ingleses, que eram locais de encontro da burguesia emergente do século XVIII. Esses cafés, dentre outros espaços, vão formando a primeira configuração da noção de público ao propiciarem o encontro das pessoas para discussão, debate e troca de informações. Essa esfera pública burguesa surgiu do interesse dessas pessoas na criação de sua própria esfera, com interesses diferentes da autoridade, para realizar com essa uma discussão política. A intenção dessas reuniões e discussões era desenvolver uma consciência pública contra o poder público, de modo a influenciar o poder político. Vale ressaltar também a influência dos jornais, chamados de “jornais políticos”, que desde o início do século XVII apresentavam um viés crítico em relação ao poder da época. O que vai caracterizar essa esfera pública são os encontros, os debates, as trocas de informação que se desenvolveram nesses locais, e a grande característica dessa esfera é a sua dimensão política, pois ela surge separada do Estado, sendo uma esfera que servia como um instrumento de discussão pública, para intermediar o Estado e as necessidades da sociedade. Essa discussão crítica, livre da dominação, seria, então, capaz de criar uma opinião pública.

Ao analisar a expressão esfera pública de Habermas, Lavallo (2001) verificou que não existe, a rigor, essa expressão em sua obra. Apesar de ser sinônimo de esfera pública, ele utilizou a ideia de “esfera da publicidade” para se referir ao espaço consolidado e garantido por instituições privadas, isto é, constituídas pela sociedade civil burguesa. Tal esfera foi consolidada ao longo da segunda metade do século XVII e de todo o XVIII. Trata-se de dois tipos de cristalização institucional: primeiro, a afirmação confiante da autonomia burguesa em práticas e espaços de convívio dialógico, clubes de leitura, salões e casas de café e chá, reuniões de conversação e, em segundo, a culminância dessa autonomia perante o poder, materializada em um conjunto de instituições dedicadas a veicular publicamente as opiniões representativas dos interesses desse segmento social de livres proprietários, em jornais, clubes e associações políticas extra-parlamentares. Analisando também a esfera pública de Habermas, Gomes (2002) destacou que o que caracteriza essa

esfera é a co presença, assim como o discurso político e a formação de uma opinião pública. Para o autor, para que exista uma atividade pública é necessário haver a co presença de indivíduos em um lugar físico, e também a transmutação do indivíduo em público por meio do princípio da publicidade, capacidade de apresentar sua razão em público sem obstáculos, confrontá-la com a opinião pública e instituir um debate. Desse modo, frisou a importância da Geografia que aborda o espaço a partir da união da configuração espacial com uma ordem social, ressaltando as práticas e as dinâmicas sociais.

Alguns autores, porém, consideram que a esfera pública de Habermas, ao abordar apenas espaços da burguesia, negligenciou, por exemplo, outros movimentos, como os sociais plebeus, que se organizavam fora dessa esfera, e também não abordou os panfletos dos movimentos plebeus, os quais existiam antes dos jornais. Ele também não levou em conta o problema da exclusão das mulheres da esfera pública, já que elas eram proibidas de frequentar os salões europeus da época. Faltou ainda uma explicação de como os princípios dessa esfera pública deveriam continuar a ter um significado para os dias de hoje. Por outro lado, Habermas teve o mérito de destacar as contradições estruturais da esfera pública burguesa, bem como a supremacia do poder e do dinheiro como meios privilegiados da ação política (THOMPSON, 1995).

No mundo moderno, Habermas (2003) observou que a difusão de ideias e de informações atingiu a esfera pública e formou um público voltado para o consumo, o que cada vez mais diminui a sua capacidade de opinar. Assim, ele observou uma “mudança estrutural da esfera pública”, apoiada sobretudo pelos meios de comunicação. Essa mudança ocorreu com a predominância dos interesses econômicos na esfera pública, em prol do mercado. Além disso, ele verificou uma tendência à privatização do espaço público de discussão.

Nos anos 1980, Habermas ampliou o estudo sobre a esfera pública. Em sua obra intitulada “Teoria da Ação Comunicativa” (1989), mostrou que a ação da esfera pública não é só política, mas também são discursos, debates, que visam ao entendimento mútuo dos interlocutores, de modo a estabelecer uma razão intersubjetiva, processual, ou seja, comunicativa. Essa razão comunicativa é própria

do cotidiano, do mundo vivido, e contrapõe-se dialeticamente à razão sistêmica dos atores hegemônicos e do Estado. A esfera pública é o local do trato comunicativo de uns com os outros e, para ele, existe um processo comunicativo entre os cidadãos provindos do mundo da vida e que pertence ao conjunto de associações voluntárias que se denomina sociedade civil (FIEDLER, 2006).

Sobre esse processo comunicativo de Habermas (1989), Sergio Costa (2002) acrescentou que Habermas relativizou a tese anterior de que os cidadãos, na sociedade de massa, se teriam transformado de politicamente ativos em privatistas. Mostrou a força que emana das interações comunicativas e que têm lugar no mundo da vida. Para ele, esses fluxos comunicativos originam-se fundamentalmente do conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado, e que se denomina sociedade civil. Queiroga et al (In: TÂNGARI, ANDRADE e SCHLEE, 2009) complementaram que as novas mídias de informação e de telecomunicação, sobretudo a *internet*, também integram esse processo comunicativo e, dessa maneira, surgem novas dimensões do espaço público moderno, com o perfil das instituições políticas do Estado e as tendências dos meios de comunicação. Lavallo (2001) salientou que ocorreu um deslocamento progressivo que envolveu instituições políticas e de comunicação, associação civil e a vida pública, passando à confluência de fluxos comunicativos espontâneos.

Nesta obra, Habermas (1989), se referiu apenas à possibilidade de se pensar a esfera pública como um conjunto de problemas e processos históricos englobados em seu modelo de publicidade, abordando o seu papel como instância de mediação entre a sociedade e o Estado, sempre representando os interesses da primeira diante do segundo, seu papel democratizador, sua função de atender o problema da integração social, sua edificação mediante o uso de recursos comunicativos universalmente disponíveis e, por fim, sua reconstrução contemporânea a partir das iniciativas de consorciação da nova sociedade civil (LAVALLE, 2001).

Em 2007, com o livro “Entre Naturalismo e Religião”, Habermas aprofundou ainda seus estudos sobre a esfera pública e deixou claro o seu entendimento em relação ao espaço público. Para o autor, é importante distinguir dois tipos de esfera pública. Em primeiro lugar, ele diz que sempre se interessou por uma esfera pública mais

geral denominada espaço público e que surge das interações sociais, “ que surge até mesmo em interações simples porque nele a intersubjetividade possui uma força misteriosa de unir elementos distintos, mantendo, mesmo assim, sua identidade” (p. 28). A outra seria a esfera pública política, entendida como espaço do trato comunicativo e racional entre as pessoas. Queiroga et al (In: TÂNGARI, ANDRADE e SCHLEE, 2009), ao trabalharem o conceito de espaço público de Habermas nessa obra, explicaram que o espaço público corresponde a uma esfera pública mais ampla, geral, que inclui tanto a vida em público, as ações não políticas, ou seja, as ações cotidianas, como as ações de caráter político. As ações de caráter político são denominadas esferas públicas políticas e correspondem a uma esfera mais específica, inseridas nessa esfera geral, concebida nessa obra como espaço público. Neste sentido, as idéias de Habermas se assemelham as de Certeau já que ambos trabalham com ações políticas e sociais, que incluem a vida em público.

De acordo com Lavallo (2001), Habermas é o autor mais influente para o estudo do espaço público, porque sua obra foi um diagnóstico histórico-sociológico centrado na dimensão social da emergência do espaço público moderno, mas com relações nítidas com outras duas dimensões, que são a política e a comunicativa, contempladas de maneira secundária. O autor (2001) procurou reconstituir em grandes traços o modelo habermasiano. Ele observou que no espaço público se articulam interesses sociais, condições políticas e expedientes comunicativos, e propôs a necessidade de compreender o espaço público a partir de três dimensões: a “dimensão política”, que contempla o arcabouço de mecanismos institucionais para universalizar interesses e para garantir a obrigatoriedade dessa universalização perante a sociedade; a “dimensão da vida pública”, que está relacionada com a sociedade, o convívio social e as regras de sociabilidade, e a “dimensão comunicativa”, que seria a comunicação no conjunto da sociedade habilitada para organizar o mundo por meio daquilo que não deixa de ser particular e daquilo que merece sair do anonimato.

Em suma, para Arendt, nos anos 1950, a esfera pública caracterizava-se por ações coletivas, a vida em público e discursos voltados para os assuntos políticos. Como as decisões eram realizadas em consenso, sem imposições, a autora sugeriu uma harmonia entre Estado e sociedade, com uma participação social nas ações do

poder, visando à cidadania. Por outro lado, no mundo moderno, ela observou um declínio dessas ações e de discursos voltados para a política. Apesar de observar limites à participação, a reunião da pólis foi um modelo que trouxe contribuições a respeito da participação política e das decisões por consenso, o qual serve até os dias de hoje como base para os estudos sobre a esfera pública. Para Habermas, nos anos 1960, a esfera pública surgiu a partir de encontros e debates coletivos, servindo como um instrumento político para intermediar o Estado e as necessidades da sociedade. Em 1980, tal esfera pública incluía também fluxos e processos comunicativos entre os interlocutores, tais como movimentos sociais e associações civis, que serviam de mediação entre a sociedade e o Estado. Em 2006, ele acrescentou que havia uma esfera pública geral, concebida como espaço público, que incluía tanto ações cotidianas, não políticas, quanto ações políticas, concebida como uma esfera pública política, que é mais específica e se inclui nessa esfera pública mais geral, que é o espaço público. Para Habermas, no mundo moderno não aconteceu uma decadência, mas um deslocamento ou mudança das funções da esfera pública.

Por fim, foi possível verificar algumas semelhanças e diferenças entre Arendt e Habermas. Para Arendt, a esfera pública caracterizou-se principalmente pelo seu domínio político, já que ela era um local da ação e do discurso, dos debates e das discussões visando ao bem comum. Habermas também abordou o aspecto político da esfera pública, pois a esfera pública burguesa também era o local da livre discussão e de diferentes argumentos e pontos de vista. Por outro lado, como ele trabalhou em outro período histórico, expandiu seu entendimento para uma visão mais crítica contra a dominação que vinha se instaurando desde a Idade Média, quando os negócios da corte eram decididos nos círculos fechados, sem a participação da população. Essa esfera, que surgiu no século XVIII, veio a ser, pois, um local do debate e, sobretudo, da crítica contra o Estado, na tentativa de mudar esse sistema de dominação. Ambos trabalharam ainda o aspecto social do espaço público como um local de encontros e da co presença. Além desses aspectos, Habermas ampliou os seus estudos para o aspecto da comunicação, quando abordou a influência dos meios de comunicação entre a sociedade e o Estado.

Arendt adotou um viés mais filosófico em sua concepção de esfera pública, já que a autora, além de ser filósofa, teve como base de sua obra vários filósofos. Assim, essa esfera pública não era uma entidade tangível, e sim o mundo comum que surge entre os homens, transcende a própria existência do homem e deve permanecer de geração em geração. Há ainda diferenças, pois de um lado Arendt observou uma decadência da esfera pública do século XX, sobretudo pela diminuição da vida no espaço público; já para Habermas, não aconteceu uma decadência, mas um deslocamento ou mudança das funções da esfera pública.

A partir de uma reflexão teórica sobre a obra de Arendt e as de Habermas, a autora conclui que o espaço público, concebido como esfera pública, se caracteriza por ações políticas, relacionadas ao poder e não políticas, ações vividas no cotidiano pela sociedade. Estes autores se detiveram na dialética de que existem ações políticas que interferem na sociedade e como esta se posiciona perante este poder. Desta maneira, esta forma de reação ou posicionamento ao que era imposto através de discursos, debates, ações comunicativas, associações voluntárias ou civis, entre outros, se assemelha as táticas de Certeau. Neste sentido, as idéias dos três autores se encontram e é possível identificar a convergência entre estas ideias. Assim, as táticas ou invenções de Certeau equivalem às ações, reações da sociedade ao que era imposto como colocou Arendt e Habermas.

2 CONTEXTUALIZANDO AS PRÁTICAS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Este capítulo versará sobre a mudança nos cenários e no cotidiano do Brasil a partir do início do século XX, visando a uma melhor compreensão das práticas cotidianas realizadas no Recife dos anos 1920 e 1940. Tratará também das principais ações do Estado com as grandes intervenções urbanas que introduziram novas práticas cotidianas dos espaços públicos do Recife.

2.1 O COTIDIANO DO PAÍS A PARTIR DO INÍCIO DO SÉCULO XX

A maioria das cidades brasileiras passou por uma mudança vertiginosa dos cenários e comportamentos a partir do final do século XIX, especialmente no início do século XX, tendo como base o ideal de modernidade que se alastrou pelo mundo. Essa modernidade ficou conhecida no início do século XX como a *Belle Époque*, que teve seu começo no final do século XIX, por volta de 1880, e foi até a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, inicialmente na França, mas também em outros países. Foi uma época marcada por grandes transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. Também foi um período em que houve nas cidades a introdução de inovações, novidades modernas, com o surgimento de uma grande variedade de equipamentos, como o avião, o telefone, a iluminação elétrica, vários tipos de eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, os arranha-céus e seus elevadores, parques de diversões elétricas, dentre outros (SEVCENKO, 1998).

Para usufruir essas inovações e para se mostrarem modernas, progressivas e civilizadas, as principais cidades passaram por reformas urbanas. Em Paris, entre 1853 e 1869, houve uma reforma urbana realizada pelo prefeito, o Barão Haussmann, a qual se tornou o modelo para outras cidades em todo o mundo. Haussmann implementou uma nova malha urbana que incluiu largas avenidas, novos edifícios, monumentos e parques (Figura 1). Para implantar essa reforma de cunho elitista, muitas habitações populares foram eliminadas, pois foram consideradas insalubres. Os principais pressupostos ideológicos dessa modernização foram a higiene, o embelezamento e a racionalização do espaço

urbano (FOLLIS, 2004). O Plano de reforma de Paris, regido prioritariamente pelos ideais de embelezamento e sanitarismo, visava criar uma nova sociabilidade voltada para a elite (SEVCENKO, 1998).



Figura 1: Novas avenidas e jardins com o Plano de Paris de Haussmann.

Fonte: www.hausmannobrasil.blogspot.com.

Tendo como base esse ideal de modernidade, as principais cidades do Brasil, a partir do início do século XX, passaram por reformas urbanas inspiradas em Paris, de cunho elitista e voltadas para o embelezamento. O Rio de Janeiro foi uma das primeiras cidades que passou por uma reforma urbana, implantada pelo prefeito Pereira Passos, com a introdução de largas avenidas, além de suntuosos edifícios, parques e jardins arborizados. Essas reformas intensificaram o gosto das famílias de saírem de casa e passearem nos espaços públicos, ou seja, nas ruas e jardins, sobretudo a classe dominante. Vale ressaltar que as principais cidades do país passaram por melhoramentos urbanos, com a criação de espaços públicos ajardinados voltados para a elite no final do século XIX, mas a utilização desses espaços foi ampliada com as reformas urbanas no início do século XX.

A Avenida Central no Rio de Janeiro, atual Avenida Rio Branco, inaugurada em 1905 por Pereira Passos, mudou significativamente o cotidiano das famílias e passou a ser o principal local da vida social e o modelo do imaginário modernizador. A construção dessa avenida afastou os antigos habitantes das ruas para áreas

distantes do centro, já que este espaço era freqüentado por pessoas de maior poder aquisitivo (Figura 2).



Figura 2: Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.audioativo.com/revitalizacaoadaavenidacentral>.

Dessa maneira, o cotidiano das principais cidades do país no início do século XX também mudou com a introdução de novidades modernas, a ampliação dos meios de transporte e a multiplicidade de atividades de diversão, o que levou as pessoas a utilizarem intensamente os espaços públicos (ARAÚJO, 1993). O aparecimento de vários estabelecimentos comerciais, tais como restaurantes, sorveterias, confeitarias e casas de chá, estimulou as famílias a fazerem refeições fora de casa, induzindo a uma maior utilização do espaço público. O convívio social ampliou-se e as ruas e demais espaços públicos, como os jardins, passaram a ser mais utilizadas. O automóvel e o bonde elétrico também movimentaram o dia a dia nas ruas e foram de suma importância como meio de transporte e recreação. No entanto, o ônus da modernização recaiu sobre as camadas populares, pois a população que mais se beneficiou com essas mudanças foi a elite (SEVCENKO, 1998). A manutenção da ordem na cidade, na visão dos governantes, era primordial, e as camadas populares, as prostitutas e os *vadios* foram vistos como um obstáculo ao projeto de modernização (ARAÚJO, 1993).

As mudanças no cotidiano do país solidificaram-se após a Primeira Guerra, principalmente a partir dos anos 1920. Para Araújo (1993), o período entre 1890 e 1920 foi de transição entre os padrões de comportamento tradicional e moderno, e este último só foi solidificado a partir dos anos 1920, abrindo espaços para novas e antigas formas de comportamento social, com uma vocação para o lazer e a ampliação da vida nas ruas. Já para Rey (1995), o período após a Primeira Guerra, e mais especificamente os anos 1920, foi concebido como “Loucos Anos Vinte”, quando se iniciou uma grande euforia assinalada pelo desejo de aproveitar a vida, e a população procurou viver cada momento com alegria e entusiasmo.

Nesse sentido, principalmente a partir dos anos 1920, novas práticas vão sendo incorporadas ao cotidiano nas principais cidades do país. Para uma melhor compreensão dessas práticas, e tendo como base Certeau (1998) e Da Mata (1997), essas práticas foram concebidas como práticas cotidianas, e divididas em práticas rotineiras e eventuais. Com relação às principais práticas rotineiras no Brasil, existe a prática de convívio social, como exemplo o *footing*, denominação utilizada para os passeios da elite, assim como a prática de esportes. Algumas dessas práticas já existiam e estavam em vigência desde o começo do século, mas adquiriram uma nova conjuntura como fontes de uma nova identidade e de um novo estilo de vida (SEVCENKO, 1998). Em seguida, essas práticas serão investigadas com vista a um melhor entendimento das mesmas.

As práticas cotidianas rotineiras que mais se destacaram no Brasil foram as práticas de convívio social. No início do século, sobretudo nos anos 1920, os melhoramentos urbanos das cidades introduzidos pelas reformas, assim como as novidades e os novos estabelecimentos culturais e comerciais favoreceram a ampliação dos passeios ao ar livre e o convívio social. Aumentaram-se, portanto, os passeios da elite, o *footing* em ruas e avenidas, praças, parques, jardins e, posteriormente, na praia. Com o objetivo de civilizar e modernizar as cidades, esses espaços públicos foram mais utilizados por uma classe social de maior poder aquisitivo e foi exercido um controle social com a proibição da circulação de populares. No entanto, tais espaços eram frequentados pelas camadas populares (ARAÚJO, 1993).

No Rio de Janeiro, o local predileto para os passeios diários da elite, o *footing*, foi a Avenida Rio Branco, que se transformou em uma verdadeira passarela urbana de roupas elegantes e de boas maneiras, refletindo o modo de vida das camadas abastadas e, por outro lado, o afastamento das camadas mais populares do centro (Figura 3).



Figura 3: Passeios, *footing*, na Avenida Rio Branco em 1920.

Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br>.

Os parques e jardins também eram locais favoritos para os passeios das famílias, e o Passeio Público do Rio de Janeiro foi uma área ajardinada e arborizada muito utilizada pela classe abastada (Figura 4).



Figura 4: Passeio Público do Rio de Janeiro no início do século.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Também houve convívio social nas praias após a urbanização dos bairros litorâneos brasileiros no início do século XX. As praias não foram muito utilizadas no Brasil até o começo do século XIX, e só a partir de 1830 é que elas passaram a ser apropriadas, mas eram valorizadas apenas pelas suas propriedades medicinais, como receita médica. Só a partir do início do século XX, com as intervenções nos bairros litorâneos, é que surge o banho de mar voltado para o lazer e o esporte. No entanto, esse espaço público era mais utilizado pelas famílias da elite (ARAÚJO, 1993).

No Rio de Janeiro, a orla de Botafogo foi urbanizada com a construção da Avenida Beira-Mar, de calçadões e jardins, e essa orla passou a ser muito usada para os passeios, principalmente as classes mais abastadas (Figura 5).



Figura 5: Jardins da praia de Botafogo por volta de 1910.

Fonte: <http://www.zack7.ifrance.com/rio>.

A praia de Copacabana também foi urbanizada e aos poucos ali se desenvolveram novos usos, tais como os banhos de mar, os passeios, o lazer e os esportes realizados geralmente por famílias de classes maior poder aquisitivo, com roupas apropriadas para a época (Figura 6).



Figura 6: Novos usos na praia de Copacabana por volta de 1920.

Fonte: <http://www.flickrriver.com>.

No Recife, os passeios também foram ampliados a partir dos anos 1920, porque surgiram diversos estabelecimentos comerciais que estimularam as famílias a saírem de casa. Assim, o passeio, o *footing*, passou a ser a principal prática cotidiana, principalmente nas ruas do centro, bem como nas pontes, margens do rio Capibaribe, nas praças, parques, na Avenida Beira-Mar, após a sua inauguração em 1924, assim como os pátios e feiras.

Outra prática rotineira de grande ênfase no Brasil foi a prática de esportes. Os esportes surgiram no país a partir do final do século XIX, especialmente devido à influência dos ingleses. A ideologia do esporte difundiu-se, aos poucos, como um conferidor de *status*, marcando a distância dos que não o praticavam, pois aderir ao esporte era uma forma de projeção social (ARAÚJO, 1993). No século XIX, o principal esporte era o turfe, realizado em *Jockeys Clubs*. O remo, praticado em praias e rios, se tornou moda a partir do início do século XX. As regatas foram incentivadas por Pereira Passos, que ofereceu prêmios para estimular essa prática, construiu instalações provisórias, dentre outros apoios (MELO apud MARZANO e MELO, 2010). Essa prática espalhou-se pelo país após a Primeira Guerra Mundial, principalmente ao longo dos anos 1920 e 1930, influenciando a formação de indivíduos fortes, disciplinados, transformando os padrões estéticos referentes às formas do corpo.

Dentre outros esportes, o futebol, principalmente nos anos de 1919 e 1920, evoluiu bastante e foi a grande febre esportiva nas capitais do país. Era exercido, em sua maioria, pela elite, em campos fechados. Mas existiam também jogos de futebol improvisados nas ruas, praças, terrenos baldios e esquinas, onde cresciam as queixas e as reclamações do público e dos jornais. Os praticantes desses jogos eram considerados moleques e vadios, e eram identificados com a perturbação da ordem e com a própria criminalidade. A vitória da Seleção Brasileira na copa de 1938 contribuiu para que o futebol se espalhasse no país e fosse praticado também por *pobres*. Também a partir de 1919 retornaram as corridas, tais como as automobilísticas, de motocicletas, de bicicletas e de pedestres, sobretudo em São Paulo (SEVCENKO, 1998).

As regatas mudaram o dia a dia do Rio de Janeiro e se tornaram a primeira manifestação da febre desportiva na cidade, atraindo, nos dias de competição, grande parte da população, principalmente aquelas regatas realizadas na praia de Botafogo (Figura 7).



Figura 7: Regatas na praia de Botafogo por volta de 1920.

Fonte: <http://www.jblog.com.br>.

A grande febre desportiva foi o futebol em campos fechados, e logo se tornou ainda mais intensa do que as regatas, espalhando-se pelo país, sendo difundido inicialmente pelas camadas de maior poder aquisitivo (Figura 8).



Figura 8: Partida de futebol em campos fechados em São Paulo, em 1910.

Fonte: <http://www.blog.cacellain.com.br>.

No Recife, o esporte foi outra prática também muito vivenciada pela população. Alguns esportes foram realizados em espaços fechados, tais como o futebol e as corridas de cavalo, e outros ao ar livre, como as regatas e os jogos na praia. A partir dos anos 1920, sobretudo nos anos 1930 e 1940, tais atividades foram incentivadas pelos governos, pois eram tidas como um fator de transformação social, criando uma nova sociedade desportista e integrando o país no perfil do mundo moderno e civilizado. No entanto, grande parte desses esportes estava voltado para a elite, conferindo *status* e projeção social aos seus praticantes.

Além dessas práticas cotidianas rotineiras, também ocorreram no país práticas cotidianas eventuais, que foram representadas por práticas tradicionais, como o carnaval, assim como as práticas religiosas e cívicas, que serão abordadas a seguir.

O carnaval, que vinha sendo festejado desde o período colonial sob a forma de jogos de entrudo, a partir do final do século XIX passou a ter como modelo o carnaval europeu burguês e civilizado, voltado para as classes de maior poder aquisitivo. O entrudo foi proibido pelos governantes, pois foi considerado prejudicial à tranquilidade pública e, em seu lugar, surgiu o carnaval chique e elegante dos

corsos, das batalhas de flores e confetes, e dos blocos com fantasias de luxo. O corso era um desfile de carros abertos, com pessoas fantasiadas, pelas ruas das áreas centrais. Esse novo modelo de carnaval acontecia sob os olhos vigilantes do Estado e nele não havia lugar para as camadas populares. No entanto, ainda se manteve o carnaval das camadas populares nas ruas, assim como a presença de *negros* que participavam maciçamente da festa, superando a repressão e o controle, e oferecendo oportunidades de interação social das classes sociais diferentes (ARAÚJO, 1996).

No Rio de Janeiro, o principal acontecimento do carnaval era o corso nas avenidas, sobretudo na Avenida Central, com pessoas de maior poder aquisitivo fantasiadas em carros abertos que desfilavam nas ruas, jogando confetes e serpentinas (Figura 9).



Figura 9: Corso no Rio de Janeiro em 1917.

Fonte: <http://www.bibliotecaets.blogspot.com>.

No Recife, o carnaval também foi uma prática muito vivenciada pela população. Dos anos 1920 aos 1940, o carnaval foi adaptado para satisfazer às exigências do Estado, com a ampliação dos poderes da polícia, censura e repressão aos populares.

As festas religiosas, desde o passado colonial até o século XIX, constituíam em ocasiões privilegiadas, sendo praticamente as únicas opções de diversão nas

idades (SETTE, 1979; FREYRE, 1968; ARRAIS, 2004). No período estudado, em todo o país as festas religiosas e as procissões continuaram a atrair uma grande quantidade de fiéis de classes sociais distintas (Figura 10).



Figura 10: Procissão do Círio de Nazaré em Belém, no início do século XX.

Fonte: <http://marciocoutohenrique.blogspot.com.br>.

No Recife, as práticas religiosas, no início do século XX, continuavam atraindo grande parte da população da cidade, sobretudo nas festas das igrejas, nas procissões e durante a Semana Santa. Nos anos 1930 e 1940, tais práticas se ampliaram com uma maior participação do Estado na realização das mesmas.

As práticas cívicas no Brasil dividiram a popularidade com as festas religiosas. No século XIX, com o repúdio à escravidão e a valorização do trabalho, foram incentivadas as cerimônias de culto ao trabalho, assim como as festas cívicas (ARRAIS, 2004). No século XX, essas festas foram ampliadas com vários eventos organizados e incentivados pelo Estado. Mas, sobretudo a partir dos anos 1930 e 1940, estas festas foram largamente ampliadas e incentivadas pelo Estado.

A festa do dia Primeiro de Maio, desde o início do século, foi uma das mais incentivadas pelos governos e das mais comemoradas, atraindo grande parte da população (Figura 11).



Figura 11: Primeiro de Maio no Rio de Janeiro no início do século XX.

Fonte: <http://passapalavra.info>.

No Recife, as práticas cívicas também foram ampliadas a partir do início do século XX, sobretudo durante o Estado Novo, com a introdução de grandes eventos organizados pelo governo.

Em suma, constatou-se que as práticas cotidianas introduzidas no Recife a partir dos anos 1920 seguiam o que estava acontecendo no restante do país, inspiradas nas mudanças que vinham sendo adotadas em outros países. Sobretudo nos anos 1920, tais práticas foram inseridas no cotidiano da cidade de maneira rápida, mudando o dia a dia da população.

Em seguida, serão investigadas as ações impostas pelo Estado no Recife no cotidiano dos anos 1920 aos 1940.

2.2 AÇÕES DO ESTADO NO COTIDIANO DO RECIFE DE 1920 E 1940

Assim como aconteceu no restante do país, o Recife também estava em busca de sua modernidade. Os governos foram os grandes patrocinadores dessa modernidade a partir de intervenções urbanas que introduziram novas práticas cotidianas nos espaços públicos. Dessa maneira, o Recife, assim como as principais

capitais do país, sofreu ações impostas pelo Estado na intenção de restringir a área central para o desfrute da elite e afastar as camadas populares.

- Anos 1920

Nos anos 1920, entre 1922 e 1926, a ânsia de modernidade foi impulsionada durante o governo de Sérgio Loreto e do prefeito Antônio de Goés. Esse governador inaugurou um novo período na política estadual ao implantar um forte esquema de propaganda e adotar uma postura autoritária legitimada pelas elites urbanas locais, de modo a efetivar a realização de obras voltadas para a elite. Esses princípios seguiam as determinações do governo federal que, entre 1922 e 1926, foi exercido por Arthur Bernardes, que adotou ações repressivas e antidemocráticas, tendo como justificativa os grandes conflitos políticos pelos quais passou o país na época, devido à insatisfação da população em relação ao regime das oligarquias. Ele ampliou os poderes do governo federal, manteve os jornais sob severa censura, criou a Lei de Imprensa, restringiu os direitos individuais e inseriu um forte esquema policial para reprimir os movimentos operários e populares (MOREIRA, 1994).

Tendo como base as determinações do governo federal, Sérgio Loreto exerceu o controle da imprensa e implantou um esquema de propaganda e divulgação, na tentativa de convencer a população do seu projeto de governo e de modernizar a cidade para as classes de maior poder aquisitivo. Contou com a colaboração de boa parte da imprensa local e com o apoio de jornais e revistas expressivas da época para divulgar suas obras e enaltecer seus feitos administrativos. Também fundou alguns órgãos da imprensa oficial como a Revista de Pernambuco e o jornal Diário do Estado, que continham uma série de artigos publicados pelo Estado, e que eram órgãos ativos de propaganda do Estado. Mandou ainda produzir filmes que seriam projetados antes das sessões de cinema (REZENDE, 1997; MOREIRA, 1994). Apesar desse controle da imprensa, seu governo sofreu contestações, com reclamações em jornais sobre as falhas do sistema de fornecimento de água e luz, a conservação da limpeza urbana, os buracos e sujeiras nas ruas, problemas de segurança, além de ser duramente criticado pela construção da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, em relação aos custos da obra (REZENDE, 2002; SÉRGIO LORETO SEU GOVERNO EM PERNAMBUCO, 1926).

No período da administração de Sérgio Loreto estava em vigor a primeira lei urbanística, a Lei 1.051, de 1919, que substituiu as antigas posturas do século XIX. De acordo com essa lei, a cidade foi dividida em perímetro principal, urbano e suburbano, com um cuidado maior para o centro histórico da cidade, tendo definido normas de recuo para o centro, que era nulo, e de no mínimo três a cinco metros para as áreas periféricas. Essa lei também expressou a tentativa de conservar o centro monumental, a exemplo das grandes cidades do século XIX, estando assim vinculada ao Plano de Modernização do Bairro do Recife de 1909-1912, quando houve uma extensa demolição do traçado urbano e do casario do bairro, para dar lugar a duas grandes avenidas com imponentes edifícios ecléticos (PESSOA DE MELO, 2002). Essas ideias remontam à modernização e às reformas urbanas implantadas nos centros das grandes cidades, como foi visto anteriormente.

No intuito de que o Recife seguisse os ideais das grandes capitais do país como uma cidade moderna, o governador realizou várias obras que foram constantemente utilizadas como propaganda política. Dentre elas destacam-se a implantação da luz elétrica, a abertura de ruas e avenidas e a criação de novas praças, como a Praça do Paissandu (atual Praça Chora Menino), Praça Sérgio Loreto, Praça do Entroncamento, Praça Oswaldo Cruz e a Praça Parque Amorim. Essas praças, concebidas na época como parques ou jardins, surgiram a partir do ajardinamento de espaços vazios que passaram a ser iluminados e ajardinados e receberam estátuas e coretos para a apresentação de bandas de música (MOREIRA apud ANPUR, 1995; SILVA, 2007; SILVA, 2010).

Nas revistas da época, são muitas as imagens que mostram as obras do governador, principalmente as novas praças, concebidas como os novos jardins da cidade, intensamente explorados nestas revistas, sobretudo na Revista de Pernambuco. Na figura abaixo, tem-se imagens de algumas praças construídas nos anos 20 que são a Praça do Parque Amorim, do Paissandu e da República (Figura 12).

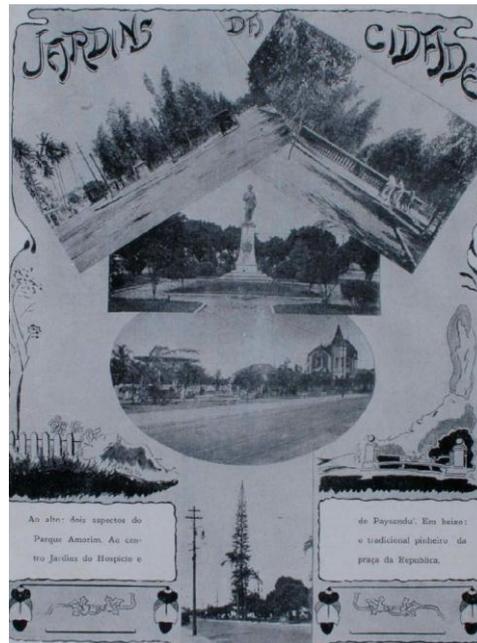


Figura 12: Obras do governo, propaganda das praças.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 16, outubro de 1925.

Ele também se empenhou em dois grandes empreendimentos, que foram a construção do Parque do Derby, atual Praça do Derby, e a abertura da Avenida Beira-Mar, hoje Avenida Boa Viagem. O Parque do Derby, inaugurado em 1924, fez parte de um grande projeto que incluía, além do parque, a construção de um quartel, a drenagem da área para a abertura de um canal, o loteamento do entorno, a construção de largas avenidas arborizadas e de duas áreas livres na frente do quartel para a prática de exercícios (SILVA, 2010). A Avenida Beira-Mar fez parte de um plano de intervenção urbanística que pretendia dotar a área litorânea, sul do Recife dos mais modernos equipamentos e serviços urbanos, com a construção de avenidas, calçadas arborizadas e postes de concreto. A ideia era criar uma estação balneária moderna, civilizada e elegante no Recife, como as existentes nas grandes cidades do mundo e do Brasil, pois até aquele momento a cidade não tinha locais adequados para os banhos de mar. Com essas obras, a cidade teve uma imensa modernização, sobretudo no seu tecido urbano, surgindo dois novos bairros e verificando-se uma ocupação mais efetiva dos arrabaldes (MOREIRA In: ANPUR, 1995).

Nas principais revistas da época, sobretudo na Revista de Pernambuco, são intensamente utilizados imagens e textos que mostram as obras realizadas pelo governador, como fonte de propaganda e de legitimação pública, associando o Recife novo e moderno que surgia a partir de Sérgio Loreto. Dentre essas imagens, destaca-se a capa de uma Revista de Pernambuco com a imagem de sua grande obra, que foi o Parque do Derby, ilustrando o parque, as largas avenidas arborizadas, a área livre em frente ao quartel para se fazerem exercícios, associando o parque à imagem de um novo Recife (Figura 13) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

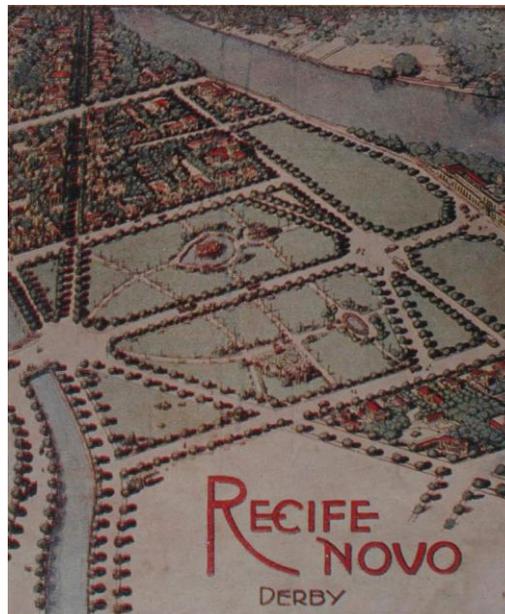


Figura 13: Obras do governo, o Parque do Derby.
Fonte: Revista de Pernambuco, n. 9, março de 1925.

Vale ressaltar que as obras implantadas por Sérgio Loreto refletiam o seu desejo de modernizar a cidade e de afastar as camadas populares dos espaços públicos, sobretudo da área central. Assim, as praças, o Parque do Derby e a Avenida Beira-Mar em Boa Viagem surgiram para o embelezamento da cidade.

Por outro lado, alguns melhoramentos urbanos realizados pelo governador na área central alteraram o tecido urbano. Algumas imagens registram as destruições que afetaram a área central da cidade, destacando-se a demolição de sobrados antigos para implantar as obras do Governo (Figura 14).

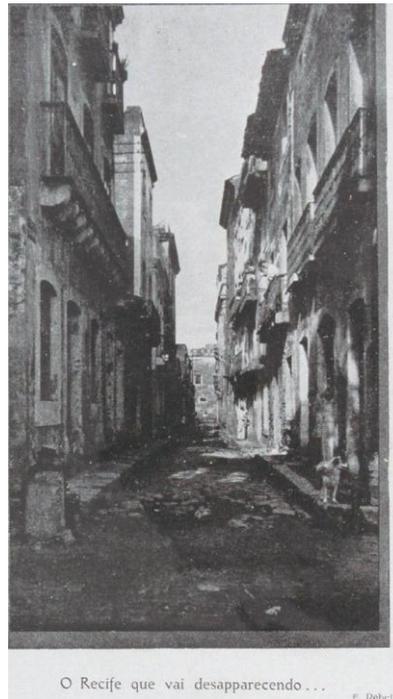


Figura 14: O outro lado da modernização feita pelo Estado, demolições na área central.

Fonte: Revista da Cidade n. 8, julho de 1926.

Como foi visto, para implantar seu programa de governo, Sérgio Loreto incentivou práticas voltadas para a elite e impôs algumas ações ao cotidiano da população.

- Anos 1940

O governador Sérgio Loreto foi sucedido por Estácio Coimbra até 1930, quando assumiu o interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Inspirando-se nas ideias de modernização difundidas no país, o interventor adotou ações na área da arquitetura, paisagismo e urbanismo, dando um grande incentivo ao progresso do Recife.

Na arquitetura, ele criou um departamento de construções, que era a Diretoria de Arquitetura e Construção (DAC) e, para a coordenação geral dessa diretoria, ele convidou o arquiteto Luiz Nunes, que elaborou vários projetos arquitetônicos modernos para a cidade. Na área de paisagismo, criou o Setor de Parques e Jardins, que pertencia à DAC, e convidou o paisagista Roberto Burle Marx para sua coordenação, que permaneceu na mesma entre 1935 e 1937. Em 1936, essa diretoria passou a denominar-se Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do Estado de

Pernambuco, prolongando-se até 1937, quando foi encerrada devido ao Estado Novo (DOURADO, 2009; SILVA, 2010). O trabalho de Burle Marx revolucionou o modo de pensar e a forma de implantação dos espaços públicos de recreação ao criar o jardim moderno no Brasil. Entendendo que o jardim cumpria uma função ecológica, pedagógica e artística, ele impulsionou o desenvolvimento do paisagismo no Recife, com sua concepção inovadora de jardins, valorizando a flora e as qualidades ambientais da paisagem regional. Com isso, preconizou as bases do jardim moderno no Brasil. Foram quatro anos de intenso trabalho, em que esse paisagista realizou mais de dez intervenções, entre projetos completos e pequenas intervenções públicas e privadas (SÁ CARNEIRO In: PONTUAL e SÁ CARNEIRO, 2005). No conjunto da obra de Burle Marx dessa época, destacam-se os projetos da atual Praça de Casa Forte (1935), Euclides da Cunha (1935) e Praça Arthur Oscar (1935), e intervenções na Praça Dezesete, Praça do Derby, Praça da República, Praça Chora Menino, Praça do Paissandu, entre outras (SILVA, 2010).

No urbanismo, foram realizados debates e seminários sobre o modernismo, além de visitas de urbanistas estrangeiros, como a do urbanista francês Alfred Agache, que veio ao Recife em 1927. Naquele momento, as discussões sobre o urbanismo se aprofundaram, suscitadas por engenheiros, jornalistas, intelectuais e políticos, e motivaram a criação de planos para promover o progresso da cidade (OUTTES, 1997).

Segundo Pontual (2005), nesse ambiente de modernização da cidade foram criados alguns planos urbanísticos elaborados por Domingos Ferreira, em 1927, Nestor de Figueiredo, em 1932, Atílio Correa Lima, em 1936, e Ulhôa Cintra, em 1942. O lugar priorizado por esses planos foi o bairro de Santo Antônio. Estes planos tiveram alguns pontos convergentes, como o zoneamento funcional da cidade, a previsão de parques, jardins ou áreas verdes, a preservação do verde existente no centro e nos subúrbios, a abertura de largas avenidas e a verticalização das edificações.

A década de 1930 também foi um período de grande turbulência política em todo o mundo e no Brasil. Essas turbulências tiveram relação com os inúmeros conflitos políticos e as crises econômicas que culminariam com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929 e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Também começou a

surgir em países europeus uma política baseada em movimentos totalitários, como o de Mussolini na Itália, Salazar em Portugal, Francisco Franco na Espanha e Stalin na União Soviética, além de Hitler na Alemanha. Essa política autoritária dos ditadores influenciou diretamente o Brasil, com a Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas e os militares ao poder.

A chegada de Vargas ao poder influenciou a política de todo o país. Ele assumiu o governo em 3 de novembro de 1930, em caráter provisório, até 1934. Em oito dias, ele criou um decreto que concentrava os poderes em suas mãos, e atribuiu a si mesmo a chefia dos poderes Executivo e Legislativo e indicou tenentes para a chefia de quase todos os Estados do país. Em 1935, promulgou a nova Constituição Brasileira, que incluía o voto secreto e os três poderes (SILVA, 2000; SILVA e BASTOS, 1983). Lentamente, ele reforçou o seu poder pessoal até que, em novembro de 1937, deu um golpe e instituiu uma ditadura fascista no Brasil. O período entre 1937 a 1945 ficou conhecido como a “Era Vargas” ou “Estado Novo”, marcado por forte autoritarismo. Em seu governo, foram suprimidos eleições, partidos, associações, liberdade de expressão. As decisões para o país dependiam do Presidente da República. Houve um controle direto sobre jornais, estações de rádio e produtoras cinematográficas, bem como uma ampla utilização do cinema, teatro, jornal e rádio para enaltecer as ações do Estado Novo (SILVA, 2000; SILVA e BASTOS, 1983).

Seguindo o que determinava Getúlio Vargas, os eventos cívicos se espalharam pelo país e se transformaram em verdadeiros espetáculos. Tais eventos tinham como objetivo legitimar e dar sustentação ao governo, e era importante que houvesse um maior número de eventos e de pessoas, sendo fundamental a presença da imprensa na divulgação dos mesmos. São exemplos desses eventos cívicos as passeatas e os discursos realizados na Semana da Pátria, Primeiro de Maio, dia da Abolição da Escravatura, dia da Bandeira, dentre outros.

Em Pernambuco, com o Estado Novo e respondendo aos anseios do interventor federal, o governador Carlos de Lima Cavalcanti foi deposto. Assumiram Agamenon Magalhães como interventor e Novaes Filho como prefeito, ambos governaram durante o período compreendido entre 1937 e 1945 (SOUZA NETO, 2000).

Seguindo os ideais do governo federal de Vargas, Agamenon ampliou o controle da imprensa e montou um forte esquema de propaganda e de divulgação de suas obras mediante as normas elaboradas pelo DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, censurando o rádio, o cinema, os jornais, entre outros (PANDOLFI, 1984). A Rádio Clube de Pernambuco, PRA 8, era a mais importante transmissora do Estado e, desde o início do novo regime, foi subsidiada pelo interventor, tornando-se assim uma peça fundamental para a divulgação e a promoção dos eventos do Estado. O Jornal Folha da Manhã, que era de sua propriedade, tinha duas edições diárias e também teve um papel fundamental na divulgação dos eventos do Estado. Através da imprensa, ele procurou doutrinar a população, principalmente no intuito de imprimir uma nova ordem, não apenas econômica social e política em Pernambuco, mas um novo sentido de mundo (SOUZA NETO, 2009). Além da imprensa, ele também utilizou os Centros Educativos Operários (CEOs), fundados em 1935, para doutrinar a população, já que esses centros tinham como finalidade a reeducação das classes operárias e das famílias contra a onda vermelha do comunismo. Esses CEOs também participavam da organização dos eventos do Estado e tinham o importante papel de atrair as multidões, de uni-las em torno do ideal comum do Estado Novo, já que estavam em contato direto com os trabalhadores (GOMINHO, 1997; PANDOLFI, 1984).

Agamenon também tinha como princípio continuar a modernização da cidade em busca do progresso. Para tal, ele se apoiou na Lei em vigor desde 1936, o Regulamento de Construções do Município, Lei nº 374, que substituiu a Lei de 1919 e que vigorou até o Código de Obras de 1961. Essa lei incorporou as ideias modernas que se espalhavam pelo país e introduziu algumas inovações, como o zoneamento de funções, baseado na Carta de Atenas, dividindo a cidade em quatro zonas: principal, urbana, suburbana e rural. Tinha ainda uma visão da cidade progressivamente vertical da periferia para o centro. Apresentava um caráter segregador, com a proibição de construção de habitações mais *pobres* nas zonas mais centrais (OUTTES, 1997). Pode-se considerar que essa lei inicia a era das leis efetivas de controle do uso e ocupação do solo urbano do Recife.

Para Arrais (2004), essa lei incorporou o ideário do urbanismo moderno às intervenções urbanas, favorecido pelo apoio financeiro de Getúlio Vargas, o qual atendia ao imperativo da abertura de grandes avenidas para a circulação, principalmente de automóveis no lugar dos bondes, e modificou principalmente a vivência urbana dos moradores. Já para Outtes (1997), o urbanismo moderno, adotado nas intervenções urbanas desse período, foi utilizado como um meio para determinar os hábitos e comportamentos da população, sendo considerado como um bem comum, um interesse de toda a sociedade.

Seguindo os ideais de se implantar uma cidade moderna, Agamenon Magalhães e Novaes Filho realizaram várias obras na cidade. Eles incentivaram a construção de edificações modernas, como um sinônimo de conforto e elegância, e as edificações verticais. O governador estimulou a criação do Parque 13 de Maio, cujo projeto foi elaborado pelo engenheiro Domingos Ferreira. O projeto tinha um espaço circular, destinado à prática de esportes, contornado em parte por uma fileira de palmeiras, e continha ainda dois lagos e espécies vegetais. A inauguração do parque ocorreu em 30 de agosto de 1939, quando aconteceu um grande evento religioso, que foi o Congresso Eucarístico Nacional (Figura 15) (SÁ CARNEIRO, 2010).

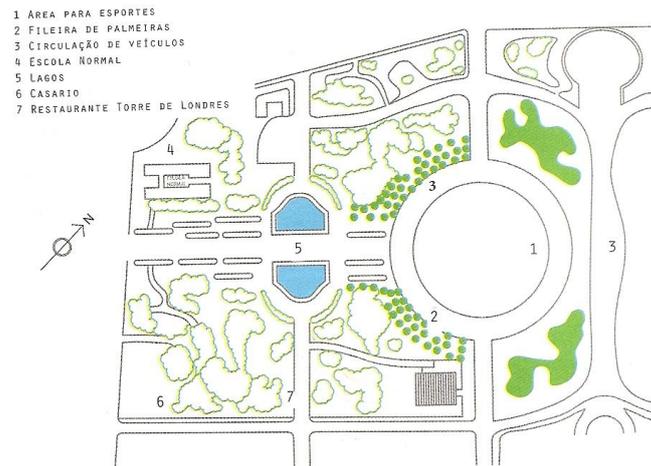


Fig. 3.14 Planta do Parque 13 de Maio, 1939. Museu da Cidade do Recife. Digitalizada pelo Laboratório da Paisagem - UFPE, a partir da planta da Prefeitura da Cidade do Recife

Figura 15: Projeto do Parque 13 de Maio de 1939.

Fonte: SÁ CARNEIRO, 2010.

Ele mandou ainda implantar a arborização de praças e jardins, o embelezamento da praia de Boa Viagem com a criação de jardins, gramados, piso na calçada e construção de casas (Figura 17), a iluminação das margens do rio Capibaribe, a construção de pontes, como a Duarte Coelho, a abertura de avenidas e a pavimentação de ruas, como a Avenida Caxangá, e estendeu a iluminação pública até as vilas populares. Concluiu, em 1944, a substituição da energia a gás pela elétrica nas avenidas, ruas e praças da cidade (GOMINHO, 1997; PONTUAL, 2001). Vale ressaltar que Agamenon também utilizou as suas obras como propaganda política e essas obras aparecem com frequência nos jornais da época.

O interventor, juntamente com o prefeito da cidade e com a contribuição de arquitetos e engenheiros, efetivou a realização de planos e projetos para o centro da cidade, os quais estavam baseados nas ideias modernistas difundidas no país. Nesses planos está inserido o desejo de modernizar a cidade com a criação de espaços públicos voltados para as classes de maior poder aquisitivo, o que refletia o desejo de afastar os populares da área central. Assim, esses planos embelezaram a cidade, mas, por outro lado, causaram grandes impactos porque geraram grandes demolições e exclusão social na área central.

O primeiro deles foi o Projeto de Remodelação do bairro de Santo Antônio, retomando a proposta de Nestor de Figueiredo de 1932, que previa a abertura de uma larga avenida, denominada 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes, em homenagem ao Estado Novo. O projeto foi concebido pela Comissão do Plano da Cidade, que desaprovou o Plano de Atílio Corrêa Lima de 1936 e apresentou essa proposta em 1938 (OUTTES, 1997; PONTUAL, 1998).

De acordo com esse projeto, a nova avenida partia da Praça da Independência em direção à futura Ponte Duarte Coelho, introduzindo a verticalização arquitetônica e conferindo monumentalidade ao centro (Figura 16) (PONTUAL, 2001).



Figura 16: Projeto de Remodelação com a criação da Avenida Guararapes.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição matutina.

A execução da reforma do bairro de Santo Antônio foi relativamente rápida, levando à demolição de vários becos, vielas, casarios e locais históricos da cidade, modificando o padrão dominante das ruas coloniais presentes no bairro, além da expulsão da camada popular que habitava o bairro. Por outro lado, os novos lotes passaram a receber edifícios de grande altura, os quais abrigavam escritórios, repartições públicas, cinemas e bancos. Foram implantados edifícios de arquitetura pratoracionalista, com galerias para os passeios no térreo com pé direito alto e soluções diferenciadas para as esquinas. O dimensionamento, a verticalização, a ausência de ornamento nas fachadas, as janelas horizontais são aspectos desse conjunto que os definem como moderno. A criação dessa avenida, com seus edifícios monumentais, revela a clara intenção de modernizar o centro da cidade, transformando-o em um grande conjunto monumental. As características de sua arquitetura buscam promover condições necessárias à criação de um ambiente urbano capaz de associar a modernidade daqueles tempos à imagem do Estado (Figura 17) (ROLIM, 1999; MOREIRA In: LEME, 1999).



Figura 17: Avenida Guararapes nos anos 40.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Dando prosseguimento à remodelação do centro da cidade, o prefeito iniciou os trabalhos para a construção de uma nova avenida prevista no Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade de Uihôa Cintra de 1942, que era a Avenida Dantas Barreto, que articularia os bairros da Boa Vista, Santo Antônio e São José. Em 1943, foram iniciadas as construções que desencadearam uma grande demolição na área central em um curto espaço de tempo, com a destruição de vários edifícios, alguns de significativo valor histórico, centenas de imóveis e velhas ruas. Entretanto, o governo não concluiu essa avenida, ficando apenas nesse período as demolições, pois a mesma só foi concluída no governo de Pelópidas Silveira, entre 1971 e 1975 (OUTTES, 1997; PONTUAL, 2001).

Em suma, observou-se que, entre os anos 1920 e 1940, os governos foram os grandes incentivadores da modernidade do Recife, a partir da criação de intervenções urbanas que introduziram novas práticas cotidianas nos espaços públicos. No entanto, essas intervenções estavam voltadas para a elite e tinham a intenção de afastar as camadas populares de determinados espaços e de não lhes permitir determinadas práticas.

3 DESVENDANDO AS PRÁTICAS ROTINEIRAS NO RECIFE DE 1920 E 1940

Este capítulo abordará as práticas cotidianas rotineiras no Recife, que incluem as de convívio social e as de esporte. As práticas rotineiras de convívio social foram bastante expressivas devido à ampliação da vida ao ar livre, e a prática de esportes também foi marcante nesse período devido à grande preocupação com a saúde e o físico.

3.1 PRÁTICAS DE CONVÍVIO SOCIAL

- Caminhar nas ruas e avenidas

Entre os anos 1920 e 1940, as pessoas costumavam caminhar pelas ruas e calçadas que, em sua maioria, eram silenciosas e tranquilas devido ao pouco movimento. Em algumas calçadas, as pessoas colocavam cadeiras para ficar conversando e ouvir rádio, como a Rádio Clube de Pernambuco, a PRA-8, fundada em 1923, já que ainda não havia televisão, principalmente os programas de calouros e as notícias da guerra (PARAÍSO, 1998). Em relação ao cotidiano calmo das calçadas da cidade, Paraíso (1998) relembra que:

Não havia ainda a televisão, responsável, entre outras coisas, pelo desaparecimento da calçada como ponto de reunião das famílias, lugar onde se conversava e eram discutidos os problemas da comunidade e de cada um (...) Era ali que se reuniam os mais velhos, vizinhos, amigos e parentes, famílias inteiras, toda noite ali presentes, para alguns jogos (...), mas principalmente, para longas conversas que se estendiam noite adentro e que versavam sobre tudo – futebol, doenças (...) política, revoluções (p. 85).

As calçadas do Recife antigo, gostosas calçadas de São José e de Santo Antônio – Rua da Concórdia, Rua da Palma – e dos bairros mais afastados (p. 87).

Algumas ruas da área central ou dos arrabaldes possuíam árvores frondosas, uma herança, em sua maioria, da prática de arborização pública da segunda metade do século XIX, as quais proporcionavam sombra para os passeios (PARAÍSO, 1998; MESQUITA, 1998). Portanto, não era só nos quintais que se encontravam árvores,

mas também em algumas ruas do bairro da Boa Vista, do Espinheiro e da Madalena, nas quais as copas das árvores formavam verdadeiros túneis (PARAÍSO, 1998).

Assim, as caminhadas aconteciam na Rua do Hospício, no centro da cidade, sobretudo no trecho voltado para a Escola Normal, como também na Avenida Rui Barbosa, nos arrabaldes, devido a essas ruas serem tranquilas em alguns dias e horários e arborizadas (Figuras 18 e 19).



Figura 18: Rua do Hospício arborizada e com pouco movimento nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 8, fevereiro de 1925.

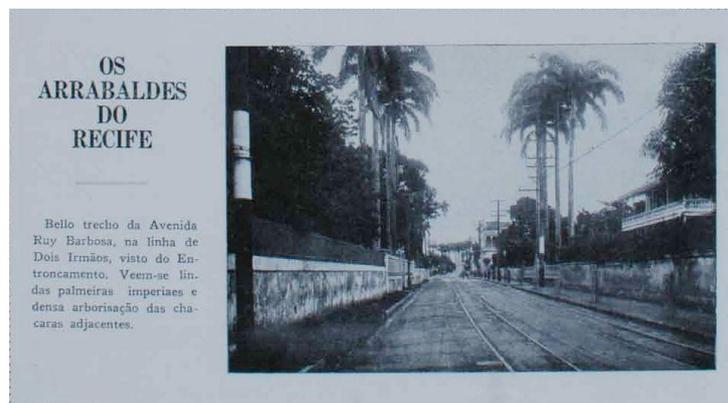


Figura 19: Avenida Rui Barbosa com árvores e pouco movimento nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco n. 14, agosto de 1925.

As ruas mais utilizadas para as caminhadas localizavam-se nos bairros do centro: Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. O Bairro do Recife, devido à reforma de 1910 -1913, passou a conter largas avenidas, com edifícios de fachadas imponentes que atraíam os visitantes que queriam desfrutar momentos de lazer e

conhecer o bairro. As demais ruas desse bairro também eram agitadas devido às atividades do porto, ao comércio de importação e exportação, aos serviços públicos e aos negócios ali existentes. Essas ruas eram apropriadas por homens de negócios, comerciantes, importadores e exportadores, mas também por estivadores, trabalhadores do porto e vendedores ambulantes. As ruas mais movimentadas eram as do bairro de Santo Antônio, pois esse bairro concentrava os principais espaços de convivência e diversão da cidade, como instituições culturais, lojas de comércio, praças, cinemas, várias igrejas e os principais órgãos de governo. Nas ruas mais agitadas, que eram a Rua Nova, Imperatriz e 1º de Março, transitavam homens e mulheres de classes abastadas, intelectuais, além de trabalhadores, populares, vendedores ambulantes e prostitutas. As ruas do bairro de São José, em sua grande maioria formada por becos, travessas e ruas mais estreitas, também eram muito movimentadas e eram apropriadas, principalmente, por pequenos comerciantes, feirantes e ambulantes. As ruas de maior movimento eram a Rua da Penha e as do entorno do Mercado de São José. O bairro da Boa Vista era eminentemente residencial, com casarões pertencentes a famílias tradicionais, igrejas, instituições de ensino, entre outros usos (PARAÍSO, 1998; FREYRE, 1968). A Avenida Marquês de Olinda era um local que recebia um grande fluxo de pessoas, autos e bondes, porque ligava o porto, no Bairro do Recife, à Rua 1º de Março, no bairro de Santo Antônio, além de também ter sido reformada (Figura 20).



Figura 20: Avenida Marques de Olinda no Bairro do Recife, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 3, setembro de 1925.

A Rua 1º de Março era uma das ruas mais agitadas do centro porque ficava próxima ao comércio principal, além da grande circulação de autos, bondes e pedestres (Figura 21).



Figura 21: Rua 1º de Março no bairro de Santo Antônio nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 6, dezembro de 1924.

Sobre as peculiaridades das ruas do centro do Recife, Freyre (1968, p. 155) comentou:

As ruas do Recife, de modo geral, refletem o caráter dos três ou quatro bairros principais em que a cidade se divide: as de dentro do Recife – isto é, da “ilha do Recife”, onde se desembarca e onde estão os grandes bancos, as casas de alto comércio (...) – são ruas graves e européias – menos o cais do Apolo, com seu cheiro denso, forte, tropical, de açúcar, sua catinga de negro suado, seu muito de africano e de colonial. As ruas principais do bairro de Santo Antônio – as ruas do comércio elegante, das modistas, das perfumarias, das confeitarias, das joalherias, as ruas cívicas (...) são predominantemente européias, porém sem a gravidade masculina das do Recife: com uma graça feminina. Cheiros também femininos. Esse caráter feminino se surpreende também nas melhores ruas de residências da Boa Vista, com jardins cheios de palmeiras. Já para os lados de S. José, o Recife como que se orientaliza; a vida que as ruas refletem é hoje a da pequena burguesia, mais sociável que a grande; e gente que de noite vem conversar, sentada em cadeiras de vime espreguiçadeiras de lona, à calçada, à porta da casa (...) É o bairro do comércio mais barato. Das lojas e armazéns com nomes sentimentais (...) Também dos armazéns de charque e de café; de ruas que cheiram a comida e a café se torrando; a temperos; a coentro (...) A gente de São José olha para a Boa Vista quase como para estranhos; e até entre ruas há rivalidades.

O cotidiano nas ruas do centro ficava bastante agitado durante as festas e comemorações públicas de grande porte, as quais que atraíam a atenção dos habitantes da cidade. Como exemplo, a recepção na chegada dos tripulantes do hidroavião Jahu, em 1927. Uma multidão aguardou os tripulantes do hidroavião no Cais do Porto e na Praça Barão do Rio Branco, e de lá seguiu em passeata pelas ruas, passando pela Ponte Buarque de Macedo até chegar à Praça da República, onde os tripulantes seriam recepcionados pelo governador. As regatas foram marcantes nos anos 1920, atraindo grande parte da população para as margens do rio e as pontes, para torcer pelos atletas. Outro hábito da população era ficar na frente dos principais jornais para escutar em seus alto falantes as partidas de futebol ou para escutar a música transmitida pela Rádio PRA-8. Nos anos 1920, era hábito ficar defronte dos principais jornais, como o Jornal Diário de Pernambuco, para escutar as transmissões de futebol da rádio PRA-8 em seus alto falantes (Figura 22).

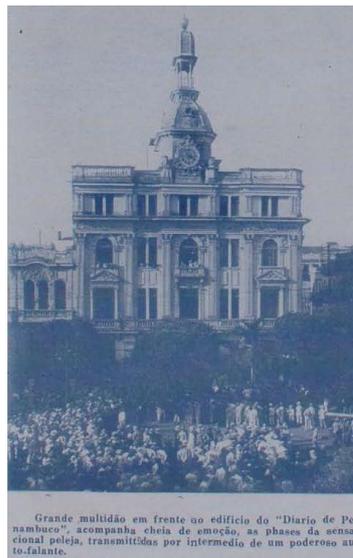


Figura 22: População escutando partidas de futebol defronte do Jornal Diário de Pernambuco nos anos 1920.
Fonte: Revista de Pernambuco, n. 6, dezembro de 1924.

A principal prática rotineira nas ruas, portanto, eram as caminhadas, que aconteciam principalmente na área central. Essas se ampliaram a partir dos anos 1920 e se mantiveram nos anos 1930 e 1940, principalmente devido aos melhoramentos urbanos e ao surgimento de estabelecimentos comerciais e de novas formas de diversão, como o cinema e o teatro. O comércio nos arrabaldes era ainda incipiente, e tudo a ser comprado era encontrado nas ruas do centro, principalmente nas ruas Nova, Imperatriz e seu entorno. Nos anos 1920, diversos estabelecimentos

comerciais foram inaugurados, como os cinemas, além de casas de chá, restaurantes, confeitarias, o que estimulou a população a sair de casa e a percorrer os espaços públicos da área central (COUCEIRO, 2003). Era costume frequentar as confeitarias, como a Crystal, localizada na Rua Nova, após as caminhadas, e elas ofereciam uma grande variedade de alimentos (Figura 23).

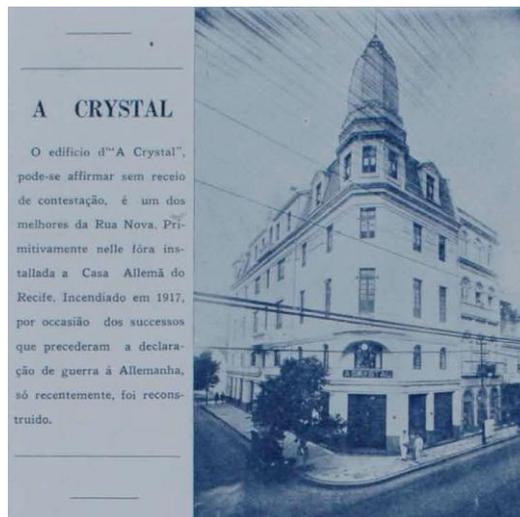


Figura 23: A confeitaria Crystal incentivou as pessoas a percorrerem as ruas nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 13, julho de 1925.

Nos anos 1920, o cinema constituía-se numa das principais diversões, e movimentava o cotidiano das ruas antes e após as sessões. Como exemplo, veja-se a agitação em frente ao cinema Royal, na Rua Nova (Figura 24).



Figura 24: O cinema Royal movimentou o cotidiano das ruas no início do século XX.

Fonte: MENEZES, 2003.

O aparecimento dos bondes elétricos da Pernambuco Tramways, a partir de 1914, também incentivou as caminhadas pelas ruas do centro, pois elas favoreceram a vinda de pessoas de áreas distantes e de arrabaldes, deixando as mesmas em vários pontos de parada no centro. O bonde era o único meio de transporte disponível para ricos e *pobres*, já que o automóvel era artigo de luxo. Existiam bondes de tipos variados, ou seja, de primeira classe, para a elite: de segunda classe, para os populares, e outros que colocavam lado a lado pessoas de classes sociais diferentes. Esses bondes tinham, em média, 3 metros de largura. Muitas vezes dois bondes se cruzavam na mesma rua, ocupando praticamente toda a largura da mesma. Os bondes circulavam nas principais ruas, praças, parques e pontes, passando pela Praça da República, da Independência e Barão do Rio Branco, pelo Parque 13 de Maio, além da Rua 1º de Março, Avenida Marquês de Olinda e das pontes da Boa Vista, Maurício de Nassau, dentre outras (COUCEIRO, 2003; ALVES DA MOTA, 1997). Durante as viagens, as pessoas ficavam sentadas e juntas, e isso favorecia as conversas, amizades, namoros, além de leituras. Como até os anos 1930 os bondes eram abertos, as pessoas aproveitavam também as viagens para ver o movimento e muitas vezes até escutar o que se falava nas ruas e calçadas (Figura 25).



Figura 25: Pessoas que olhavam as ruas nos bondes abertos nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 76, novembro de 1926.

As viagens dos arrabaldes para o centro eram longas e geralmente traziam muita gente para resolver negócios e fazer compras. Veja-se como exemplo esse bonde que vem de Casa Amarela (Figura 26).



Figura 26: Bondes vindos dos arrabaldes, o bonde de Casa Amarela nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 26, novembro de 1926.

Com o passar do tempo e o aumento da população, os bondes ficaram lotados e grande parte das pessoas permanecia em pé ou segurando-se nos estribos (Figura 27).

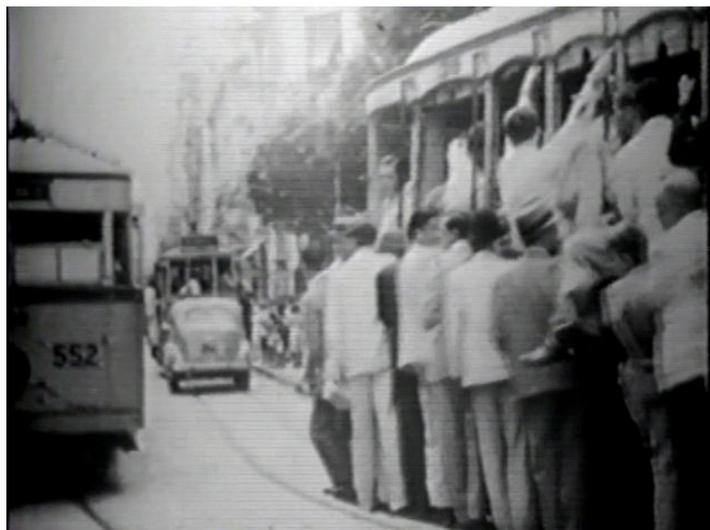


Figura 27: Bondes lotados no centro da cidade nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco.

Relembrando a lotação dos bondes, Paraíso (2002, p. 103) salientou que:

Para o centro da cidade, vindos de arrabaldes, é que se dirigiam todos, nos bondinhos da Tramways. Nem sempre, é verdade, bem acomodados nos seus bancos duros de madeiras, alguns viajando, por conta do excesso de lotação, pendurados nos estribos. Vindos da Imperatriz, os bondes passavam pela Rua Nova (...) e seguiam, após a 1^o de março, para a Rua do Imperador ou para o bairro do Recife.

As paradas dos bondes, por serem locais de espera e permanência, acabaram tornando-se também pontos de encontro. Geralmente pessoas bem vestidas esperavam o bonde para voltar para casa nessas paradas, principalmente após o *footing* (Figura 28).



Figura 28: Pessoas que esperam os bondes no centro, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 11, agosto de 1926.

Por volta dos anos 1940, as ruas modificaram-se bastante e transformaram-se em locais de grande circulação de veículos que transitavam de maneira rápida e perigosa. Em algumas ruas do centro, devido à ampliação do movimento de autos, bondes e pedestres, passaram a ocorrer muitas vezes atropelamentos, daí surgindo a necessidade de medidas de controle do trânsito (Figura 29) (COUCEIRO, 2003).



Figura 29: Ampliação do movimento no centro da cidade nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco.

O serviço de transporte público foi alvo de críticas pela população ao longo de toda a primeira metade do século XX, mas só no final dos anos 40, surgiu o sistema de ônibus da Pernambuco Autoviária, que passou a circular pela Ponte Duarte Coelho e tinha seu ponto final na Avenida 10 de Novembro, atual Guararapes. Durante a Segunda Guerra, com o aumento do número de pessoas na cidade, ocorreu a lotação dos bondes e, por volta de 1957, eles pararam de circular (PARAÍSO, 2002).

Assim, pode-se concluir que os passeios e caminhadas foram a principal prática rotineira cotidiana nas principais ruas do centro. Imagens da época expõem o grande fluxo de pessoas que percorriam essas ruas, principalmente no horário da tarde, o que demonstra que caminhar pelo centro era de fato uma prática diária da população (Figura 30).



Figura 30: Passeios nas ruas do centro da cidade nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco

O trecho da área central mais utilizado para os passeios, então conhecido como *footing*, entre os anos 1920 e 1940, ficava entre a Rua 1º de Março e a Rua Nova, que pela Ponte da Boa Vista dava acesso à Rua da Imperatriz. Era a área mais movimentada do centro, porque tinha uma grande variedade de lojas, consultórios e facilidade de acesso para bondes e autos. Esses passeios realizavam-se todas as tardes, principalmente aos sábados, e a maioria dos frequentadores era constituída de pessoas da elite, mulheres, mocinhas, senhoras e alguns homens. Paraíso (1996, p. 107), ao lembrar o passeio do centro nos anos 1940, expressou que “o recifense adorava andar pela cidade, às vezes até inventando um pretexto para ir ao centro. O acesso era fácil e gostoso. Os bondes, ventilados, limpos e pontuais, nos deixavam na Praça Maciel Pinheiro, na Imperatriz, na Rua Nova, na pracinha do Diário”.

As mulheres, que eram a maioria, costumavam cumprimentar amigos e conhecidos, olhar as vitrines para fazer compras (Figura 31), dirigir-se à igreja para rezar (Figura 32) e também conversar nas portas das lojas, hábito que ficou conhecido como ponto de encontro ou pontinho. “Tudo era, às vezes, um simples pretexto para se ir à cidade. A finalidade principal era fazer o *footing*, ou seja, ver e ser vista. Simplesmente andar pelas ruas do Recife” (PARAÍSO, 2002, p. 177).



Figura 31: Mulheres indo às compras durante o *footing*, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 4, junho de 1926.

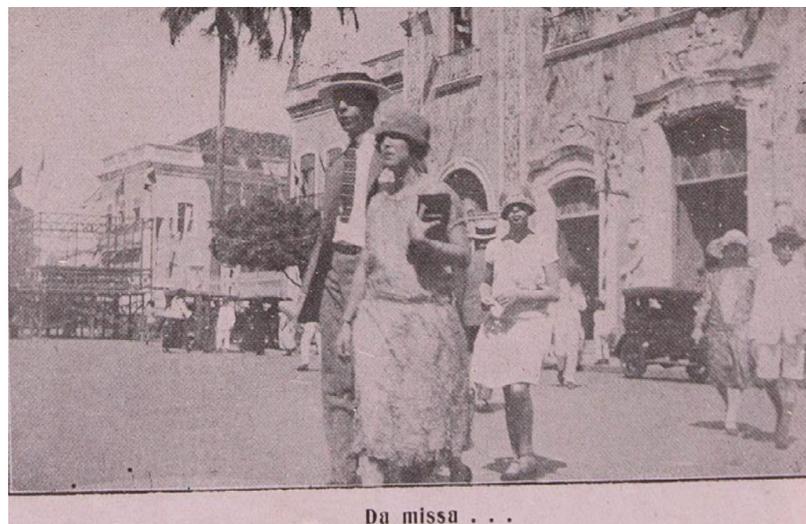


Figura 32: Mulheres aproveitam o *footing* para ir à missa, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 10, julho de 1926.

Vale ressaltar que a vida das mulheres mudou muito na virada do século, especialmente nos anos 1920, pois elas passaram a sair de suas casas e a utilizar os espaços públicos para passear, fazer compras, divertir-se e trabalhar. As roupas e os cabelos também se modificaram. Elas deixaram de usar os vestidos longos que cobriam os braços e iam até os pés e os imensos chapéus do século XIX, para usar

vestidos mais curtos, de tecidos leves, e chapéus pequenos, e protagonizavam um verdadeiro espetáculo visual, o qual não faltavam luvas, chapéus elegantes e joias. Percebe-se então uma maior liberdade das mulheres que saíam eram a maioria nos passeios pelas ruas (Figura 33) (PARAÍSO, 1996; PARAÍSO, 2002).



Figura 33: Mulheres exibem seus vestidos mais curtos, chapéus e joias no *footing*, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 54, junho de 1927.

O passeio das mulheres pelas calçadas era acompanhado pelo olhar atento dos rapazes que aproveitavam para *flertar*, para a troca de olhares e sinais, o *flirt*, como era chamado nos anos 1920 (COUCEIRO, 2003; PARAÍSO, 2002). Durante o *footing*, a rua transformava-se em uma verdadeira passarela para as mulheres que exibiam as novidades de roupas, sapatos, joias e chapéus (Figuras 34).



Figura 34: As ruas são uma passarela para os passeios nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 3, junho de 1926.

As mulheres passeavam geralmente em grupo, e muitas vezes paravam para conversar nas calçadas. Percebe-se que elas estavam sempre elegantes, usavam meias, jóias e chapéus e algumas estavam acompanhadas de crianças também bem vestidas (Figuras 35 e 36).



Figura 35: Passeios de mulheres geralmente em grupo nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 54, junho de 1927.



Figura 36: Grupo de mulheres durante o *footing* nos anos 20.

Fonte: Revista da Cidade, n. 69, setembro de 1927.

Os homens, mesmo em menor quantidade, também passeavam pelas ruas principais do centro, exibindo chapéus, paletós e gravatas (Figura 37), e eram geralmente jovens rapazes, estudantes da Faculdade de Direito, das Escolas de Medicina e de Engenharia, poetas, professores e profissionais liberais (COUCEIRO, 2003; PARAÍSO, 2002).



Figura 37: Passeios dos homens nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 7, julho de 1926.

A Rua Nova, durante os anos 1920 e 1940, destacou-se como a rua mais elegante do centro da cidade. O motivo para esse grande movimento era a variedade do comércio, com lojas para diversos fins, os cinemas, como o Royal e o Pathé, as

confeitarias, como a Bijou e a Crystal, além de farmácias e consultórios médicos. O trecho compreendido entre a loja Sloper e a Igreja da Conceição dos Militares era o mais movimentado e o preferido para o *footing* (PARAÍSO, 1995). Nessa rua circulavam mocinhas e senhoras que usavam chapéus, luvas, meias, leques e eram alvo de admiração da plateia masculina. Também era tradicional, nas sextas feiras, o encontro de homens, geralmente profissionais liberais, nas calçadas da Loja Sloper, que lá se reuniam para longas conversas (PARAÍSO, 2002). Os passeios nessa rua aconteciam nas calçadas, nas extremidades da rua. No centro circulavam bondes e automóveis nos dois sentidos (Figura 38).

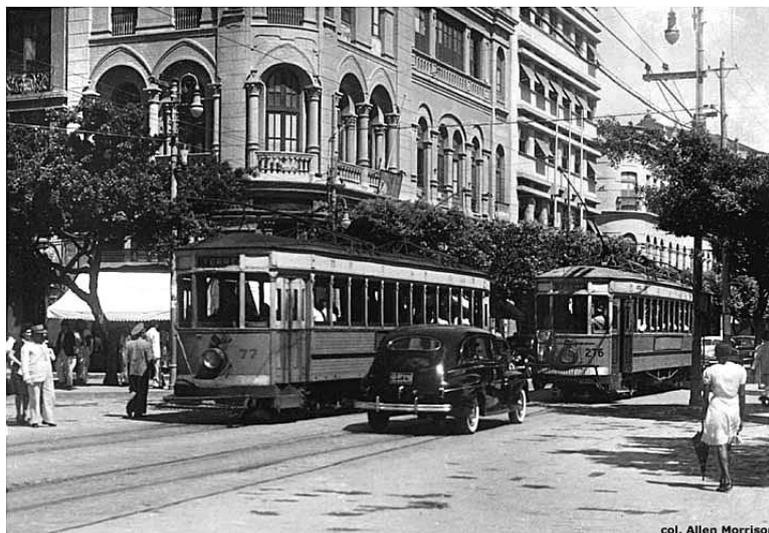


Figura 38: Movimento de pessoas, autos e bondes na Rua Nova, provavelmente nos anos 1920.

Fonte: <http://www.bondesdorecife.wordpress.com>

O *footing* da Rua Nova era muito comentado e incentivado por jornalistas, escritores e fotógrafos, que por ali circulavam em busca de notícias e imagens para as colunas sociais das revistas que divulgavam informações sobre a vida cotidiana do centro (PARAÍSO, 1996). Nos anos 1930, a inauguração da iluminação das vitrines da Rua Nova ampliou os passeios e o fluxo de pessoas nessa rua, que continuou sendo ainda o principal motivo para se ir ao centro (Figura 39).



Figura 39: Passeios na Rua Nova, com a iluminação das vitrines nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1939. Edição matutina.

Os colunistas costumavam chamar as mulheres de “melindrosas”, e os homens de “almofadinhas”, termos já usados em outras cidades brasileiras, com referência às pessoas de maior poder aquisitivo que passeavam pelas ruas centrais, como mostra este título do jornal sobre o movimento da Rua Nova (Figura 40).



Figura 40: Colunistas adotaram o termo almofadinha para o homem da elite que circulava na Rua Nova, nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina.

A Rua da Imperatriz também era um local favorito para os passeios, porque possuía características semelhantes às da Rua Nova, ou seja, uma grande variedade de lojas, tais como casas fotográficas, confeitarias, cabeleireiros, casas de artigos esportivos, estabelecimentos de móveis, sapatarias, perfumarias, etc. Também havia vários consultórios médicos e dentários nos primeiros andares dos edifícios, e grandes livrarias, como a Colombo e a Livraria Editora Nacional, onde se reunia, à tarde, grande parte da intelectualidade recifense (PARAÍSO, 1996; PARAÍSO, 2010). Também era um local predileto para as caminhadas, principalmente à tarde, como mostra esta imagem, com um grupo de mulheres se protegendo da chuva com uma sombrinha (Figura 41).



Figura 41: O *footing* das mulheres na Rua da Imperatriz nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 1, maio de 1926.

Em 1937, surgiu no centro mais uma área que se tornou um dos principais locais para os passeios e caminhadas, que foi a Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes. Essa avenida incorporou pórticos estruturais de dupla altura, que incluíam o pavimento térreo e o mezanino, criando galerias no térreo para os passeios, as quais ofereciam conforto ao usuário, já que o protegia da chuva e do sol, adequando-se ao clima da cidade (Figura 42) (PESSÔA DE MELO, 2002).



Figura 42: Passeios na galeria na Avenida Guararapes nos anos 1940.

Fonte: <http://www.palavrarocha.blogspot.com>.

Essas galerias em dupla altura permitiam a permeabilidade física e visual do usuário, tanto em relação ao comércio e ao serviço existentes no térreo dos edifícios, como à avenida, o que contribuía para a participação dos usuários dos edifícios na vida urbana. Essas galerias também funcionavam como locais de encontro ou de espera da saída de bares e estabelecimentos comerciais, além de pontos de engraxates e comércio ambulante (Figura 43).



Figura 43: Permeabilidade física e visual das galerias da Avenida Guararapes, nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco

Nos anos 1920, com a urbanização do trecho ao sul da cidade, surgiu um local que também se tornou predileto para os passeios, caminhadas e lazer da população, que foi a Avenida Beira-Mar em Boa Viagem. Essa área era considerada distante do centro e seu acesso foi facilitado pela implantação de linhas de bondes. Esses circulavam nos dois sentidos e paravam no centro da Avenida Beira-Mar, longe da calçada, nos refúgios centrais que abrigavam postes em forma de T (PARAÍSO, 1996). A avenida era ampla e bem asfaltada, possuía bares, cassinos e residências, e servia para os passeios de automóvel, bondes, motocicletas e bicicletas. Nas calçadas ocorriam os passeios a pé, para a contemplação da paisagem do entorno (Figura 44).



Figura 44. Passeios na Avenida Av. Beira-Mar em Boa Viagem nos anos 1950.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Sobre o acesso de bondes na Avenida Beira-Mar, Paraíso (1996) lembrou que:

Para irmos a Boa Viagem, tomávamos o bonde que, após atravessar a Ponte do Pina antiga, nos deixava em plena avenida, à beira mar. Ali, a mão era dupla, os bondes indo até o circular e dali voltando, os trilhos sendo separados pelos refúgios centrais cuja finalidade parecia ser a de abrigar os postes que, em forma de T, sustentavam as luminárias e, também, a rede de energização dos bondes (p.155).

Durante a tarde, no verão, as calçadas dessa avenida também eram locais de passeio das moças e rapazes, que aproveitavam para desfrutar a paisagem da praia (Figura 45).



Figura 45: Mulheres contemplam a paisagem na calçada da Av. Beira-Mar, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade n. 80, dezembro de 1927.

Ao longo dos anos 1920, a praia de Boa Viagem, utilizada pela população da elite apenas para o veraneio, era animada por festas, retretas e danças nos finais de semana. Nos anos 1930, uma matéria do jornal Folha da Manhã relatou que essa avenida passou por uma urbanização, nela se inserindo plantas nativas, gramados e desenho de pisos nas calçadas (Figuras 46).



Figura 46: Urbanização da Av. Beira-Mar em Boa Viagem nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1939. Edição matutina.

Nos anos 1940, ninguém ainda residia permanentemente em Boa Viagem, que era considerada ainda muito distante para a moradia e continuava sendo ocupada apenas no final de semana e na temporada de verão (PARAÍSO 1996). Durante esse período, provavelmente se ampliou o movimento de carros e de pedestres na avenida, assim como a ida à praia (Figura 47).



Figura 47: Praia de Boa viagem nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco

Vale ressaltar que, em 1920, a intenção do governo era que esses passeios em ruas e avenidas, sobretudo da área central, estivessem voltados para as classes abastadas. O governador Sérgio Loreto procurou introduzir um padrão de ordem urbana desejada pelos grupos de elite, com ações mais rigorosas em relação ao comportamento que deveria ser assumido pela população, adotando uma postura mais efetiva de controle social, procurando afastar as camadas populares do espaço público. O seu projeto de modernização elitista e excludente tinha a intenção de homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, eliminando os populares, que foram combatidos nas ruas da cidade, e eles se tornaram caso de polícia. O que as elites viam como vadios ou malandros eram pessoas que não tinham domicílio fixo, que viviam perambulando pela cidade e que significavam ameaças à ordem, sendo duramente combatidas por esse governo. Aqueles que não estavam ligados ao trabalho eram considerados ociosos e estariam associados ao crime, daí a necessidade de uma dura repressão. Dessa maneira, a noção de vadiagem enquadrava-se num universo em que o controle e o

disciplinamento dos *pobres* era uma das preocupações centrais das autoridades urbanas (COUCEIRO, 2003). Algumas revistas da época, como a Revista da Cidade, exibiram textos que ilustravam a intenção do governo de introduzir o combate à mendicância nas ruas da cidade (Figura 48).

Nas grandes metrópoles o combate à mendicância é uma das preocupações mais absorventes da polícia de costumes.

Figura 48: Texto que mostra o combate à mendicância nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade n. 1, maio de 1926.

As revistas da época incentivavam os passeios da elite pelas ruas e praças, e algumas delas exibiam imagens e textos na intenção de implantar novas formas de se vestir e de se comportar. A capa da Revista Rua Nova trouxe uma mulher com um vestido mais curto e chapéu, e um homem de chapéu, paletó e gravata (Figura 49).



Figura 49: Capa de revista com a intenção de novos comportamentos, na rua nos anos 1920.

Fonte: Revista Rua Nova, n. 50, maio de 1926.

Nesse sentido, a criação da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem também refletia o desejo de Sérgio Loreto de afastar os *pobres* de alguns espaços públicos. A imagem

a seguir é uma capa da Revista de Pernambuco, e mostra o passeio de automóvel com pessoas na Avenida Beira-Mar sendo observado por um condutor de bondes (Figura 50).

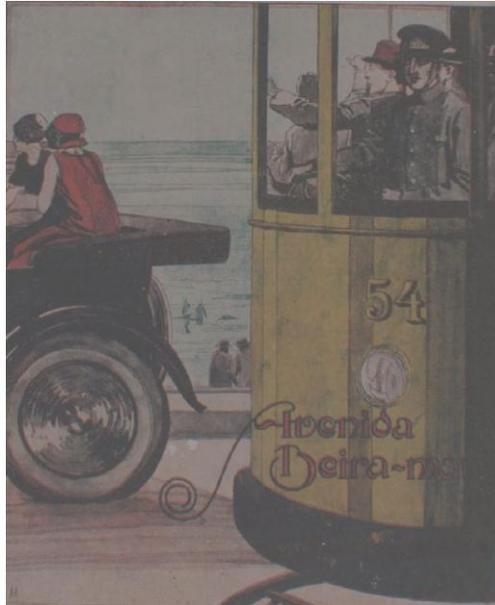


Figura 50: Capa da Revista de Pernambuco mostrando o passeio de automóvel nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 7, janeiro de 1925.

Nos anos 1930 e 1940, o Estado procurou aumentar o controle social ao construir mais espaços públicos para a elite, além de uma política de perseguir e reprimir os populares e todos aqueles que porventura não se moldassem às novas regras impostas por Agamenon Magalhães. Nesse espaço de controle e vigilância, foi preconizada a política de proibição dos trabalhadores informais, dentre eles vendedores ambulantes, engraxates, carregadores, que foram impedidos de transitar pelas ruas do centro (COSTA, 2009). Para perseguir e reprimir os populares, houve um aumento dos poderes da polícia, com censura e repressão, e foi criado um departamento policial chamado “Ação de vigilância contra a Falsa Mendicância e Vagabundagem” (CAMPOS, 2001).

Agamenon ainda criou a “Liga Social Contra o Mocambo”, em 1939, que, na visão do mesmo, visava varrer o problema habitacional do mocambo com a construção de vilas em áreas próximas a corredores de transporte (PANDOLFI, 1984). Mas o seu interesse era afastar a população de *vadios* e *mendigos* ocupantes dos mocambos,

por considerá-los não integrados à vida urbana organizada. No entanto, para quatro mocambos demolidos, apenas uma casa foi construída, levando muita gente, que não tinha local onde morar, a ocupar áreas distantes, nas mesmas condições anteriores (MOREIRA In: LEME, 1999). O jornal Folha da Manhã incentivou a ideia de Agamenon de combate ao mocambo, o que, na verdade, era de combate aos *pobres* e à mendicância (Figura 51).



Figura 51: Combate ao mocambo nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina.

Mesmo com a intenção de afastar as camadas mais populares por parte dos governos, houve reações das mesmas ao que se tentava implantar, uma forma de resistência, persistindo nas ruas hábitos e condutas que se chocavam com a imagem de cidade que se desejava implantar (REZENDE, 2000; COUCEIRO, 2003). Assim, na Rua Nova, enquanto a elite fazia o *footing* nas calçadas, populares permaneciam, mesmo que fora da calçada, ou seja, circulando pela rua (Figura 52).



Figura 52: Rua Nova, o *footing* da elite nas calçadas e a permanência do popular na rua, nos anos 1920.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina.

Vendedores, como os de geladeiras, que vendiam sorvete, assim como os de frutas e os de bilhetes de loteria (Figura 53), além de engraxates e gazeteiros, também circulavam pelas ruas.



Figura 53: Vendedor de bilhetes na calçada nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 4, junho de 1926.

Nas ruas do entorno da Rua Nova, próximas ao local do *footing* das famílias, as prostitutas estavam presentes para atender os clientes, principalmente marinheiros, policiais, ambulantes, engraxates e gazeteiros. Por ali havia pensões, casas de

cômodo, bordéis e cafés de diversos tipos, acessíveis a clientes de classes sociais diferentes. É rara a literatura que aborde a prostituição no Recife, especialmente no período estudado, mas sabe-se que nos anos 1920 a prostituição foi constantemente combatida, e as prostitutas foram proibidas de circular nas ruas. O afastamento das prostitutas das vias públicas centrais e seu confinamento em espaços fechados eram reivindicados pelos jornais e revistas, além da aplicação de medidas sanitárias e higiênicas que protegessem os frequentadores desses estabelecimentos.

Mas, mesmo assim, elas circulavam pelas ruas da área central, sobretudo no bairro de São José, à noite, em busca de clientes, quando boa parte das famílias já se havia recolhido. A área de maior concentração de bordéis e da prostituição, também conhecida como “zona tórrida”, eram as ruas do bairro de São José e Santo Antônio, principalmente as ruas do Fogo, das Águas Verdes, da Roda, das Trincheiras, Estreita do Rosário, das Hortas, das Flores, das Laranjeiras dentre outras, e também o Pátio de São Pedro e o Pátio do Carmo, onde estavam as casas de cômodo e as pensões. Essa área era vista pelas famílias como “baixo meretrício”, e era considerada uma área perigosa, um antro de violência e depravação (COUCEIRO, 2003). Para E. N. Souza Neto (2009), na década de 1920, a Rua das Flores era o quartel general das prostitutas estrangeiras, em sua maioria francesas. No Bairro do Recife, após a reforma do início do século, as prostitutas ficaram mais restritas aos andares do Edifício Chantecler (COUCEIRO, 2003). Para Paraíso (2010), devido à presença das prostitutas esse bairro era chamado de *zona* do Bairro do Recife. Durante o Estado Novo, a intervenção do Estado em relação à prostituição foi mais drástica, e as prostitutas foram proibidas de sair às ruas antes das 22 horas (E. N. SOUZA NETO, 2009). Mesmo assim, elas continuavam presentes nos espaços públicos, principalmente na época da Segunda Guerra, quando saíam à procura de soldados e marinheiros americanos (PARAÍSO, 1995).

Os *mendigos* e *pedintes* também estavam presentes nas ruas e, no final do expediente, de empregados das lojas, caixeiros, caixeiras e costureiras para pegar o bonde de volta para casa. Durante a madrugada, passeavam ainda bêbados, vagabundos e desocupados, considerados vadios. Alguns excluídos ainda circulavam no meio da gente elegante, nas principais ruas do centro, muitas vezes

pedindo esmola (Figuras 54 e 55). Assim, constata-se que ocorriam nas ruas as invenções subvertendo as imposições como colocou De Certeau.

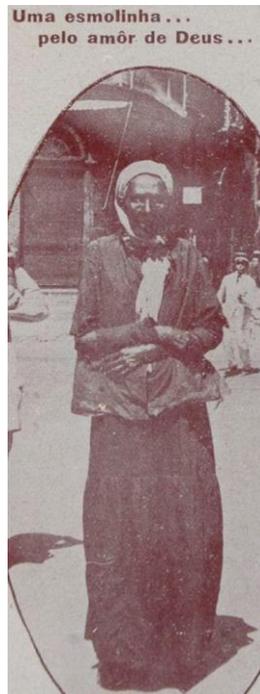


Figura 54: Uma senhora pedindo esmola nas ruas, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, nº 1, maio de 1926.



Figura 55: Mendigo circulando pelas ruas nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 7, julho de 1926.

Mesmo com o discurso de homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, persistiam alguns vendedores de rua, principalmente negros, que aproveitavam também para se alimentar, dar um cochilo à sombra das árvores, mantendo uma heterogeneidade social. Grupos de trabalhadores alimentavam-se nas ruas, conservando a imagem de um passado colonial que os governantes queriam afastar (Figuras 56 e 57).



Figura 56: Grupos utilizam as ruas para fazer refeição nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.

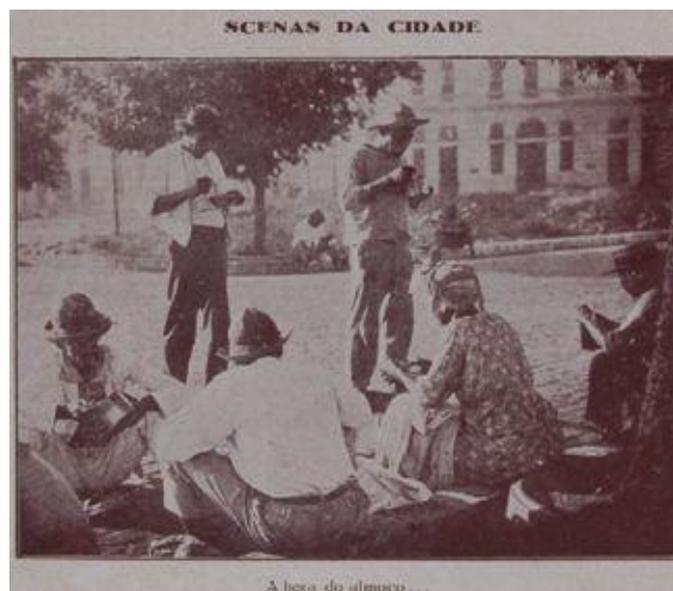


Figura 57: Pessoas almoçando nas ruas nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.

Mesmo com as regras impostas, mantinham-se nas ruas os vendedores ambulantes que vendiam verduras, frutas, peixe, cuscuz, galinha, tapioca, renda e mel, juntamente com os engraxates. Esses vendedores eram vistos por alguns intelectuais e escritores como figuras destoantes dos padrões de vida da cidade, nos anos 1920. Por outro lado, para os simpatizantes do movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre, que defendiam as tradições locais e a preservação do passado, tais vendedores eram chamados de tipos populares, considerados como os representantes das tradições e da identidade da cidade (COUCEIRO, 2003). O vendedor de galinhas caminhava pelas ruas oferecendo o seu produto, e o vendedor de abacaxi esperava o comprador sentado em um banco, ambos mantendo hábitos que se iam de encontro com a imagem de cidade que os governantes desejavam construir (Figura 58 e 59). Sobre esses vendedores ambulantes, Freyre comentou (1968, p. 113): “O Recife foi até há poucos anos cidade de muitos vendedores ambulantes – de peixe, de macaxeira, de fruta, de galinha. De manhãzinha cedo eles já estavam gritando: *banana prata e maça madurinha! Macaxeira! Miúdo! Figo!* (...)” (grifo do autor).



Figura 58: Vendedor de galinhas nas ruas, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 51, maio de 1927.

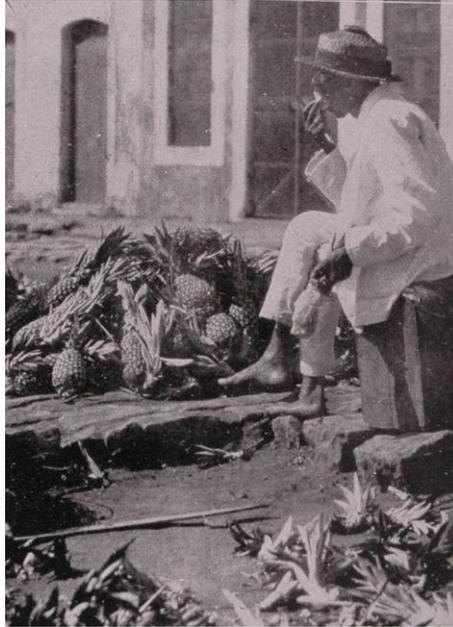


Figura 59: Vendedor de abacaxi sentado em um banco, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n.32, janeiro de 1927.

Apesar da ampliação do controle social no governo de Agamenon Magalhães, nas décadas de 1930 e 1940, os vendedores ambulantes continuavam presentes nas ruas. O vendedor de abacaxi era um tipo popular marcante na cidade, pois oferecia o seu produto nas ruas do centro, na margem do rio (Figura 60).



Figura 60: Vendedor de abacaxi na década de 1940.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Segundo Couceiro (2003), nas ruas, apesar de, em alguns momentos, a elite e os populares ocuparem o mesmo espaço público, não se pode afirmar que “a rua era de todos”. Ou seja, havia nesses espaços uma divisão de horários e delimitação de espaços, conciliando momentaneamente os diversos interesses.

Vale registrar ainda que o cotidiano das ruas do Recife foi modificado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), principalmente nos anos 1940. Apesar do dia a dia tranquilo na cidade, aos poucos os assuntos da guerra começaram a invadir o cotidiano e foi crescendo o clima de guerra entre a população. A cidade também passou a adotar alguns comportamentos e hábitos de americanos e europeus. Grupos de europeus e alguns soldados, grande parte deles americanos, que estavam no Recife, foram impedidos de viajar durante a guerra, por isso permaneceram na cidade por longos períodos e acabaram por se incorporar à população, influenciando hábitos cotidianos, como, por exemplo, a maneira de vestir e de se comportar em público (PARAÍSO, 1995). Freyre (1968, p. 11) lembrou a presença dos norte-americanos durante a Segunda Guerra: “Durante a Segunda Grande Guerra foi o Recife base naval norte-americana para o esforço comum de defesa do continente ameaçado por nazistas e fascistas. E vários foram os rapazes norte-americanos que se casaram com recifenses.”

Alguns textos do Boletim da Cidade do Recife, nos anos 1940, descrevem a mudança do cotidiano da cidade com a guerra. Em um deles, fala-se que as ruas passaram a ter uma população nova, com marinheiros norte-americanos e soldados, e uma paisagem diversa, com veículos estranhos como os *jeeps*. Também surge no centro a Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes, com arranha-céus que lhe dão uma fisionomia moderna. Nos arrabaldes, novas ruas e jardins. Do porto, fugiram os transatlânticos devido à guerra (BOLETIM DA CIDADE E PORTO, Ruas e Cais, nº 5, 1942)

Durante a Segunda Guerra, ampliou-se o hábito de ir para a frente da sede dos jornais, como o Jornal Folha da Manhã, não só para escutar em seus alto-falantes as partidas de futebol, mas principalmente para acompanhar as notícias da guerra, que eram transmitidas pela rádio ou fixadas nas paredes desses jornais (Figura 61) (PARAÍSO, 1995; PARAÍSO, 2002).



Figura 61: Pessoas na frente do Jornal Folha da Manhã acompanhando as notícias da guerra, nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1938, Edição matutina.

Neste período, os passeios nas ruas à noite diminuiriam devido aos testes aéreos, quando a cidade permanecia por um período de tempo sem luz. Esses testes tinham como finalidade proteger a cidade contra os possíveis bombardeios e ataques aéreos, e eram feitos após o toque de sirenes, com apagões e holofotes no céu à procura de aviões. Na época dos apagões, circulavam pela cidade, principalmente na orla da praia de Boa Viagem, jipes com militares e civis para verificarem o cumprimento das medidas impostas, dentre as quais, mandar fechar as janelas ou colar papel preto nas vidraças para não escoar as luzes das casas, favorecendo a escuridão total. Nos primeiros dias do ano de 1943, quando foram suspensos os apagões, a população pôde voltar a sair à noite. Também no período da guerra diminuiriam os passeios de carros nas ruas devido ao racionamento de gasolina, e essas mesmas ruas se encheram de bicicletas. Mas, apesar do clima de guerra e do envolvimento emocional com a mesma, a vida continuava na cidade e os espaços públicos ainda serviam para os passeios (PARAISO, 1995). O Jornal publicou imagens dos testes aéreos que procuravam aviões no céu da cidade (Figura 62).



Figura 62: Os testes aéreos com apagões diminuíram os passeios na cidade, nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, julho/agosto de 1939, Edição matutina.

Com o final da guerra, multidões ficavam em frente do edifício do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio para saber notícias e comemorar o fim da guerra, momento em que ocorreu, mesmo fora de tempo, um verdadeiro carnaval nas ruas, “O Carnaval da Vitória” (PARAISO, 1995).

- Passear nas pontes e margens do Rio

Entre os anos 1920 e 1940, as pessoas também andavam nas pontes e nas margens do rio Capibaribe, principalmente do centro da cidade. Esses espaços públicos apareceram em muitas revistas da época como os belos locais da cidade (Figuras 63 e 64).



Figura 63: Texto sobre as pontes nos anos 1920

Fonte: Revista da Cidade, n. 51, junho de 1927.

RECIFE
 AO
 PRESTIGIO
 MARAVILHOSO
 DO
 VELHO
 CAPIBARIBE

Figura 64: Texto sobre o rio Capibaribe nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 51, junho de 1927.

As pontes e as margens dos rios, além da circulação e dos passeios, eram locais agradáveis e propícios também para contemplar a paisagem do rio, que nessa época era limpo, cheio de peixes e refletia o céu e o casario. O rio Capibaribe servia para a pesca, a circulação de barcos e as atividades esportivas, como as regatas (Figura 65). As margens do rio mais utilizadas eram as da Rua da Aurora, Rua do Sol, Cais da Alfândega e da Avenida Martins de Barros.

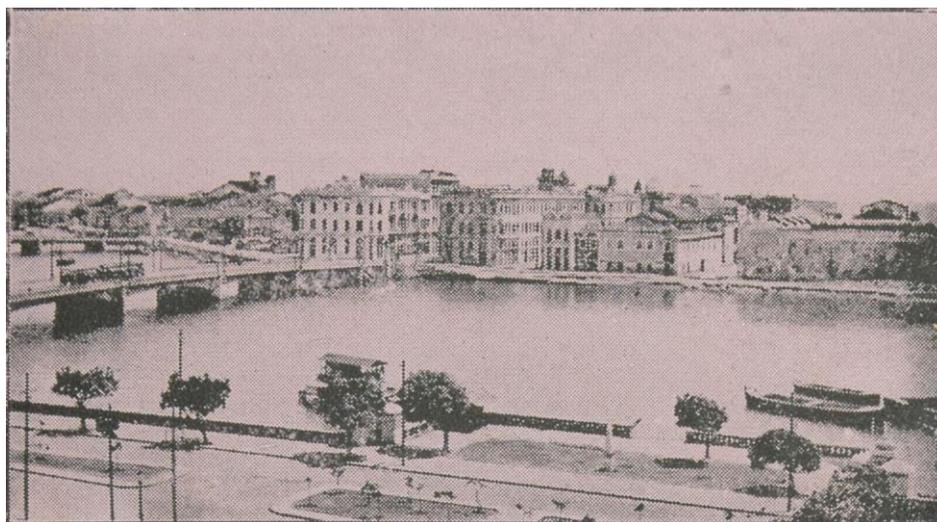


Figura 65: Pontes e margem do rio voltadas para o Cais da Alfândega, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 2, junho de 1926.

Os usos das pontes do centro foram modificados com o decorrer do tempo e elas foram importantes pontos de ligação na vida cotidiana da cidade, o que permitiu o

desenvolvimento dos bairros e o crescimento da cidade (JORGE, 2007). As principais pontes nos anos 1920 e 1940 foram as da Boa Vista, Maurício de Nassau, a Buarque de Macedo e a Princesa Izabel. A Ponte Duarte Coelho foi mais utilizada para o transporte de veículos. Algumas pontes não foram tão utilizadas para o passeios da população, como a 6 de Março, antiga Ponte Velha, a Ponte Giratória, atual 12 de Setembro e a Ponte do Limoeiro. As pontes debruçavam-se sobre as águas do rio e, além de permitirem a circulação e os passeios, marcavam a fisionomia da cidade, como comentou Freyre (1968, p. 49): “Pontes são várias as que se levantam sobre as águas do Capibaribe, também elas dando ao Recife uma fisionomia única entre as cidades brasileiras. Algumas são antigas: do tempo do Império. Outras vêm sendo renovadas. Ou são de todo novas.”

A ponte que era mais utilizada para as caminhadas de pedestres, mas pela qual também trafegavam automóveis e bondes era a Ponte da Boa Vista. O grande movimento de pedestres nessa ponte devia-se a que ela interligava a Rua Nova, no bairro de Santo Antônio, à Rua da Imperatriz, no bairro da Boa Vista, dando continuidade ao *footing*, que era realizado principalmente por mulheres (figura 66). Esses passeios de pedestres aconteciam em duas passarelas laterais nas extremidades da ponte, e no centro havia o fluxo de automóveis e bondes (Figura 67). Ela foi construída no século XVII e reinaugurada no século XIX. Desde então se destacou como a que tinha o maior fluxo de pedestres (JORGE, 2007). Também foi utilizada para o retrato instantâneo, pois era comum a presença de fotógrafos que registravam a passagem pela ponte, e como um local para admirar o rio Capibaribe. Paraíso (2002, p. 142), ao comentar os passeios nessa ponte explicou: “Nos meus tempos de rapaz, essa ponte era permanentemente um desfile de modas, uma verdadeira passarela das mocinhas e senhoras que, vindas da Rua da Imperatriz, se dirigiam à Rua Nova, para continuar as compras e, aproveitando, exibir sua elegância” (PARAÍSO, 2002).



Figura: 66: Passeios das mulheres da elite na Ponte da Boa Vista, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 6, julho de 1926.



Figura 67: Pedestres caminhando nas extremidades e bondes circulando no centro na Ponte da Boa Vista, no início do século XX.

Fonte: <http://www.bondesdorecife.wordpress.com>.

Outra ponte onde havia uma grande intensidade de passeios de pedestres assim como de veículos era a Ponte Maurício de Nassau, porque ligava a Avenida Marquês de Olinda, no Bairro do Recife, à Rua 1º de Março, no bairro de São José (Figura 68). Essa ponte foi construída no século XVII e é a mais antiga da cidade,

tendo sido substituída em 1917 por uma nova ponte em concreto armado (JORGE, 2007).

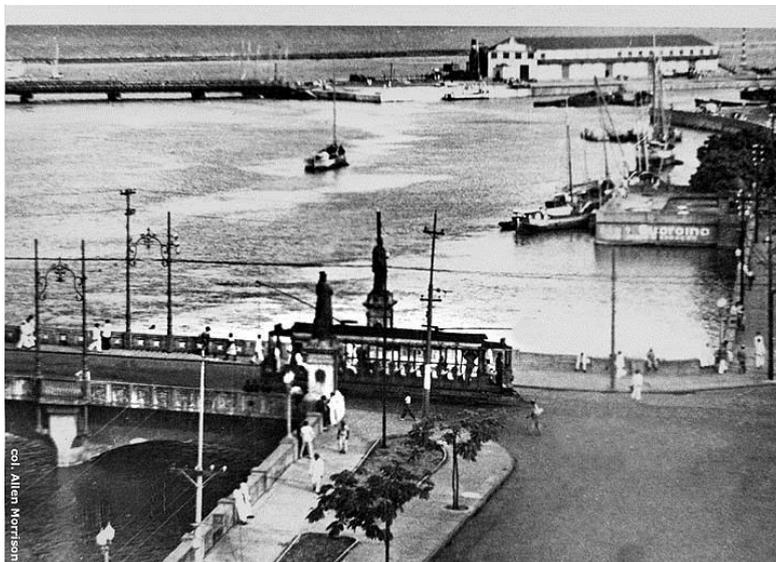


Figura 68: Passeios na Ponte Maurício de Nassau no início do século XX.

Fonte: <http://www.bondesdorecifewordpress.com>.

As pessoas ainda andavam com certa frequência a pé, além da circulação de automóveis e de bondes, pela Ponte Buarque de Macedo, já que essa ligava a Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, à Praça da República, no bairro de Santo Antônio (Figura 69). Essa ponte foi palco de práticas religiosas, como procissões, e cívicas, como passeatas e grandes eventos que partiam da Praça Barão do Rio Branco com destino à Praça da República. Foi construída no século XIX e reconstruída e reinaugurada em 1923, no governo de Sérgio Loreto (JORGE, 2007).



Figura 69: Caminhadas na Ponte Buarque de Macedo, no início do século XX.

Fonte: <http://www.bondesdorecife.wordpress.com>.

Também foi muito utilizada para os passeios e eventos diversos a Ponte Princesa Izabel, já que interligava a Rua da Aurora à Rua do Sol, e que servia de ligação entre a Praça da República, no bairro de Santo Antônio, ao Parque 13 de Maio, no bairro da Boa Vista. Essa ponte foi palco de grandes eventos realizados na margem do rio, no Cais da Rua da Aurora, como as regatas, nos anos 1920, e a Festa Veneziana, nos anos 1930, entre outros (Figura 70). Foi construída no século XIX, sendo substituída por outra em concreto armado no governo de Agamenon Magalhães, em 1943 (JORGE, 2007).



Figura 70: Ponte Princesa Izabel nos anos 1940

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Já a Ponte Duarte Coelho foi mais utilizada para a circulação de veículos, sobretudo ônibus, já que foi construída para a passagem do transporte coletivo para os subúrbios (Figura 71). Essa ponte foi à última a ser construída no século XIX e foi reconstruída em 1943, no governo de Agamenon Magalhães, e estava associada à Avenida Guararapes como símbolo do modernismo na cidade (JORGE, 2007).



Figura 71: Ponte Duarte Coelho no final dos anos 1940

Fonte: <http://galhardoolindense.blogspot.com>.

Algumas pontes não foram tão utilizadas para a circulação de pedestres porque estavam localizadas nas extremidades dos bairros do centro. A Ponte 6 de Março, reconstruída em 1921, também chamada Ponte Velha, interligava o bairro de São José ao da Boa Vista. A Ponte Giratória, construída em 1923, atual Ponte 12 de Setembro, ligava a extremidade sul do bairro do Recife ao bairro de São José. A Ponte do Limoeiro, construída no final do século XIX, ligava a extremidade norte do Bairro do Recife ao bairro de Santo Amaro.

Passeios também eram realizados na margem do rio voltada para a Rua da Aurora, pois nessa margem se visualizava o rio, que espelhava o casario tradicional do século XIX (Figura 72). As margens do rio nos arrabaldes foram, aos poucos, sendo ocupadas pelas camadas populares com os mocambos (MELO, 2003).



Figura 72: Margem do rio voltada para a Rua da Aurora, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 46, abril de 1927.

As pontes e as margens do rio eram utilizadas por pessoas de classes distintas, ou seja, não só a elite utilizava esses espaços para caminhar, fazer compras, diversão e contemplação, mas abrigava populares, que também circulavam por ali.

- Lazer em praças e parques

As praças e parques também foram muito usados pela população para passeios, contemplação e convívio social. Vale ressaltar que a criação de praças e parques, a partir dos anos 1920, também estava associada à intenção dos governantes de criar espaços públicos para a camada de maior poder aquisitivo, inserindo novas formas de comportamento. Uma capa da Revista de Pernambuco mostra a imagem de uma mulher com crianças bem vestidas, provavelmente em uma praça ou parque da cidade, na intenção de induzir novos padrões de comportamento e de se vestir voltados para as classes de maior poder aquisitivo (Figura 73).



Figura 73: Capa da revista que induz novos comportamentos, provavelmente em uma praça nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 22, abril de 1926.

Algumas praças já existiam na área central e tiveram origem, em sua maioria, no século XIX. As praças existentes das quais se descortinavam com maior frequência as caminhadas foram a Praça Barão do Rio Branco, no Bairro do Recife, a Praça da República e a Praça da Independência, ambas localizadas no bairro de Santo Antônio e a Praça Maciel Pinheiro no bairro da Boa Vista, respectivamente.

A Praça Barão do Rio Branco era um local muito movimentado devido às atividades do porto e do comércio e serviços em seu entorno. Os seus usuários eram geralmente boêmios, homens de negócios e também trabalhadores do porto que percorriam o Cais do Porto e o Bairro do Recife. Possuía canteiros com vegetação, uma estátua e bancos que serviam para o descanso (Figura 74) (ROCHA, 2004; SILVA, 2007).



Figura 74: Descanso nos bancos da Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 10, abril de 1925.

Essa praça também servia como um local para a contemplação das largas avenidas provenientes da reforma do Bairro do Recife. A área da praça voltada para o cais do Porto era ainda muito usada por trabalhadores do porto e por pessoas que circulavam no bairro para apreciar a paisagem do mar e dos arrecifes (Figura 75).



Figura 75: Contemplação dos usuários na Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1920.

Fonte: <http://www.fotolog.com.br/tc2>.

O movimento de pessoas se ampliava nessa praça durante as chegadas e despedidas das viagens de navio no Cais do porto, sobretudo de personalidades importantes (Figura 76).

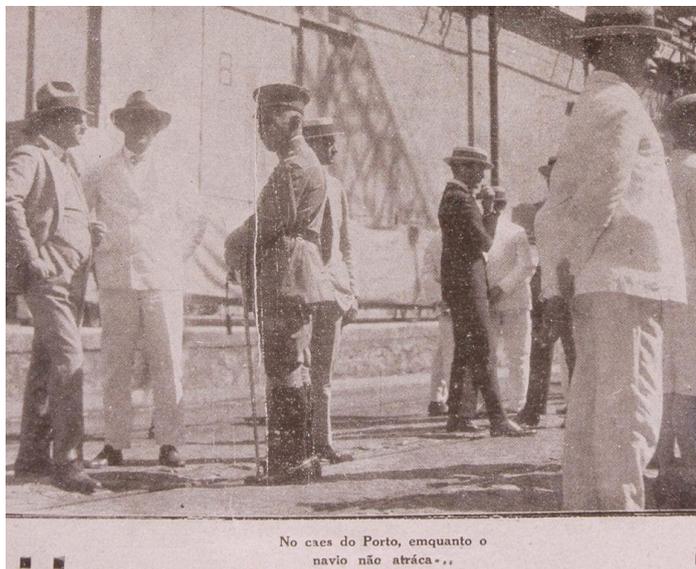


Figura 76: Espera de navios na Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n.59, julho de 1927.

A praça ainda era um local para encontros e conversas, enquanto se aguardava a chegada dos navios (Figura 77).



Figura 77: Encontros na Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 57, junho de 1927.

Havia um intenso convívio social também na Praça da República, reformada em 1924, devido à sua localização próxima ao comércio e aos prédios institucionais, como o Palácio do Governo, o Teatro de Santa Izabel e as obras do Palácio da Justiça, de 1924. A farta arborização dessa praça criava áreas de sombra que favoreciam os passeios, e os bancos serviam para os encontros e contemplação do entorno. Foi também muito utilizada para atividades cívicas e religiosas (Figura 78) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 78: Farta arborização propicia os passeios na Praça da República após a reforma nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 28, outubro de 1926.

No final de 1936, essa praça passou por uma reforma idealizada por Roberto Burle Marx, quando houve a demolição do prédio do Tesouro, que ficava voltado para o rio, ampliando a área da praça, e foi introduzida uma fonte luminosa, além de passeios direcionados às edificações institucionais do entorno (Figura 79) (SILVA, 2010).



Figura 79: Praça da República após a reforma de Burle Marx, provavelmente nos anos 1940.

Fonte: DOURADO, 2003.

A grande movimentação de pedestres e de bondes caracterizava a Praça da Independência, também conhecida como Praça do Diário de Pernambuco, devido ao comércio que era bastante intenso no seu entorno, além de possuir um terminal de bonde (Figura 80). O seu grande movimento ainda estava relacionado com sua localização próxima de ruas movimentadas, tais como a Rua 1º de Março e a Rua Nova, além da presença da sede do Diário de Pernambuco que transmitia notícias e jogos (CAVALCANTI, 1999; PARAÍSO, 2002). Paraíso (2002, p. 100), em suas recordações sobre os anos 1940 lembrou que “era imprescindível, naqueles tempos, para resolver qualquer negócio, ir à cidade, quase tudo centralizado naquela praça e no seu entorno, 1º de Março, Imperador, Rua Nova (...) onde se concentrava o grosso do comércio (...)”.



Figura 80: Grande fluxo de pedestre e de bondes na Praça da Independência, provavelmente nos anos 1920.

Fonte: <http://www.bondesdorecife.wodpress.com>

Outro local para os passeios das famílias era a Praça Maciel Pinheiro, reformada em 1925, devido à farta arborização que produzia sombra e também porque ficava próxima do comércio da Rua da Imperatriz e tinha uma parada de bondes. Também servia para a contemplação do entorno e de uma fonte-chafariz que ficava no centro. Essa praça também foi remodelada entre 1930 e 1933 (Figura 81) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

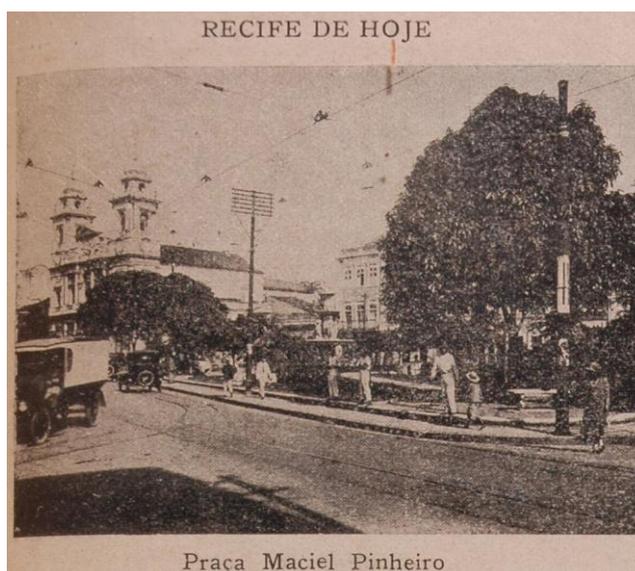


Figura 81: Passeios na Praça Maciel Pinheiro depois da reforma nos anos 1920.

Fonte: Revista Rua Nova, n. 63, julho de 1926.

O movimento era menos intenso na Praça Arthur Oscar, localizada no Bairro do Recife, na Praça Joaquim Nabuco, no bairro de São José, e na Praça Adolfo Cirne, no bairro da Boa Vista.

A Praça Arthur Oscar, conhecida como Praça do Arsenal da Marinha, era chamada inicialmente de praça Voluntários a Pátria. Esta praça era mais utilizada por trabalhadores do porto e marinheiros. No início do século XX, esta praça possuía jardins e um obelisco que foi erguido em comemoração à Independência do Brasil (Figura 82) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 82: Praça Voluntários da Pátria no início do século XX.

Fonte: <http://www.fotolog.com.br/tc2>.

Nos anos 30, essa praça passou por uma reforma realizada por Roberto Burle Marx, na qual foi retirado o obelisco e inserido em seu local um canteiro central contornado por árvores sobre bancos, passando o local a ser mais agradável e propício aos encontros e conversas, principalmente em baixo das árvores (Figura 83) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 83: Encontros na Praça Arthur Oscar após a reforma de Burle Marx, nos anos 1930.

Fonte: DOURADO, 2009.

A Praça Joaquim Nabuco servia para passeios e encontros dos frequentadores dos edifícios localizados em seu entorno, como o cinema Moderno, o salão de boliche, a sorveteria Gemba e o restaurante Leite, sendo mais usada em eventos cívicos (CAVALCANTI, 1999). Essa praça era arborizada e possuía canteiros laterais e uma estátua do abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco (Figura 84).



Figura 84: Passeios, arborização e estátua da Praça Joaquim Nabuco nos anos 1920

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 6, dezembro de 1924.

A Praça Adolfo Cirne destacava-se como um recanto verde, com jardins, emoldurada pelo prédio da Faculdade de Direito, e era mais utilizada durante os acontecimentos cívicos e as missas campais (Figura 85).



Figura 85: Jardins da Praça Adolfo Cirne nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 40, fevereiro de 1927.

No período de 1922 a 1926, como foi citado no capítulo anterior, foram construídas novas praças que passaram a ser mais uma opção para o lazer da população, principalmente da elite. Elas tinham como característica comum a forte presença da vegetação, do componente aquático, do coreto e do traçado monumental do paisagismo inglês ou francês. Em algumas delas, eventualmente, bandas musicais se apresentavam em coretos, e tocavam tangos, valsas, dentre outros ritmos. A forte presença da iluminação também contribuiu para uma maior utilização desses espaços. A vegetação foi um aspecto marcante, pois serviu não só como efeito ornamental mas oferecia áreas de sombra. Além disso, a implantação da vegetação ainda tinha uma função higiênica, por suas propriedades saneadoras. Provavelmente, esse fato justificou muitas vezes o emprego do termo parque, ao invés de praça. Em várias revistas da época, as praças aparecem como belos parques, ou os nossos parques, empregando-se o termo parque ao invés de praça (Figura 86) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

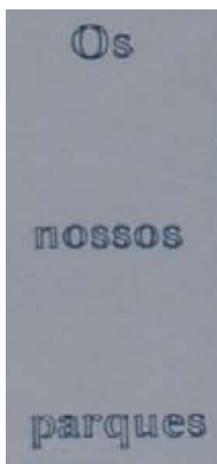


Figura 86: Texto da revista denominando as praças de parques, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 6, dezembro de 1924.

Dentre as praças, também denominadas parques, construídas nesse período, estão: a Praça do Paissandu (atual Chora Menino), Sérgio Loreto, do Entroncamento, Parque Amorim e Oswaldo Cruz (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

Passeios e descansos em bancos eram realizados na Praça do Paissandu que passou a se chamar de Chora Menino na década de 1930 (Figura 87) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 87: Pessoas descansando nos bancos na Praça do Paissandu, atual Chora Menino, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 1, julho de 1924.

Além disso, as pessoas também podiam assistir de vez em quando às bandas que se apresentavam no coreto. Por volta de 1935 e 1936, essa praça também passou por uma intervenção, idealizada por Roberto Burle Marx, que inseriu um novo traçado, bancos, retirou uma parte da vegetação e o coreto e implantou novas espécies na periferia da mesma (Figura 88) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 88: Coreto para a apresentação de bandas na Praça do Paissandu, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 1, julho de 1924

Caminhadas nos passeios sinuosos aconteciam na Praça Sérgio Loreto, que também era um local propício para o descanso nos bancos sombreados pela vegetação e para assistir às apresentações musicais no coreto (Figura 89) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

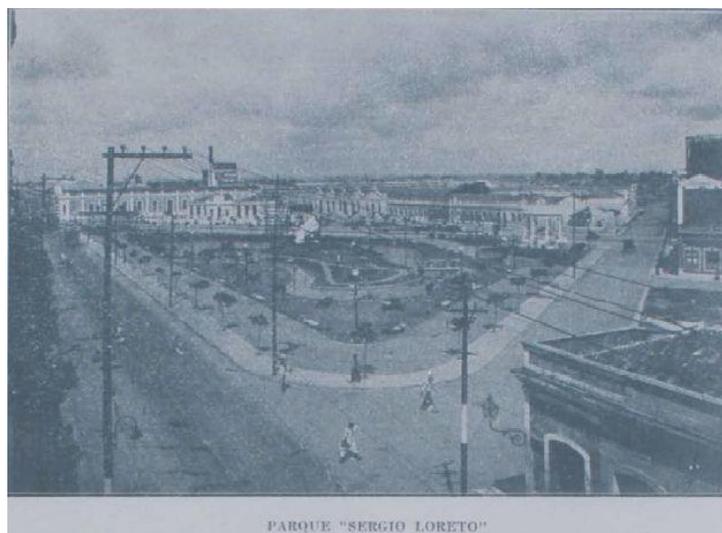


Figura 89: Pessoas caminhando na Praça Sérgio Loreto, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 13, julho de 1925.

A contemplação era marcante nessa praça, porque ela apresentava extensos gramados e taludes voltados para um lago (Figuras 90 e 91).



Figura 90: Pessoas contemplando o lago na Praça Sérgio Loreto, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 19, janeiro de 1926.



Figura 91: Pessoas descansando na grama na Praça Sérgio Loreto, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 19, janeiro de 1926.

Em seu entorno havia um grupo escolar cujos alunos frequentavam a praça antes e após as aulas. Vale ressaltar o caráter inédito de Sérgio Loreto ao dar o seu nome a essa praça.

As pessoas também andavam e assistiam às apresentações musicais no coreto da Praça do Entroncamento. Além disso, as árvores distribuídas pela praça faziam sombra nos bancos, o que proporcionava o descanso (Figura 92) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).



Figura 92: Obras na Praça do Entroncamento nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n.14, agosto de 1925.

Outro local bastante arborizado que servia para os passeios era a Praça Parque Amorim (Figura 93) (SILVA, 2010).

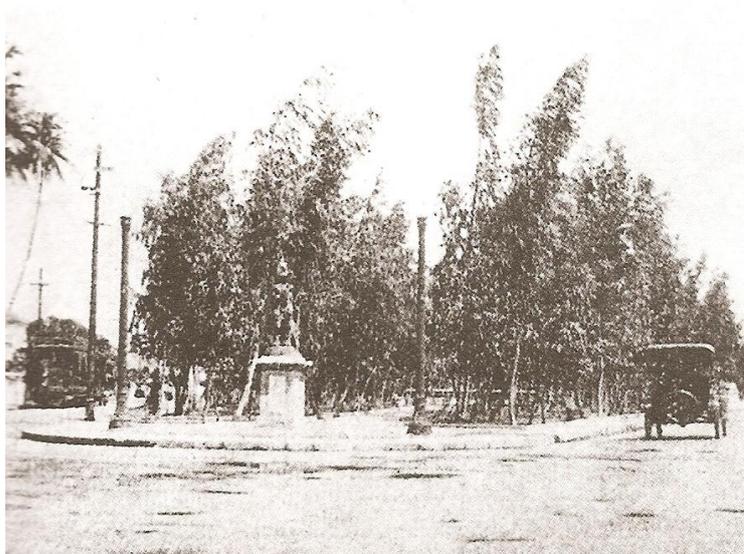


Figura 93: Arborização favorecia os passeios na Praça Parque Amorim, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n 16, outubro de 1925.

Nos anos 1940, a Praça Parque Amorim era um dos locais prediletos para os passeios familiares, principalmente quando nessa praça habitou em um aquário um

peixe-boi, que morreu no final de 1940 (Figura 94) (COUCEIRO, 2003). Nos anos 1930, essa praça também passou por uma reforma idealizada por Roberto Burle Marx (SILVA, 2010).

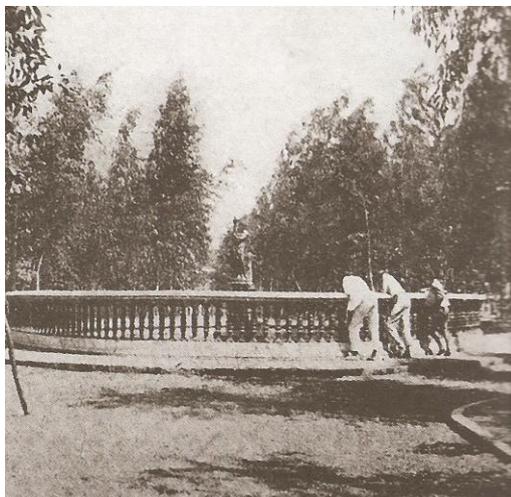


Figura 94: Arborização e pessoas olhando o aquário na Praça Parque Amorim, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n 16, outubro de 1925.

Além dessas praças, foi criada a Praça Oswaldo Cruz, que servia como um local para a contemplação de um lago sinuoso e para os passeios devido à farta arborização sobre os bancos de cimento armado (Figura 95) (SILVA, 2007; SILVA, 2010).

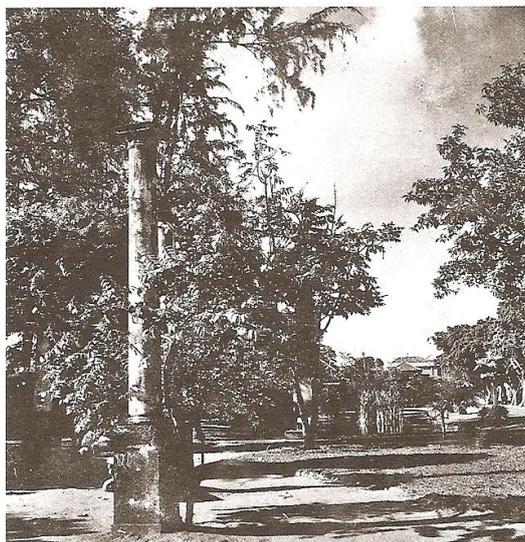


Figura 95: Vegetação na Praça Oswaldo Cruz, s/d.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Nos anos 1940, ainda havia na cidade duas novas praças, criadas em 1935 por Roberto Burle Marx, que eram a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha.

Ambas se localizavam fora da área central, sendo a primeira no bairro de Casa Forte e a segunda no bairro da Madalena.

A Praça de Casa Forte, também denominada Jardim de Casa Forte, era um local voltado para passear e caminhar, pois possuía passeios internos delimitados por vegetação de grande porte, e calçadas que possibilitavam a apreciação do entorno (SILVA, 2007). Como ficava longe da área central, era mais utilizada pela população dos arrabaldes e visitada por caravanas em seus passeios de carro (Figura 96).



Figura 96: Caravana de Novais Filho na Praça de Casa Forte, nos anos 1930.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Apresentava como principal característica a contemplação, pois possuía como diferencial três lagos, com espécies aquáticas provenientes de diferentes regiões, os quais eram emoldurados por canteiros (Figura 97) (SILVA, 2007; SILVA, 2010; DOURADO, 2009).



Figura 97: Um dos lagos que servia para a contemplação na Praça de Casa Forte, nos anos 1930.

Fonte: DOURADO, 2009.

Dois desses lagos continham escadarias que favoreciam a proximidade com a água em repouso. Funcionavam também como assentos para que as pessoas pudessem descortinar a paisagem do entorno (Figura 98).



Figura 98: Detalhe da escadaria voltada para o lago na Praça de Casa Forte, nos anos 1930.

Fonte: DOURADO, 2009.

A Praça Euclides da Cunha, também denominada Jardim do Benfica, tinha como característica peculiar a presença, no centro, de um jardim com cactáceas, blocos de pedra e uma escultura, que era ponto de atração dos usuários, circundado por faixas de grama e passeios internos (Figura 99) (SILVA, 2007; SILVA, 2010; DOURADO, 2009).

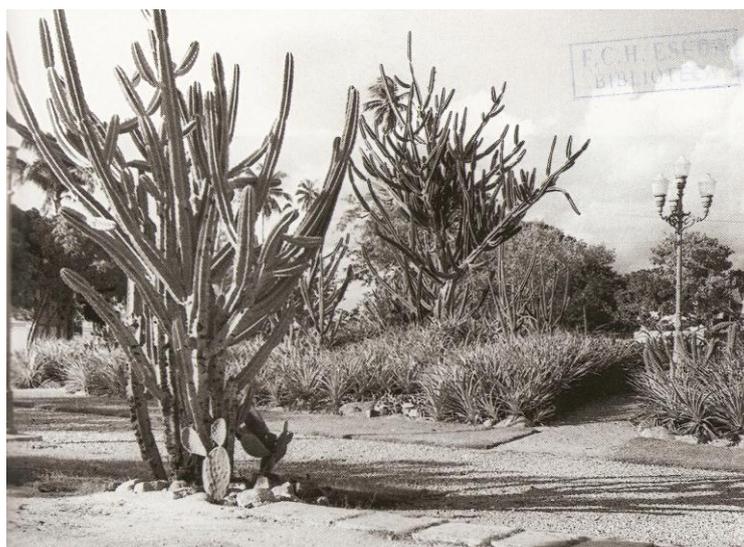


Figura 99: Jardim das cactáceas na Praça Euclides da Cunha, provavelmente nos anos 1940.

Fonte: DOURADO, 2009.

Além das praças, os parques também foram mais uma opção de lazer e convívio social na cidade. O Parque do Derby, de 1924, denominado posteriormente como Praça do Derby, foi o primeiro parque do Recife a ser usado para encontros sociais e passeios familiares (Figura 100).



Figura 100: Construção do Parque do Derby nos anos 1920

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 2, agosto de 1924.

As famílias aproveitavam para passear na circulação interna por causa da sombra proporcionada pelas árvores, para descansar e tirar fotos nos extensos gramados (Figura 101). Elas também podiam assistir às apresentações musicais em uma pérgula existente no interior do parque.



Figura 101: Famílias posam para fotos no Parque do Derby, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 19, janeiro de 1926.

Podiam ainda contemplar a água que estava presente em dois lagos, dos quais tinha uma pequena ilha, denominada “Ilha dos Amores” (Figura 102) (SILVA, 2007).

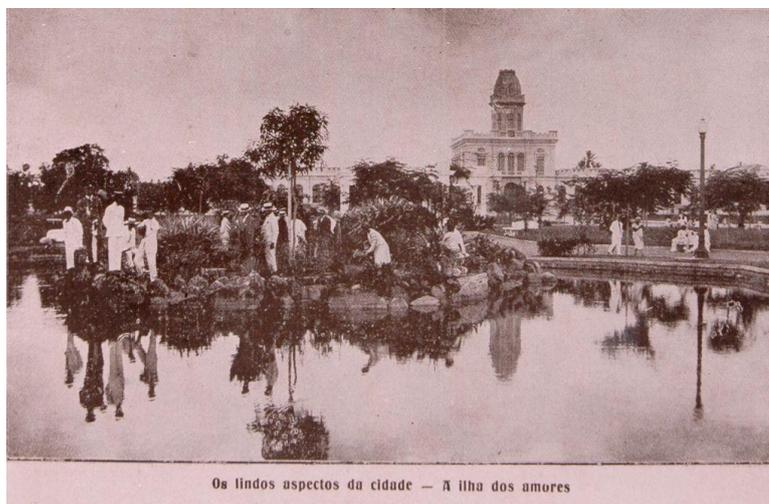


Figura 102: Lago com a Ilha dos Amores, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n.51, junho de 1927.

O acesso a essa ilha se dava por meio de uma ponte rústica, que era um ponto de encontro, além de ser o local predileto para tirar fotografias (Figura 103) (SILVA, 2007).

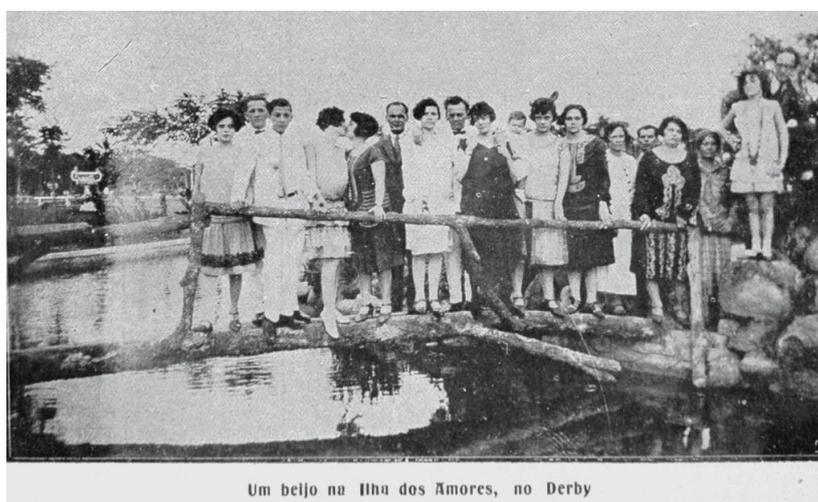


Figura 103: A ponte rústica era um dos locais prediletos para as fotografias, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n.42, março de 1927

Em uma área do parque, durante alguns eventos, as pessoas podiam divertir-se em um parque de diversão que era eventualmente montado e que tinha barraquinhas de prendas, roda gigante, bares, brinquedos para crianças e *stands* dos expositores.

Podia-se também realizar atividades esportivas e cívicas, em frente ao quartel, em duas grandes áreas livres (CAVALCANTI, 1999; SILVA, 2007; SILVA, 2010). Esse parque também foi reformado por Burle Marx em 1937 (Figura 104) (SILVA, 2010).



Figura 104: A vegetação no Parque do Derby após a reforma de Burle Marx, nos anos 1930.

Fonte: DOURADO, 2009.

Nos anos 1930 e 1940, surge o *footing* nas calçadas do Parque do Derby. Nessas calçadas, principalmente no lado direito no sentido cidade-subúrbio, conhecido como “quem me quer”, ficavam as garotas que passeavam em grupos alegres e descontraídos. Diferentemente do *footing* diário do centro, o do parque acontecia nos sábados e principalmente nos domingos, nos finais da tarde, após as sessões de cinema. Era realizado por um público jovem constituído de moças e rapazes, em sua maioria estudantes e moradores do bairro. Também acontecia o desfile de carros dos rapazes no entorno do parque, o que ampliava o movimento na área (Figura 105) (PARAÍSO, 1996; PARAÍSO, 1998).



Figura 105: Calçadas do Parque do Derby, provavelmente na década de 1930.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Sobre o *footing* do Derby nos anos 1940, Paraíso (1998, p. 130) relembra que:

Ah, aquelas românticas calçadas, onde, fins de tarde, terminadas as sessões do Moderno, do São Luiz, do Trianon e do Art Palácio, nós íamos passear. Era um *footing* bem diferente daquele outro da Rua Nova. Enquanto o do centro era, com exceção dos domingos, um acontecimento diário e se constituía de pessoas mais maduras, este era formado, quase exclusivamente, por jovens adolescentes, e os rapazes, em sua maioria, eram estudantes de nossas escolas, muitos deles morando ali pertinho, na Casa do Estudante de Pernambuco. Ao contrário, o nosso *footing* acontecia aos sábados e, principalmente aos Domingos, após o término das saudosas matinês daqueles cinemas (...). Naqueles fins de tarde dos domingos, as calçadas do Derby se transformavam numa enorme passarela para o desfile alegre da mocidade recifense.

Em 1939, foi inaugurado mais um parque voltado para a recreação da população, que foi o Parque 13 de Maio. As pessoas tinham acesso ao parque por um grande eixo principal que ligava os jardins da Faculdade de Direito a uma grande área circular destinada a prática de esportes (Figura 106) (FREITAS, 2006; SÁ CARNEIRO, 2010).



Figura 106: Eixo principal com vista para a Faculdade de Direito, no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco.

Nesse percurso principal, as famílias atravessavam dois lagos com fontes luminosas (Figura 107). Além desse eixo, havia passeios internos que atraíam os visitantes para as caminhadas.



Figura 107: Um dos lagos no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.

Fonte: Filme Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940, acervo da Cinemateca da Fundação Joaquim Nabuco.

A vegetação, representada por extensas áreas gramadas, arbustos e árvores, era outro grande atrativo do parque, conferindo beleza e proporcionando sombra para os usuários (Figura 108) (FREITAS, 2006; SÁ CARNEIRO, 2010).



Figura 108: Vegetação, gramados e bancos no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Nos anos 1940, havia no parque um altar construído para a inauguração do parque durante o Congresso Eucarístico Nacional, o qual se localizava em frente à grande praça de esportes (Figura 109).



Figura 109: Altar do Congresso Eucarístico Nacional no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Embora as praças e parques tenham sido construídos em um contexto político direcionado para as camadas mais abastadas, as camadas populares, que circulavam pelas ruas a trabalho ou em seus passeios, também utilizavam esses espaços, driblando as formas de controle, como colocou De Certeau. Constata-se a presença de populares descansando à sombra das árvores na Praça Barão do Rio Branco e na Praça da República (Figura 110 e 111).



Figura 110: Trabalhadores na sombra da árvore na Praça Barão do Rio Branco, nos anos 1930.

Fonte: <http://www.fotolog.com.br>



Figura 111: Descanso de populares à sombra das árvores na Praça da República, nos anos 1940.

Fonte: <http://www.olhave.com.br>

Na Praça Euclides da Cunha, observa-se a presença de um popular que está passeando entre as espécies da caatinga (Figura 112).



Figura 112: Passeio de um popular na Praça Euclides da Cunha, provavelmente nos anos 1940.

Fonte: DOURADO, 2009.

- Recrear na praia

A urbanização da praia de Boa Viagem, em 1920, também fez surgir novas práticas no cotidiano, ampliando as opções de recreação e contemplação. O texto da Revista de Pernambuco demonstra a intenção do governo de criar alguns espaços públicos voltados para uma classe de maior poder aquisitivo (Figura 113).

As praias de banho, como os jardins, os cinemas, os theatros fazem parte da vida elegante da cidade.

Figura 113: Texto mostrando a intenção de que as praias deveriam ser utilizadas por gente elegante, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 18, dezembro de 1925.

Na praia, as areias serviam para conversas, leitura, contemplar a paisagem, brincadeiras, além de as pessoas receberem os raios do sol e descansar. Era comum a presença de fotógrafos de jornais e revistas registrando o que as pessoas faziam em certos espaços públicos (Figura 114) (ARAÚJO, 2007).

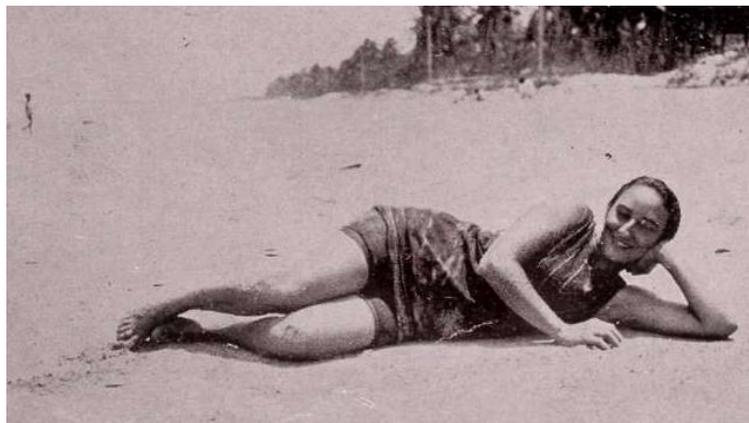


Figura 114: Tomando sol e descansando na areia da praia, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 74, outubro de 1927.

As areias também eram utilizadas para passeios em grupo à tarde, quando se aproveitava para descansar, conversar e contemplar o mar (Figuras 115 e 116).



Figura 115: Mulheres aproveitavam para conversar na areia da praia, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 34, janeiro de 1927.



Figura 116: Passeios à tarde nas areias da praia de Boa Viagem, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 9, julho de 1926

O mar, quase sempre calmo devido aos arrecifes, servia para banhos, mergulhos, além de exercitar o corpo com a natação (Figura 117).



Figura 117: Banhos de mar, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 80, dezembro de 1927.

Sobre os banhos na praia de Boa Viagem, Freyre (1968, p. 50) lembrou que:

Um banho em Boa Viagem é um dos maiores regalos que o Recife oferece a adventícios tanto quanto a nativos. Uma das experiências mais recifenses que um adventício pode ter no Recife: um mar de água morna, um sol que em pouco tempo amarela o corpo do europeu ou do brasileiro do Sul; vento fresco; recifes; sargaço. Um cheiro bom de sargaço fresco recebe às vezes o turista.

Nos anos 1940, a praia continuou sendo utilizada para lazer, contemplação e banhos, mas as roupas mudaram e se tornaram mais leves (Figura 118).



Figura 118: Movimentos de carros e de banhistas em Boa Viagem, provavelmente no final dos anos 1940.

Fonte: MENEZES, 2003.

Nas areias da praia, passaram a ser realizadas concorridas partidas de futebol e vôlei (Figura 124) (PARAÍSO,1996). Uma imagem, provavelmente do final dos anos 1940, durante a realização de um concurso de papagaios, destaca que foram implantados postos salva-vidas para a visualização da praia (Figura 119).



Figura 119: Postos salva-vidas em Boa Viagem, provavelmente no final dos anos 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Próxima a praia de Boa Viagem, também havia a praia do Pina, cujo aspecto era mais primitivo, com mocambos cobertos de palha e, na beira-mar, casinhas de madeira. Essa praia foi mais utilizada para os banhos e passeios das camadas populares (Figura 120) (ARAÚJO, 2007; COUCEIRO, 2003).



Figura 120: Praia do Pina nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 7, janeiro de 1925.

Nos anos 1920, Boa Viagem era um local frequentado pelas camadas abastadas, sobretudo por aqueles que tinham automóvel, porque o sistema de bondes era deficiente. Gastava-se, às vezes, 50 minutos do ponto de saída do Recife até o terminal, no largo da igreja. Só a partir de 1930 é que a presença das camadas populares nas orlas marítimas se tornou mais regular e expressiva (ARAÚJO, 2007).

- Fazer compras em pátios e feiras

Entre os anos 1920 e 1940, os pátios das igrejas que se localizam em sua maioria na área central, eram locais de passeios, compras, convívio social e também de eventos religiosos. Os pátios mais movimentados eram o Pátio do Livramento, de São Pedro, do Carmo e do Terço. O Pátio do Livramento tinha um grande movimento devido à presença de lojas no seu entorno e também pela sua localização em frente à Igreja do Livramento (Figura 121). O Pátio de São Pedro também era um local que servia para os passeios e compras devido ao comércio no seu entorno e à presença da Igreja de São Pedro. Esses pátios atraíam, em sua maioria, as camadas populares, os trabalhadores da área central e os pequenos comerciantes.



Figura 121: Movimentação de comércio no Pátio do Livramento, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n 13, julho de 1925.

As feiras livres eram uma tradição na cidade e surgiram de maneira espontânea, sem a intervenção do poder público, como a “Feira do Bacurau”, na Madalena, e a “Feira do Abacaxi”, no Cais da Avenida Martins de Barros, que era voltado para o rio Capibaribe, nas proximidades da Ponte Maurício de Nassau. A Feira do Bacurau, onde posteriormente vai surgir o Mercado da Madalena, atraía uma grande quantidade de feirantes, comerciantes de comidas típicas, além de boêmios (Figura 122). Com a crise no abastecimento e a falta de alguns produtos, algumas feiras foram instituídas pelo poder público, tais como as de Casa Amarela, Afogados (Figura 123), Caxangá e Encruzilhada (COUCEIRO, 2003).



Figura 122: Feira do Bacurau na Madalena, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n 10, julho de 1926.



Figura 123: Feira de Afogados, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n 10, julho de 1926

Essas feiras consolidaram-se como locais de predominância das camadas populares, onde se podia trabalhar, fazer compras, e proporcionavam sobretudo, lazer, diversão, encontros e conversas. Eram frequentadas por carregadores, pequenos comerciantes, feirantes, jogadores, além de prostitutas (Figuras 124 e 125) (COUCEIRO, 2003).

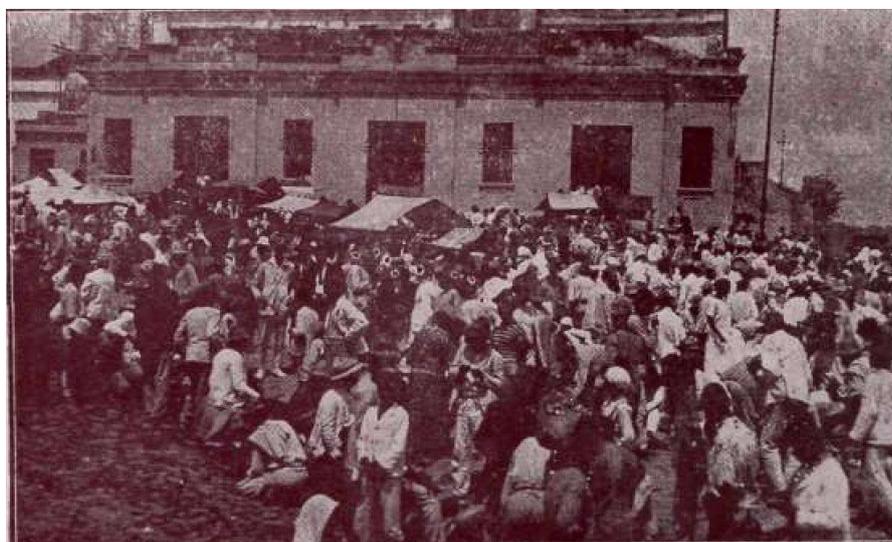


Figura 124: Grande movimento de populares nas feiras públicas, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 17, setembro de 1926.

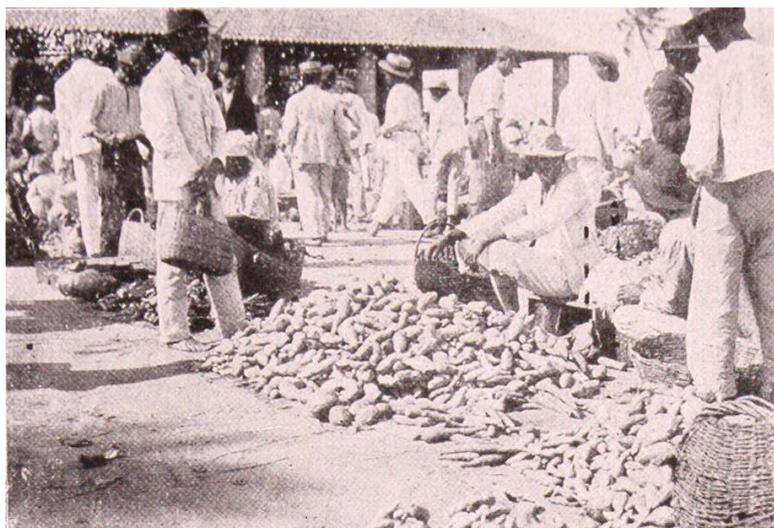


Figura 125: Populares vendendo batatas nas feiras públicas, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 3, junho de 1926.

Principal alternativa das camadas populares, essas feiras eram vistas pelas camadas mais abastadas como um local barulhento e desorganizado, com falta de higiene, necessitando da ação da polícia. Mas, aos poucos, as elites passaram a apreciar as feiras da cidade, utilizando-as para fazer compras. No entanto, esse não era um hábito generalizado dessa classe social, que via a feira como um local diferente, que servia para os passeios e também onde podiam fazer compras (Figura 126) (COUCEIRO, 2003).



Figura 126: A elite faz compras nas feiras livres, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 21, outubro de 1926.

Aos poucos, alguns intelectuais, como Gilberto Freyre, ressaltaram a importância do cotidiano das feiras do Recife, sendo consideradas elemento importante da alma da região (FREYRE, 1968, p. 112).

Além dos mercados, o Recife tem nos seus arredores feiras pitorescas. Muitos dos vendedores são matutos, que trazem à cidade seu milho, suas frutas, suas cuias, farinheiras e colheres de pau (...).

Com o passar do tempo, algumas feiras foram sendo substituídas pelos mercados públicos, que funcionavam segundo os padrões de ordem e higiene dos grupos da elite, ordenando o comércio, com fiscalização e policiamento efetivo. Dessa maneira, foram inaugurados, em 1924, o Mercado da Encruzilhada (Figura 127), e em 1925, o da Madalena. Posteriormente, em 1930, foi inaugurado por Sérgio Loreto e o prefeito o Mercado de Casa Amarela, e nos anos 1940 foi reativado o Mercado da Boa Vista. O Mercado de São José, construído no século XIX, foi reformado em 1941, e também era um local muito movimentado, que atraía principalmente populares porque possuía um comércio variado de frutas e comidas, tanto no seu interior como espalhado pelas calçadas do seu entorno (Figura 128) (COUCEIRO, 2003; CAVALCANTI, 1999).



Figura 127: Movimento no Mercado da Encruzilhada, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 5, novembro de 1924.

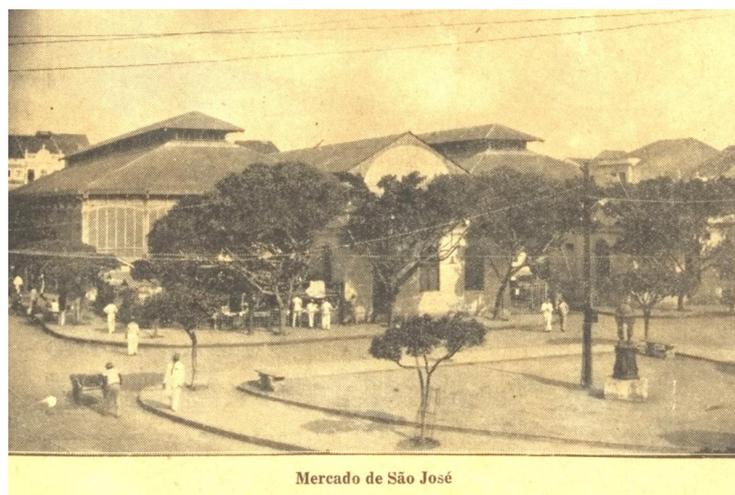


Figura 128: Comércio no entorno do Mercado de São José, nos anos 1930.

Fonte: Anuário de Pernambuco, 1934.

Esses mercados foram construídos pelo poder público, na tentativa de organizar o comércio impondo padrões de funcionamento. A construção dos mercados excluiu grande parte dos vendedores que comercializavam produtos nas ruas, empurrando-os para outros locais. Assim, a construção de mercados e a instituição de feiras sob o controle do poder público era uma tentativa dos governos de organizar o comércio. Diante disso, os populares que frequentavam as feiras se deslocaram para outras partes da cidade e continuaram a oferecer ali os seus serviços (COUCEIRO, 2003). Esta prática de feiras consolidou os largos dos mercados como um espaço público de grande movimentação até os dias atuais.

- Conversar na esquina

Outro local de grande convívio social no Recife entre os anos 1920 e 1940 era conhecido como *esquina do Lafayette*, e localizava-se entre as ruas do Imperador e 1º de Março. Nas primeiras décadas do século, nesse local, funcionou um café, o Café Continental, que em 1919 passou a se chamar de Café Lafayette e, posteriormente, *esquina do Lafayette*, porque no mesmo prédio, no primeiro andar, funcionava uma charutaria e ponto de cigarros da Fábrica Lafayette. Essa esquina foi apropriada, principalmente por intelectuais, jornalistas, políticos, funcionários públicos, graduados, estudantes de direito, poetas, senhores e rapazes da elite, que ali se reuniam para fazer um lanche, tomar um chope, conversar e discutir os

acontecimentos do dia a dia, os fatos sociais, sobretudo assuntos políticos e críticas ao governo (Figura 129). Essas pessoas ficavam em pé no interior da Lafayette, junto ao balcão, ou sentadas às mesas localizadas nas largas calçadas, debaixo das árvores, em frente à esquina (PARAÍSO, 2010; MENEZES, 2003; CAVALCANTI, 1999).

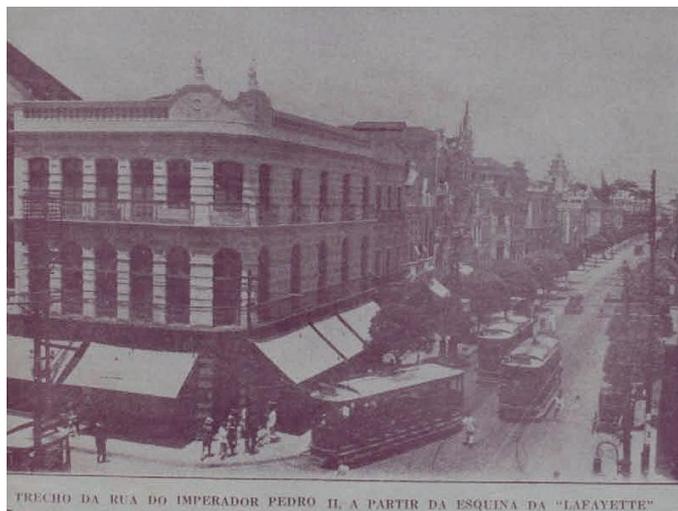


Figura 129: Conversas nas calçadas da esquina do Lafayette, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 6, dezembro de 1924.

Era um local quase exclusivamente masculino, sendo rara a presença de mulheres. Como esse local ficava próximo das sedes de alguns jornais, também servia para o encontro de jornalistas, em sua maioria, na madrugada, para saber as notícias internacionais que eram coladas nas paredes e, depois de lidas, comentadas e debatidas pelos frequentadores do ambiente. “A esquina do Lafayette era, naqueles tempos, o verdadeiro coração do Recife, as notícias mais quentes dali sendo impulsionadas para o restante do estado” (PARAÍSO, 2010, p. 145). Essa esquina tinha uma relação com a *zona* do Bairro do Recife, porque nos fins de tarde, quando terminavam as aulas, os estudantes se reuniam nas suas calçadas e, à noite, por volta das dez horas, eles atravessavam a ponte a caminho de diversão nesse bairro (PARAÍSO, 2010).

A *esquina do Lafayette*, durante os anos 1940, foi um local de debates políticos, com críticas ao governo, e de resistência à ditadura Vargas. Continuou sendo ainda um ponto de encontro e de debates de intelectuais e da elite, sobretudo de homens que,

muitas vezes, podiam ser ouvidos pelas pessoas que passavam nos bondes (Figura 130) (PARAÍSO, 2010).

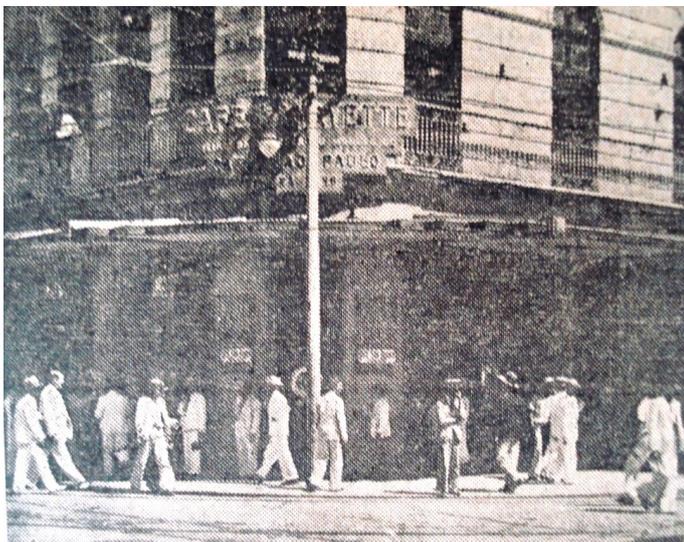


Figura 130: Homens passeando nas calçadas da esquina do Lafayette, nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, março\abril de 1938. Edição vespertina.

Apesar de o público que frequentava essa esquina ser constituído, em sua maioria, de intelectuais e da elite masculina, também circulavam engraxates, gazeteiros, vendedores, como os de loteria, os passadores do jogo do bicho, agiotas, negociantes de animais, cachorros e gatos, ambulantes que comercializavam os mais diversos tipos de mercadorias, como o Crispim das Empadas, além de figuras folclóricas e tipos curiosos, como a figura de Bodião-de-Escama, que vivia circulando pelas mesas (PARAÍSO, 2010).

3.2 PRÁTICAS DE ESPORTES

Nos anos 1920, o governo incentivou as modalidades de esportes elitistas, pois tal prática poderia integrar a cidade no perfil do mundo moderno. Foram criadas regras e normas para as diferentes modalidades de esporte, como uma forma de uniformizar as condutas e modelar o novo homem (COUCEIRO, 2003). Houve assim, o estímulo à realização de regatas, de futebol em campos fechados e de corridas de cavalo em áreas fechadas, como o *Jockey Club* de Pernambuco, dentre outras modalidades. Nos anos 1930 e 1940, houve um interesse maior do governo pelas atividades esportivas, o que refletia a ideia do Estado Novo de estar presente e controlar todos os momentos da vida humana, inclusive o lazer e o esporte. Para

tal, foram criados os Centros Educativos Esportistas, os CEOs, que também tinham como função organizar os times de futebol de operários, que deveriam estar presentes nos eventos do Estado, e as Federações Desportivas, que deveriam ser fiéis ao interventor (SOUZA NETO, 2005).

- Jogos nas ruas, nas margens do rio Capibaribe, em terrenos vazios, na praia de Boa Viagem e no Parque do Derby

O jogo de futebol foi o que teve uma maior adesão, e as partidas eram realizadas em campos fechados, com regras adotadas e impostas pela elite. Mas, com o passar do tempo, também havia partidas de futebol improvisadas, realizadas por populares em algumas ruas do centro e do subúrbio, nas margens do rio Capibaribe e em terrenos vazios da cidade, as quais modificavam as regras da elite adotadas em campos fechados. No entanto, o futebol de rua era acusado de ser responsável por desordens, brigas e inconvenientes e, assim, a fiscalização e o policiamento estavam sempre atentos (COUCEIRO, 2003). Esses grupos populares, com o seu movimento e tradições rítmicas, construíram a sua própria versão do futebol (SEVCENKO, 1998).

Também existem referências de que, nos anos 1940, havia jogos de voleibol e *peladas* de futebol na praia de Boa Viagem (PARAÍSO, 1996). Há também registros de mulheres que jogavam tênis no Parque do Derby (Figura 131).



lá no parque do derby

Figura 131: Mulheres posam para fotos após as partidas de tênis no Parque do Derby, nos anos 1930.

Fonte: Revista Pra Você, n. 5, maio de 1930.

- Exercícios físicos em parques

Nos anos 1920, no Parque do Derby alunos das escolas realizavam exercícios físicos, durante as paradas escolares, em uma grande área aberta na frente do quartel (Figuras 132 e 133).

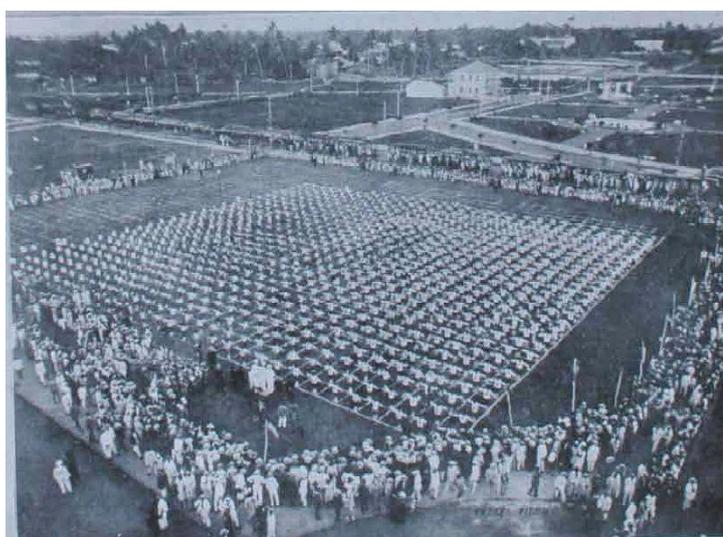


Figura 132: Exercícios físicos na área de esportes na Parque do Derby, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 17, novembro de 1925.



Figura 133: Exercícios físicos na área de esportes no Parque do Derby, provavelmente nos anos 1930.

Fonte: <http://www.fotolog.com.br>.

Alunos da Escola Normal pertencentes a famílias de maior poder aquisitivo, também realizavam exercícios na área aberta, da qual surgiu no fim dos anos 1930 o Parque 13 de Maio (Figura 134).

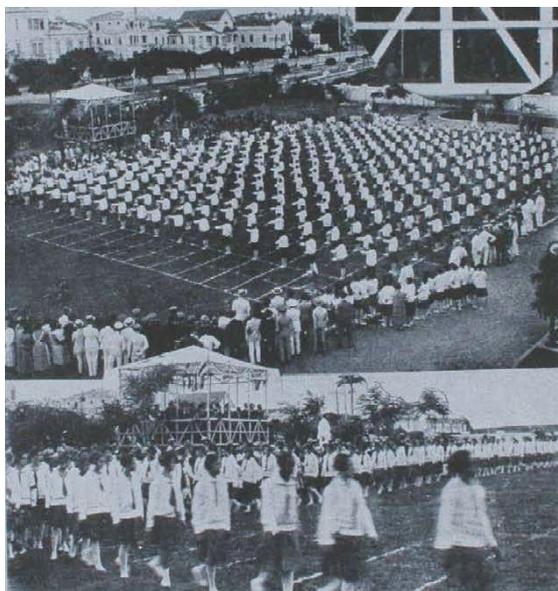


Figura 134: Exercícios em uma área, nos anos 1920, onde será construído o Parque 13 de Maio.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 27, setembro de 1926.

- Remo no rio Capibaribe e nado na praia de Boa Viagem

O remo foi uma atividade esportiva muito intensa entre os anos 1920 e 1940 e teve o seu auge na década de 1920 com a realização das grandes regatas. Essas regatas eram organizadas pelos clubes Náutico, Sport e Barroso que eram freqüentados por atletas e sócios pertencentes a famílias de posse. Estas regatas aconteciam no rio Capibaribe, no Cais da Rua da Aurora e da Rua do Sol, principalmente no trecho compreendido entre as pontes da Boa Vista e Santa Izabel (Figuras 135 e 136) (PARAÍSO, 1996).



Figura 135: Atletas durante as regatas no rio Capibaribe, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 3, julho de 1926.

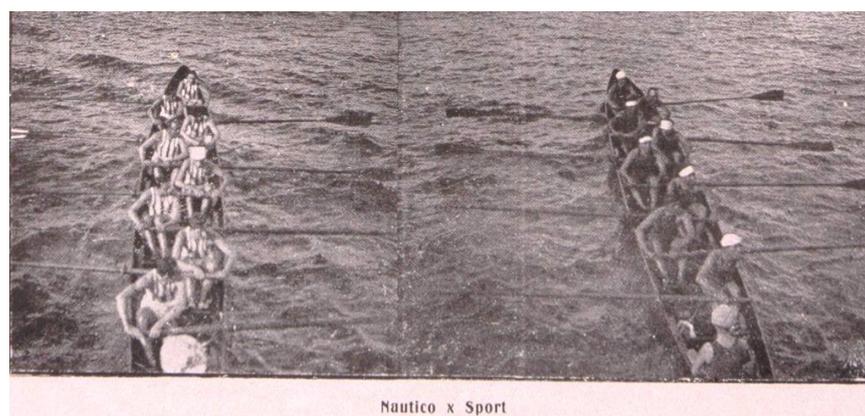


Figura 136: Competição de regatas no rio Capibaribe, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 3, julho de 1926.

Algumas regatas eram oficiais e costumavam encher as ruas, pontes e passeios ao longo do rio (PARAÍSO, 1996). Em 1923, houve uma regata que foi uma verdadeira festa, durante a qual as pontes ficaram repletas de pessoas que torciam pelos clubes em pavilhões (Figuras 137 e 138), e as águas do rio Capibaribe ficaram cheias de lanchas ornamentadas (COUCEIRO, 2003).

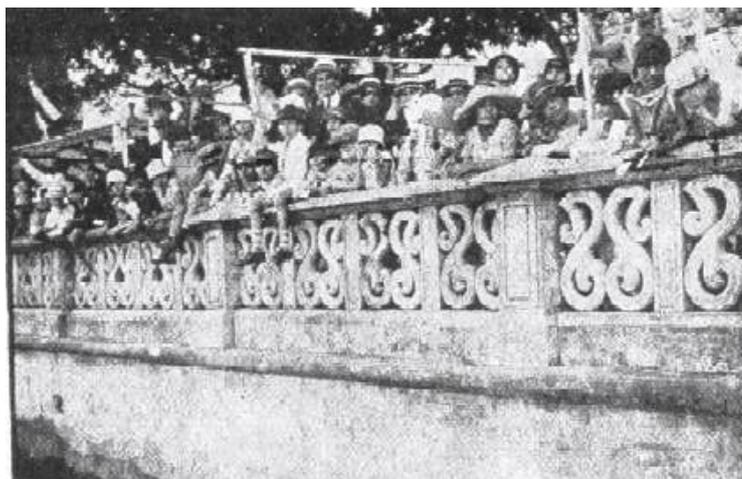


Figura 137: Pessoas que torcem e acompanham as regatas na margem do rio, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 3, julho de 1926.

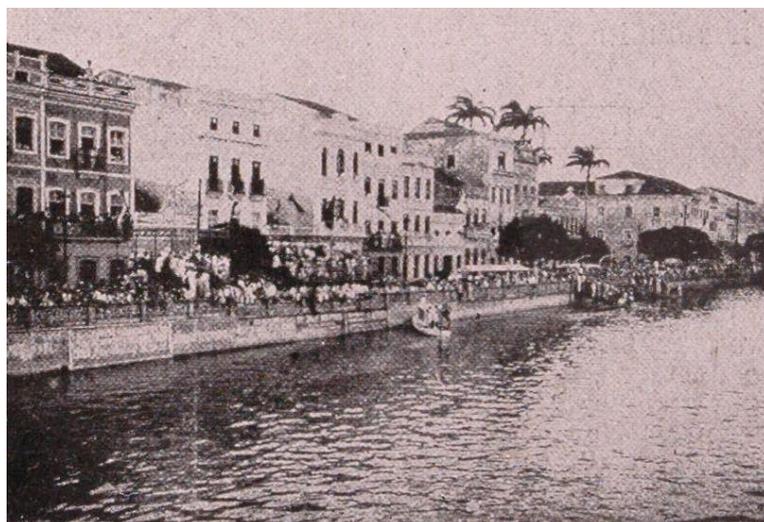


Figura 138: Aspecto do rio e das margens durante as regatas, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 54, junho de 1927.

Nos anos 1930 e 1940, não se encontra referência à realização das regatas, sendo elas possivelmente mais frequentes nos anos 1920. No entanto, manteve-se o esporte do remo, como lembra Freyre (1968, p. 49): “A propósito de pontes e de

Capibaribe, deve ser destacado o fato de continuar o esporte do remo uma das mais vivas tradições recifenses, embora as regatas já não tenham mais o esplendor de outrora.”

Também existia outra atividade esportiva na época, que eram os nados no mar nas praias de Boa Viagem e Pina.

- Corridas de automóveis, motocicletas, bicicleta e a pé pelas ruas e Avenida Beira-Mar

Outras atividades esportivas marcantes foram as corridas de automóveis e motocicletas na Avenida Beira-Mar, promovidas pelo “Automóvel Club”, as quais eram disputadas aos domingos. Além dessas corridas, havia corridas de bicicleta e a pé, realizadas nas ruas, na Avenida Beira-Mar em Boa Viagem (Figuras 139, 140 e 141). Pelas imagens pode-se supor que as pessoas que participavam dessas corridas eram homens.

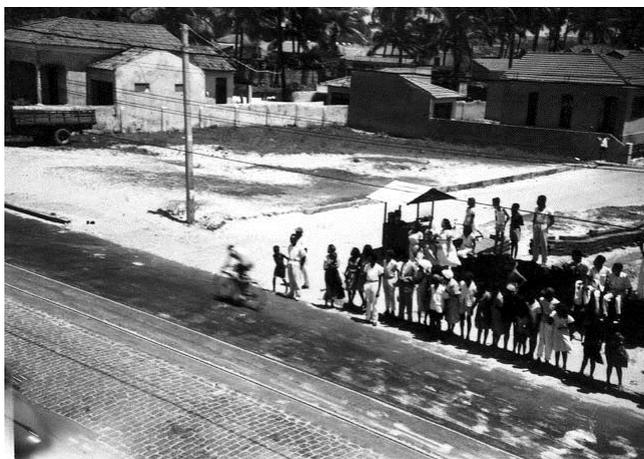


Figura 139: Corrida de bicicletas na Avenida Beira-Mar, nos anos 1920.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco



Figura 140: Corridas de bicicletas nas ruas do centro da cidade, nos anos 1930.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1938, Edição matutina.



Figura 141: Corridas a pé nas ruas do centro da cidade, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 18, dezembro de 1925.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do que foi exposto, pode-se concluir que as principais práticas rotineiras de convívio social realizadas entre os anos 1920 e 1940 foram caminhar pelas ruas e avenidas, passear pelas pontes e margens do rio, lazer em praças e parques, recrear na praia, fazer compras em pátios e feiras e conversar na esquina.

Dentre essas, as práticas rotineiras mais adotadas pela classe de maior poder aquisitivo foram caminhar nas ruas e avenidas, o que inclui o *footing*, que era realizado em sua maioria por senhoras, moças, alunas de escolas superiores e também, mas em menor quantidade, por homens, poetas, profissionais liberais, alunos de escolas superiores, dentre outros. Juntamente com as caminhadas, também foi intenso o lazer nas praças e parques, devido sobretudo à construção de tais espaços públicos a partir dos anos 1920, o que gerou mais uma opção para o cotidiano da população, principalmente homens e mulheres da elite. Devido à novidade da urbanização dos bairros litorâneos, a recreação na praia foi outra prática muito intensa, especialmente na praia de Boa Viagem, realizada também em sua maioria por homens e mulheres da elite. Outra prática bastante expressiva foi conversar nas calçadas da *esquina do Lafayette*, mais reservada para o público masculino, destacando-se intelectuais, jornalistas, políticos, graduados, estudantes de direito, poetas, senhores e rapazes de maior poder aquisitivo.

A prática rotineira de convívio social mais adotada pelas camadas populares foi fazer compras em pátios e feiras, comércio exercido por feirantes, comerciantes, ambulantes, negros, vendedores de rua, dentre outros. Os populares também tinham a prática de caminhar pelas ruas e avenidas e passeavam pelas pontes e margens do rio, muitas vezes juntamente com a elite, e eram, em sua maioria, trabalhadores, vendedores de rua, ambulantes, tipos populares, *negros*, *mendigos*, *prostitutas*, vendedores de lojas, gazeteiros, engraxates, vadios, desocupados, dentre outros. Eles também circulavam, mesmo sendo uma minoria, pelas calçadas da esquina do Lafayette, e eram engraxates, gazeteiros, vendedores, passadores do jogo do bicho, agiotas, negociantes de animais, figuras folclóricas e tipos curiosos. Em grupos menores, os populares também se faziam presentes nas praças e parques, onde alguns aproveitavam a sombra das árvores para descansar, ou simplesmente passeavam por esses espaços. Frequentavam a praia, preferindo a

praia do Pina, bairro representado por habitações populares, enquanto a praia de Boa Viagem era mais exclusiva da classe de maior poder aquisitivo. Em alguns momentos, estes grupos antagônicos dividiam o mesmo espaço público quando os *pobres* pediam esmolas ou vendiam produtos aos ricos. Em alguns lugares, havia uma divisão de espaços e de horários. As prostitutas, por exemplo, iam para a rua quando a elite já havia se recolhido, e os trabalhadores das lojas saíam às ruas depois do *footing*.

Vale ressaltar que, nos anos 1940, essas práticas rotineiras ampliaram-se, sobretudo as caminhadas pelas principais ruas do centro, como a Rua Nova, e em novos espaços públicos como a Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes. Aumentaram as opções de espaços públicos de lazer, com as praças criadas por Burle Marx ainda nos anos 1930, que foram a de Casa Forte e a Euclides da Cunha, além do Parque 13 de Maio. Alargou-se o hábito de recrear na praia de Boa Viagem, assim como as conversas na *esquina do Lafayette*. O comércio informal caracterizado pelas feiras se mantém, mas muda-se para novos espaços da cidade devido à criação dos mercados. O quadro a seguir sintetiza as principais práticas cotidianas rotineiras de convívio social, os respectivos espaços públicos onde tais práticas foram realizadas e os seus usuários (Quadro1).

Quadro 1: Práticas Cotidianas Rotineiras de Convívio Social		
Práticas de Convívio Social	Espaços Públicos	Usuários
Caminhar e o <i>Footing</i>	Ruas e Avenidas	Senhoras, moças, aluna de escolas superiores da elite e homens, poetas, profissionais liberais, alunos de escolas superiores da elite/ camadas populares, trabalhadores, vendedores de rua, ambulantes, tipos populares, negros, mendigos, prostitutas, vendedores de lojas, gazeteiros, engraxates, vadios e desocupados
Passear	Pontes e margens do Rio	Elite / camadas populares
Lazer	Praças e parques	Homens e mulheres da elite/ camadas populares
Recrear	Praia de Boa Viagem	Homens e mulheres da elite/ camadas populares no Pina
Fazer compras	Pátios e feiras	Camadas populares, feirantes, comerciantes, ambulantes, negros, vendedores de rua/ homens e mulheres da elite
Conversar	Esquina do Lafayette	Intelectuais, jornalistas, políticos, graduados, estudantes de direito, poetas, senhores e rapazes da elite/ engraxates, gazeteiros, vendedores, agiotas, negociantes de animais, jogos, figuras e tipos curiosos

Fonte: A autora, 2011.

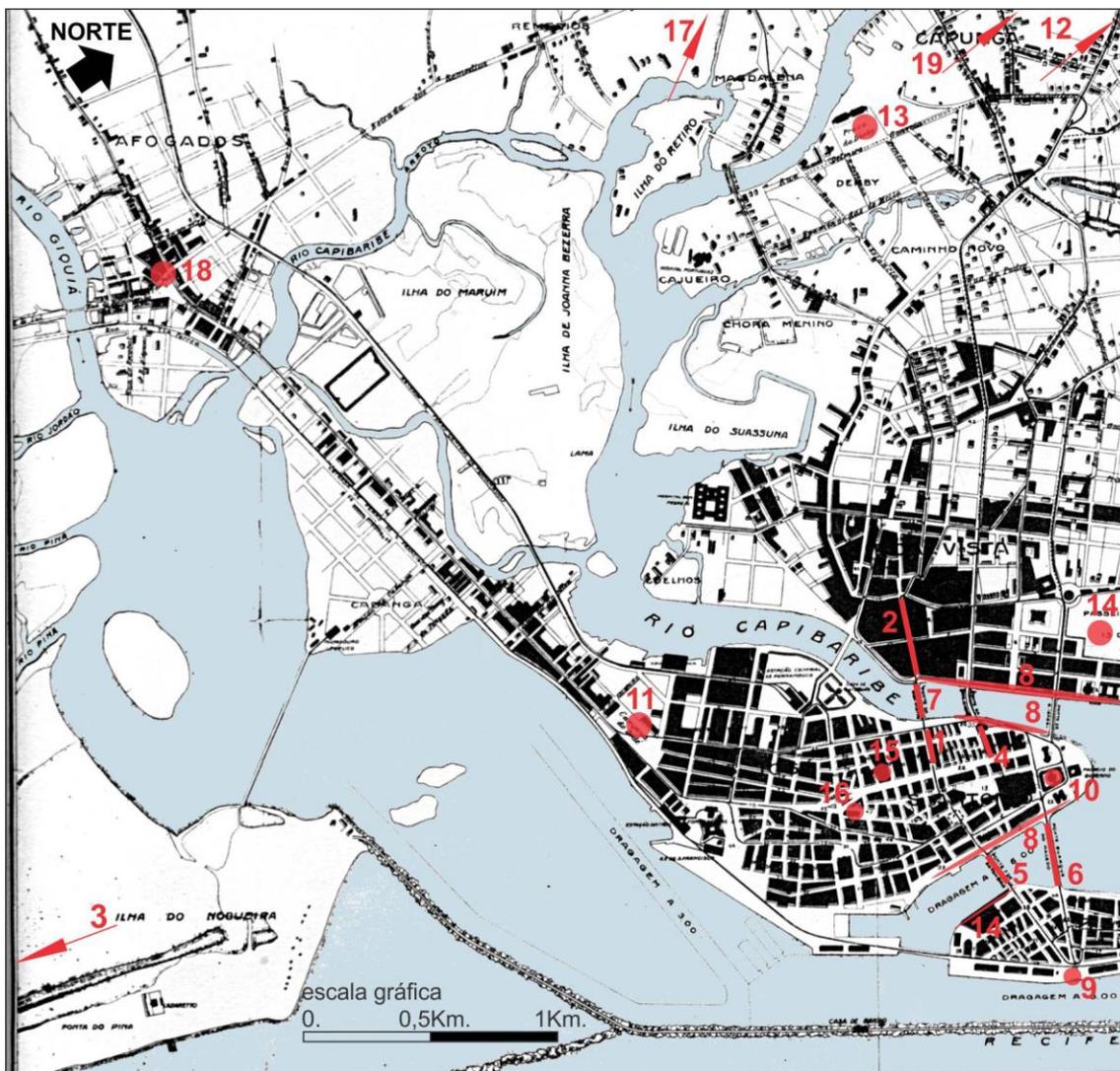
Os principais espaços públicos onde aconteciam as práticas rotineiras de convívio social da elite foram às ruas, sobretudo a Rua Nova e a Imperatriz, e as avenidas Beira-Mar e a 10 e Novembro, atual Avenida Guararapes. As ruas do bairro de São José eram as mais utilizadas pelos populares, sobretudo ruas e becos do entorno do Mercado de São José. Algumas ruas do bairro de Santo Antônio, incluindo a rua do Fogo também eram diferenciadas porque circulavam as prostitutas. A ponte da Boa Vista era destaque, porque nela havia grande movimentação. As margens do rio nas ruas da Aurora, do Sol, Cais da Alfândega e da Avenida Martins de Barros também foram apropriadas por ambas as classes sociais em seus passeios. A classe mais abastada se apropriou de espaços públicos maiores como o Parque do Derby e 13 de Maio, o que não havia como impedir a presença de populares. Em relação a

praia, notava-se que a maioria das famílias abastadas utilizava a praia de Boa Viagem, enquanto na praia do Pina freqüentavam os populares. Já as feiras como espaços de troca e venda era dominado pelos populares, mas com o tempo a elite foi atraída. Como ponto de encontro, a *esquina do Lafayette* era um dos locais preferidos da elite, mas também pela sua localização também circulavam populares. O quadro a seguir mostra os principais espaços públicos, onde essas práticas cotidianas eram realizadas e seus usuários (Quadro 2).

Quadro 2: Principais Espaços Públicos destinados às Práticas Cotidianas Rotineiras de Convívio Social e seus usuários		
Espaços Públicos de Convívio Social	Elite (maioria)	Camadas Populares (maioria)
Ruas e Avenidas	Rua Nova, Imperatriz, Avenida Beira-Mar, Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes)	Ruas do bairro de São José e Santo Antônio. Prostitutas nas Ruas do Fogo, Águas Verdes e da Roda
Pontes	Ponte da Boa Vista, Maurício de Nassau, Buarque de Macedo, 6 de Março, Santa Izabel e Duarte Coelho	x - x - x - x
Margens do rio	Ruas do Sol, da Aurora, Cais da Alfândega	Avenida Martins de Barros
Praças existentes	Praças da Independência, Barão do Rio Branco, República, Maciel Pinheiro, Joaquim Nabuco	x - x - x - x
Praças criadas	Praça Chora Menino, Sérgio Loreto, Entroncamento, Parque Amorim, Oswaldo Cruz, Casa Forte e Euclides da Cunha	x - x - x - x
Parque	Parques do Derby e 13 de Maio	x - x - x - x
Praia	Boa Viagem	Pina
Pátios	x - x - x - x	Pátio do Carmo, do Livramento, de São Pedro e do Terço
Feiras	x - x - x - x	Bacurau, Afogados, Encruzilhada, Casa Amarela e Caxangá
Esquina	Lafayette	x - x - x - x

Fonte: A autora, 2011.

O mapa a seguir ilustra os principais espaços públicos das práticas cotidianas rotineiras de convívio social (Mapa 1).



Mapa 1: Principais Espaços Públicos das Práticas Cotidianas Rotineiras de Convívio Social nos Anos 1920 - 1940

Fonte: Mapa do Recife em 1915. Acervo Urb. Recife

Caminhar nas Ruas e Avenidas

- 01 Rua Nova
- 02 Rua da Imperatriz
- 03 Avenida Beira-Mar
- 04 Av. 10 de Novembro, atual Av. Guararapes

Passear nas Pontes e margem do Rio

- 05 Ponte Maurício de Nassau
- 06 Ponte Buarque de Macedo
- 07 Ponte da Boa Vista
- 08 Margem do Rio Capibaribe voltada para a Rua da Aurora,
-- Rua do Sol, do Cais da Alfândega e da Av. Martins de Barros

Lazer em Praças e Parques

- 09 Praça Barão do Rio Branco
- 10 Praça da República
- 11 Praça Sergio Loreto
- 12 Praça de Casa Forte
- 13 Parque do Derby
- 14 Parque 13 de Maio

Fazer compras em Pátios e Feiras

- 15 Pátio do Carmo
- 16 Pátio de São Pedro
- 17 Feira do Bacurau na Madalena
- 18 Feira de Afogados
- 19 Feira de Casa Amarela

Em relação à prática rotineira do esporte, as principais modalidades realizadas entre os anos 1920 e 1940 foram os jogos de futebol nas ruas, margens do rio e terrenos vazios, exercícios físicos em parques, remo no rio Capibaribe, nados na praia de Boa Viagem e corridas nas ruas e na Avenida Beira-Mar em Boa Viagem. Vale ressaltar que a grande maioria dessas práticas esportivas eram realizadas pela elite. O jogo de futebol foi a única modalidade exercida em áreas abertas, realizada principalmente pelas camadas populares, entre eles negros, vadios e desocupados, modificando as regras estabelecidas nos jogos em campos fechados. Os exercícios físicos em parques eram feitos também por alunos das escolas. O remo no rio Capibaribe era realizado por atletas dos clubes Náutico e Sport, geralmente da elite e o nado na praia de Boa Viagem era feito por pessoas que frequentavam a praia.

Nos anos 1940, a maioria dos esportes acima tratados se manteve. Não há evidências de partidas de tênis no Parque do Derby nos anos 1940 e as regatas, que foram marcantes nos anos 1920, praticamente deixaram de existir ao longo dos anos 1930 e 1940, continuando apenas o esporte do remo. O quadro a seguir ilustra as principais práticas rotineiras de esporte e seus usuários (Quadro 3).

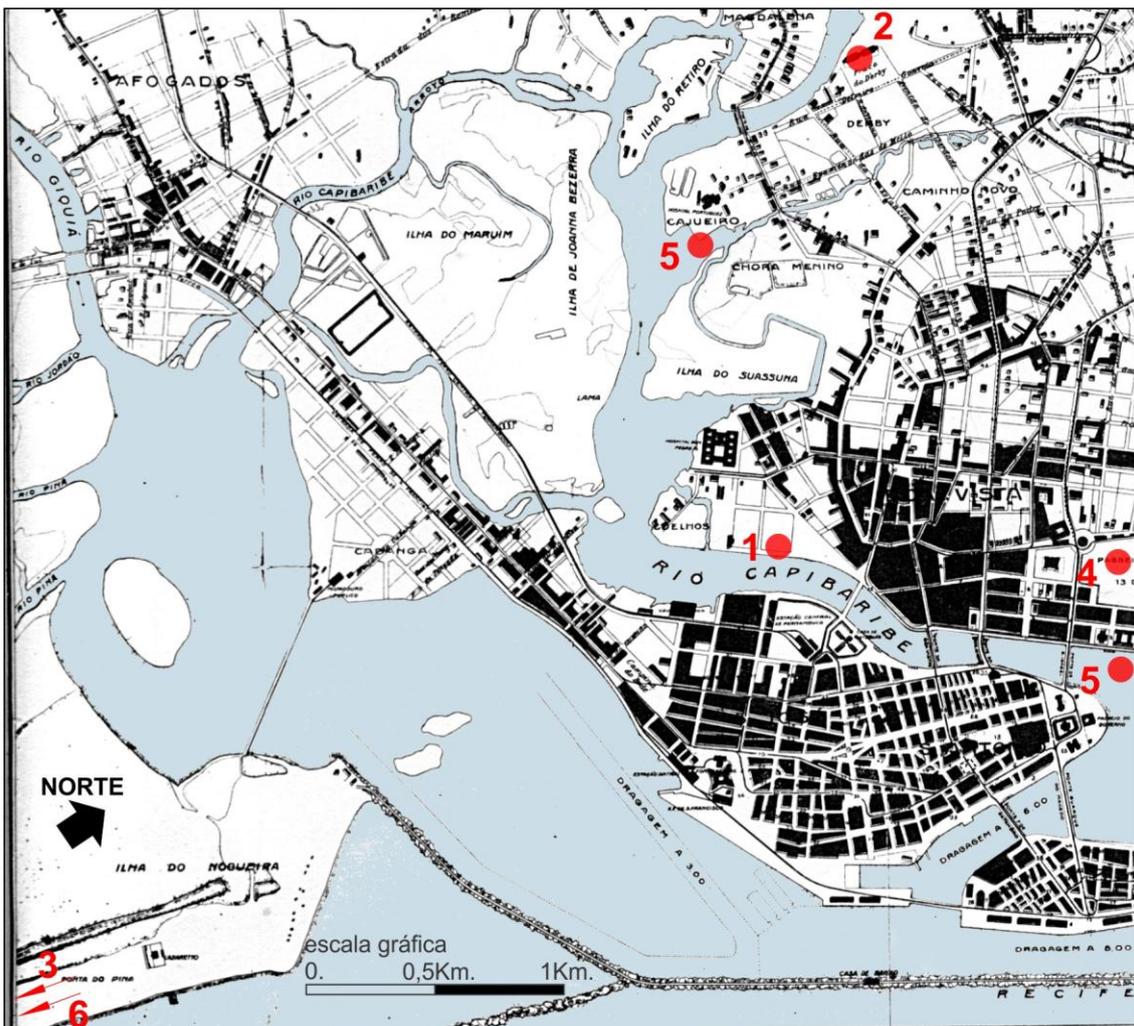
Quadro 3: Práticas Cotidianas Rotineiras de Esporte		
Práticas de Esporte	Espaços Públicos	Usuários
Jogos de futebol	Ruas do centro e subúrbios, margens do rio e terrenos vazios	Camadas populares, negros, vadios, desocupados/ Elite em campo fechados
Jogos de voleibol	Praia de Boa Viagem	Elite
Jogos de tênis	Parque do Derby	Elite
Exercícios físicos	Parques do Derby e 13 de Maio	Alunos das escolas e pessoas da elite
Remo	Rio Capibaribe	Atletas dos clubes Náutico e Sport da elite
Nado	Praia de Boa Viagem	Pessoas da elite que frequentavam à praia
Corridas	Ruas do centro e Avenida Beira-Mar	Atletas e pessoas da elite/ várias camadas sociais

Fonte: A autora, 2011.

Os espaços públicos onde se realizavam as práticas rotineiras de esportes da elite, os mais utilizados foram o rio Capibaribe, os parques, a praia e a Av. Beira-Mar em Boa Viagem. Os espaços públicos mais utilizados pelos populares foram as ruas, os terrenos vazios e as margens do rio, onde aconteciam as partidas de futebol, assim como praia do Pina onde se realizava o nado. O quadro a seguir apresenta os principais espaços públicos de esporte e seus usuários (Quadro 4).

Quadro 4: Principais Espaços Públicos destinados às Práticas Rotineiras de Esporte e seus usuários		
Espaços Públicos de Esporte	Elite (maioria)	Camadas Populares (maioria)
Ruas	x - x - x - x	Ruas do centro e subúrbios
Rio Capibaribe	Remo	Margens para o futebol
Parques	Exercícios físicos e jogos de tênis	x - x - x - x
Praia	Nados e jogos de voleibol na Praia de Boa Viagem	nados e jogos na Praia do Pina
Avenida Beira-Mar	Corridas	x - x - x - x
Fonte: A autora, 2011.		

O mapa a seguir destaca os principais espaços públicos das práticas cotidianas rotineiras de esporte (Mapa 2).



Mapa 2: Principais Espaços Públicos das Práticas Cotidianas Rotineiras de Esporte e seus usuários dos Anos 1920 - 1940.

Fonte: Mapa do Recife em 1915. Acervo URB-Recife.

Jogos

- Ruas do centro e dos subúrbios - futebol
- Terrenos vazios- futebol
- 01 Margem do Rio Capibaribe- futebol
- 02 Parque do Derby - tênis
- 03 Praia de Boa Viagem – voleibol

Corridas de automóvel, motocicletas e a pé

- Ruas do centro da cidade
- 06 Avenida Beira-Mar

Exercícios físicos

- 02 Parque do Derby
- 04 Parque 13 de Maio

Remo e nado

- 05 Rio Capibaribe - remo
- 03 Praia da Boa Viagem - nado

Com relação às ações impostas e às invenções nas práticas cotidianas de convívio social e do esporte, concluí-se que as ações do Estado implantadas entre os anos 1920 e 1940 faziam parte de um projeto de modernização da cidade elitista e excludente, cuja intenção era homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, afastando os populares dos espaços públicos.

Nos anos 1920, o governador Sérgio Loreto procurou introduzir um padrão de ordem urbana que beneficiava os grupos de maior poder aquisitivo e adotou ações mais rigorosas em relação ao comportamento com uma postura mais efetiva de controle social, ou seja, com combate e repressão aos populares, chegando a esses a serem considerados caso de polícia. As prostitutas foram constantemente combatidas, sendo proibidas de circular pelas ruas. O governo construiu mercados e instituiu feiras, não só na tentativa de organizar o comércio mas de acabar com as redes de comunicação, solidariedade e resistência que foram estabelecidas pelos populares nessas feiras. As ações de melhoria durante esse período, como a criação de praças, parque e da praia de Boa Viagem, dentre outras, também refletiam esse desejo de modernização.

Nos anos 1930 e 1940, Agamenon Magalhães procurou aumentar o controle social, com uma maior perseguição e repressão aos populares e a todos aqueles que porventura não se moldassem às novas regras impostas. Houve um aumento do poder da polícia, com a criação de um departamento policial chamado “Ação de vigilância contra a Falsa Mendicância e Vagabundagem”, e também foi criada a “Liga Social Contra o Mocambo”, que visava afastar os mocambos e toda a sua população. Ocorreu a ampliação do combate à prostituição, com a proibição de sair às ruas antes das 22 horas. Os mercados foram construídos pelo poder público na tentativa de organizar o comércio, impondo padrões de funcionamento que favoreceram o uso da classe dominante. Além disso, os planos urbanos modernos implantados durante esse período, que incluíam a implantação das avenidas no centro, acentuavam a intenção de afastar os populares de alguns espaços públicos.

Mesmo com essas ações do governo, as camadas populares procuraram reagir ao que se tentava implantar, baseadas numa forma de resistência, persistindo nos espaços públicos hábitos e condutas que se chocavam com a imagem de cidade

almejada. Vários personagens estavam incluídos nesse grupo de populares que de um modo ou de outro procuravam sobreviver nesse convívio, tais como os vendedores de sorvete, frutas, bilhetes de loteria, engraxates e gazeteiros e as *prostitutas*. E ainda mendigos, pedintes e trabalhadores informais como os empregados das lojas, caixeiros, caixeiros e costureiras. Durante a madrugada, passeavam ainda bêbados, vagabundos e desocupados, considerados *vadios*. Em alguns momentos, todos os grupos se encontravam. O quadro a seguir resume as principais ações impostas e as invenções nas práticas de convívio social (Quadro 5).

Quadro 5: Ações impostas e invenções nas Práticas Cotidianas Rotineiras de Convívio Social		
Ações impostas nos anos 1920	Ações impostas nos anos 1930 e 1940	Invenções entre os anos 1920 e 1940
Controle social com combate e repressão, procurando afastar as camadas populares do espaço público com a força da polícia. Intervenções urbanas que refletem o desejo de afastar os populares	Aumento do controle social com perseguição e repressão aos populares, criação do departamento policial chamado “Ação de vigilância contra a Falsa Mendicância e Vagabundagem” e da “Liga Social Contra o Mocambo”. Planos urbanos modernos ampliando o desejo de afastar os populares	Reação sob uma forma de resistência, persistindo hábitos e condutas das camadas populares nas ruas, tais como venda de produtos nas ruas, fazer refeição, pedir esmolas, feirantes, vadiar, além da prostituição
Fonte: A autora, 2011.		

Em relação às ações impostas para o esporte, entre os anos 1920 e 1940, foram incentivadas as modalidades de esporte elitistas, criando regras e normas para as diferentes modalidades de esporte. Nos anos 1940, houve um interesse maior do governo pelas atividades esportivas, com a criação do Centro Educativo Esportivo, os CEOs, e Federações Desportivas. Além das regras adotadas em campos fechados para o futebol da elite, houve a fiscalização e o policiamento para impedir o futebol de rua, acusado de ser responsável por desordens e brigas. O quadro abaixo esclarece as ações impostas e as invenções nas práticas de esporte (Quadro 6).

Quadro 6: Ações impostas e invenções nas Práticas Cotidianas Rotineiras de Esporte		
Ações impostas nos anos 1920	Ações impostas nos anos 1930 e 1940	Invenções entre os anos 1920 e 1940
Regras e normas para diferentes modalidades de esporte, voltadas para a elite	Controle do esporte com times de futebol de operários e Federações desportivas	Alteração das regras de futebol impostas pela elite, passando a ser realizado em terrenos vazios o que incomodava a elite
Fonte: A autora, 2011.		

Ficou constatado que as práticas cotidianas de convívio social e de esporte refletiam diretamente o dia a dia da população. Foi possível compreender a vida em público nesse período a partir da investigação dessas práticas, mostrando assim a importância de tais acontecimentos. Evidenciou-se que o espaço público expressa o cotidiano da população e exhibe as desigualdades sociais da sociedade. Ou seja, nele estão presentes camadas distintas da sociedade. A partir disso é possível constatar que nem sempre o que foi imposto pelos governantes foi absorvido passivamente pelas pessoas, ocorrendo não só convivências como embates e conflitos.

4 DESCOBRINDO AS PRÁTICAS EVENTUAIS NO RECIFE DE 1920 E 1940

Este capítulo compreenderá as práticas cotidianas eventuais existentes no Recife. As principais práticas eventuais estudadas foram as práticas tradicionais, cujo maior destaque foram o carnaval, as práticas religiosas, que incluem as festas de igreja, procissões dentre outras, e as cívicas, representadas pelos desfiles, paradas, discursos, etc.

4.1 PRÁTICAS TRADICIONAIS

Nos anos 1920, o Estado procurou controlar o carnaval com vigilância realizada pela polícia e estabeleceu normas que incentivaram o desfile de blocos com fantasias de luxo e o do curso, com trajeto definido, e foram combatidos comportamentos que não se enquadrassem no carnaval da elite. As maiores proibições ocorreram após a criação, em 1927, das Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Também foram perseguidos pelo governo os praticantes de cultos afro-brasileiros: eram os maiores alvos da perseguição e da violência policial. Os cultos, que eram praticados em casas localizadas nos bairros mais afastados do centro, eram constantemente invadidas pela polícia, com prisão dos integrantes e objetos apreendidos. Apesar da perseguição, os adeptos desses cultos conseguiram escapar da repressão, continuaram suas práticas religiosas e mantiveram viva a sua tradição. Em diversas ocasiões e sob diferentes formas, observou-se que algumas religiões proibidas não ficaram passivas diante do autoritarismo que marcou esse período (COUCEIRO, 2003).

Nos anos 1940, houve uma tentativa de ampliação do controle do carnaval, com a intenção de combater e modificar os hábitos e comportamentos considerados desviantes, bem como impor novas regras à festa. Vale ressaltar que, nesse período, por um lado o Estado apareceu como um importante promotor do carnaval, divulgando o evento e criando concursos de frevo, mas por outro utilizou vários mecanismos para controlar a festa. O carnaval que agradava ao Estado Novo era voltado para as camadas abastadas, com controle e disciplina. Assim, foi estimulado o curso, com os percursos estabelecidos e as agremiações carnavalescas que também tinham regras a ser cumpridas. Foi novamente estabelecido um trajeto para

o curso, passando pelas principais ruas e avenidas, e as paradas dos bondes foram deslocadas, parecendo refletir a intenção de afastar os populares do carnaval da elite (SANTOS, 2010). O Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, estabeleceu uma série de medidas de normatização, tais como horários, itinerários, roupas a serem utilizadas, além da proibição à crítica ou alusão a qualquer partido político. Também existia desde o final dos anos 40, a Federação Carnavalesca Pernambucana, a FECAPE, auxiliando no enquadramento do esquema do carnaval com o controle das agremiações carnavalescas.

No carnaval de 1938, observaram-se as maiores proibições, com encontros de blocos vigiados, foliões revistados, máscaras proibidas, dentre outras (SOUZA NETO, 2005; SANTOS, 2010). Nesse ano, a federação citada ainda preparou um figurino do carnaval que foi imposto às associações carnavalescas, com fantasias que exaltavam a história, as riquezas da natureza, da cultura e da produção do Estado, reflexo do nacionalismo defendido pelo Estado Novo. Algumas fantasias, como a da figura abaixo, publicada no Anuário do Carnaval, exibem os alimentos incentivados pelo Estado, neste caso, o café, com o desenho de chapéu em forma de bule, a xícara na mão, detalhes dos grãos na calça e camisa (Figura 142) (ANUÁRIO DO CARNAVAL DE PERNAMBUCO, 1938).



Figura 142: Figurino imposto para o carnaval de 1938.

Fonte: Anuário do Carnaval de Pernambuco, 1938, acervo da Fundação Joaquim Nabuco

No ano de 1940, no momento em que Agamenon Magalhães se esforçava para contaminar a população com a ideia de derrubar os mocambos, a campanha do carnaval foi exatamente contra o mocambo e serviu de estímulo para que determinadas agremiações utilizassem o tema “Combate aos Mocambos” em suas fantasias. Esse tema provavelmente inspirou um folião que usou uma fantasia de carnaval com uma sombrinha que tinha na sua parte superior a maquete de um mocambo, portanto incorporando-se à campanha contra o mocambo (Figura 143) (SOUZA NETO, 2005; SANTOS, 2010).



Figura 143: Folião que incorporou a ideia imposta de combate ao mocambo, no carnaval de 1940.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

O governo de Agamenon foi um dos mais ortodoxos na perseguição aos praticantes de cultos afro-brasileiros. Para tal, foi criada em 1931 a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Vigilância e Costumes, que pertencia a essa secretaria, sob a direção da Polícia dos Costumes e, posteriormente, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que se tornaram os instrumentos centrais na perseguição a essas religiões. A polícia tornou-se o principal agente de repressão, invadindo e fechando terreiros, confiscando objetos rituais e muitas vezes prendendo os participantes (CAMPOS, 2001). As manchetes do jornal Folha da Manhã foram uma estratégia encontrada pelo Estado para dar visibilidade às ações da polícia na luta contra esses cultos. Um artigo desse jornal mostrou a postura da Secretaria de

Segurança Pública ao não permitir a manifestação do xangô, além de expor a apreensão de objetos desse culto durante o Estado Novo (Figura 144).



Figura 144: Proibição ao culto afro-descendente no Estado Novo.
Fonte: Folha da Manhã, janeiro/ fevereiro de 1938. Edição matutina.

Para driblar essa intensa perseguição, alguns integrantes de tais cultos fundaram blocos carnaval e de maracatu. No Estado Novo, os adeptos do candomblé, ou xangô, camuflavam-se em blocos de carnaval ou de maracatu, e de modo oculto seus rituais eram realizados. Assim, existe uma relação entre o carnaval e esses cultos no Recife, devido ao grande número de carnavalescos ligados ao candomblé (SANTOS, 2010).

- O carnaval em corsos e clubes carnavalescos nas ruas, pontes e praças e a fantasia na praia

O carnaval do Recife, dos anos 1920 e 1940, caracterizou-se por estar voltado a elite e se realizar em corsos, portanto excluía vários setores da população. Os locais mais frequentados durante o carnaval eram as ruas dos bairros da Boa Vista, São José e Santo Antônio, onde se encontravam as sedes de muitos clubes. Em Santo Antônio, as ruas mais movimentadas eram as ruas Nova e da Imperatriz e também a Praça da Independência. Sobre o carnaval da Rua da Imperatriz e da Rua Nova, Paraíso explanou:

um dos pontos de maior concentração dos foliões era a Rua da Imperatriz, o passo exibido pelos populares extasiando aqueles que ocupavam os primeiros andares dos prédios comerciais, alugados, diga-se de passagem, a peso de ouro e com grande antecedência, pelas famílias da cidade ou dos municípios interioranos.

Outro ponto de grande efervescência era a Rua Nova, onde todos faziam o passo ao som das orquestras dos clubes que ali passavam ou dos auto-falantes colocados pelas próprias casas comerciais. Era uma loucura generalizada, havendo trechos em que mal se podia andar, tal o delírio da multidão, alucinada e incansável, que enchia aquela rua, e que, depois de uma determinada hora, se dirigia a concentração final na Pracinha (2002, p. 183 e 184).

Para participar do carnaval, principalmente nas ruas Nova e Imperatriz, algumas famílias de maior poder aquisitivo se fantasiavam para se integrar à festa (Figura 145).



Figura 145: Pessoas da elite fantasiadas nas ruas do centro, nos anos 20.

Fonte: Revista da Cidade, n. 40, fevereiro de 1927.

Sobre as fantasias do carnaval nos anos 1940, Paraíso (1996, p. 100) lembrou que:

desde cedo, grupos de moças e rapazes começavam a se organizar, planejar os dias de folia e chegando aos detalhes na confecção das fantasias essas quase todas inspiradas nas músicas da época. Vestiam-se, esses grupos, de tirolesses, de palhaços, de pierrôs, de colombinas, de marinheiros, de jardineiras, prontos para “brincar” o carnaval.

Nos cursos, as pessoas da elite estavam fantasiadas à moda europeia, e os carros eram abertos, com as capotas arriadas, o silencioso era retirado e a lataria geralmente engordurada para aderir os confetes. Nesses cursos, os carros se cruzavam e a tripulação de cada um lançava confetes, serpentinas e água de cheiro sobre os demais, cantando músicas de carnaval. O curso tinha início na semana pré-carnavalesca, com famílias inteiras, vizinhos e amigos em carros que, quando não eram próprios, eram alugados especificamente para os quatro dias de carnaval (PARAISO, 1996; PARAÍSO, 2002). As figuras mostram exemplos do curso no carnaval do Recife, com o desfile de carros com as capotas arriadas, serpentinas, e as pessoas fantasiadas desfilando pelas ruas do centro (Figuras 146 e 147).



Figura 146: O curso pelas ruas do centro no carnaval de 1926.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 9, março de 1926.



Figura 147: O corso, pelas ruas do centro no carnaval de 1940.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

Os cursos tinham um trajeto estabelecido e geralmente saíam da Praça Barão do Rio Branco, seguiam pela Avenida Marquês de Olinda, Rua 1º de Março, Praça da Independência, Rua Nova, Rua da Imperatriz, dentre outras ruas. Essas ruas recebiam uma iluminação especial, às vezes elaborada pelos próprios moradores, e as pessoas acompanhavam os cursos das janelas das casas, que eram alugadas durante os dias da festa (MENEZES, s.d; PARAÍSO, 1996; PARAISO, 2002; PARAÍSO, 2010; RABELLO, 2004).

Era na estreita Rua Nova que o corso, em mão dupla - o que tornava mais gostoso e aconchegante - tinha seu ponto máximo. Os carros, em silencioso, com os confetes á lataria, sem portas e com famílias inteiras, devidamente fantasiadas, sentadas sobre capotas arriadas, iam e vinham por aquela rua, numa batalha - inesquecível para os que viveram - de confetes, serpentinas e jatos de lança-perfumes (PARAÍSO, 2002, p.184).

E o corso da Rua da Imperatriz? Era um dos mais animados, iniciando-se pelo menos oito dias antes, na chamada emana pré-carnavalesca. Competia, numa beleza que as gerações atuais são incapazes de imaginar, com o corso da Rua Nova ao qual se ligava pela ponte da Boa Vista (PARAÍSO, 2010, p. 195).

Além dos cursos, também havia os clubes carnavalescos que percorriam as principais ruas do centro da cidade com as suas bandas de música, belos estandartes e pessoas fantasiadas. Esses clubes, dentre os quais, Prato Misterioso,

Vassourinhas, Pás, Madeiras do Rosarinho e tantos outros, saíam pelas ruas que recebiam decoração e iluminação especial. O itinerário era diferente do curso, para não atrapalhar o fluxo dos carros e atrair um maior número de pessoas. Geralmente saíam das suas sedes e, após os passeios, voltavam para as mesmas, ou seguiam quase sempre para a Praça da Independência (PARAÍSO, 1996). As figuras mostram a grande quantidade de pessoas que faziam parte dos clubes carnavalescos, exibindo suas fantasias de luxo e os estandartes decorados, nos anos 1920 e 1940 (Figuras 148 e 149).



Figura 148: Clubes carnavalescos, em 1926.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 21, março de 1926.



Figura 149: Clubes carnavalescos, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

Alguns clubes carnavalescos se apresentavam em ornamentados carros alegóricos que percorriam as ruas do centro com temas diversos, acompanhados por uma grande quantidade de pessoas (MENEZES, s.d; RABELLO, 2004). Dentre eles, nos anos 1920, houve o desfile do Clube Dragões de Momo, que exibiu vários carros alegóricos, destacando-se o carro de música em estilo egípcio, com camelos, carro-chefe que simbolizava a vitória, sendo puxado por quatro leões, o carro Romeu e Julieta com um castelo, e o carro assírio. Esses desfiles continuaram no carnaval dos anos 1940 (Figuras 150 e 151).



Figura 150: Desfiles de carros alegóricos, nos anos 20.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 21, março de 1926.



Figura 151: Desfiles de carros alegóricos, nos anos 40.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

A Praça da Independência era um local de encontro de foliões e onde geralmente terminava a maioria dos desfiles dos clubes carnavalescos. Nos anos 1940, essa

praça era enfeitada, continha alto-falantes com música, e havia grandes concursos de agremiações carnavalescas organizados pela FECAPE. Os clubes desfilavam na praça e eram observados por jurados que ficavam em palanques armados, sendo geralmente pessoas ligadas ao carnaval de Pernambuco. Nessa época, essa praça ficou conhecida como o Quartel General do Frevo (PARAÍSO, 2002; SANTOS, 2010). A figura mostra a grande movimentação de pessoas durante o carnaval na Praça da Independência, com o palanque armado para os jurados observarem o desfile dos clubes (Figura 152).



Figura 152: Carnaval na Praça da Independência.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Era defronte ao velho jornal, onde o povo se concentrava e, estimulado pelos vibrantes frevos transmitidos pelos alto-falantes, fazia suas coreografias, esbaldando-se no passo tipicamente pernambucano. Durante o reinado de Momo, ali se instalava, como a imprensa gostava de alardear, o Quartel-General do Frevo, ponto obrigatório dos desfiles das agremiações carnavalescas, os clubes sendo identificados, à distância, pelos seus estandartes e suas orquestras, ricas em instrumentos metálicos, a tocar seus hinos característicos. Ali se realizavam os famosos concursos musicais, promovidos pela Federação Carnavalesca, com um corpo de jurados de alta categoria, entre os quais eram figuras obrigatórias Mário Melo e Valdemar de Oliveira (PARAÍSO, 2002, p. 104).

Entre os anos 1920 e 1940, além dos clubes carnavalescos também havia os blocos. Estes surgiram das reuniões familiares dos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, como extensão dos presépios. O primeiro foi o Bloco Flores Brancas, em 1921, que se tornou o Bloco das Flores. Sua sede era na Praça Sérgio Loreto, e era formado por moças e senhoras da classe média que não participavam dos clubes da elite. Existiam ainda o Bloco Flor da Lira, de 1920, Flor da Magnólia e Madeira do Rosarinho, de 1924, Banhista do Pina, de 1932, e Batutas de São José, de 1932, dentre outros (LIMA, 2001).

Vale ressaltar que entre os anos 1920 e 1930 existia um clube em Boa Viagem, o Club Tênis Boa Viagem, que era um dos locais preferidos para as reuniões das camadas de maior poder aquisitivo, onde se realizavam danças, bailes carnavalescos e banhos de mar à fantasia, na praia de Boa Viagem (Figura 153).



Figura 153: Carnaval com o banho de mar à fantasia na praia e Avenida Boa Viagem.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 21, março de 1926.

Por outro lado, apesar do carnaval voltado à elite e da tentativa de controle social, observa-se a presença do carnaval popular. As camadas populares saíam às ruas dançando e frevando, sobretudo na Praça da Independência. Muitos blocos com

foliões mais *pobres* passavam pelas ruas, pontes e praças da cidade, como mostra a figura a seguir, com foliões de classes populares cruzando a Ponte Buarque de Macedo e passando pela Praça da República (Figura 154) (PARAÍSO, 1996).



Figura 154: Carnaval popular nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 9, março de 1925.

Nos anos 40, mesmo com a postura elitista e autoritária da FECAPE, houve a manutenção do carnaval popular, e surgiram clubes carnavalescos. Vale ressaltar que também nesse período houve uma propagação do frevo pela imprensa, o qual passou a ser o principal motivo de atração do carnaval (Figura 155, 156 e 157) (SANTOS, 2010). Para Araújo, “Nos primeiros anos do século XX, o carnaval de rua tornou-se uma festa eminentemente popular (...) o povo conquistou o espaço público e ao ar livre da cidade e passou a ocupar o centro da festa” (1996, p.394).



Figura 155: Folião frevando na Praça da Independência, nos anos 1940.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.



Carnaval. 1940

Figura 156: Folião exibindo sua sombrinha na Praça da Independência, nos anos 1940.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.



Figura 157: Foliões saíam às ruas, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

- Blocos de carnaval e maracatu nas ruas e pátios de igreja

Como foi visto, devido à intensa repressão aos praticantes dos cultos afro-brasileiros, muitos adeptos desses cultos criaram blocos de carnaval e de maracatu. Muitas sedes de agremiações de blocos e maracatus começaram a existir no intuito de resguardar as tradições africanas. Palcos eram armados para a apresentação dos músicos, com bailes que na verdade camuflavam os pejis, santuários das divindades africanas, e, em baixo dos palanques, eram organizados rituais e cultos em louvor aos orixás, sem chamar a atenção da polícia (LIMA, 2001). Como exemplo, surgiu em Beberibe, em 1938 uma troça carnavalesca que se dizia não ter relação nenhuma com os cultos afro-brasileiros, e que foi a Troça Mista Rei dos Ciganos. No entanto, tratava-se de um maracatu disfarçado de bloco de carnaval, que saía durante o dia, no carnaval. Mas, nos demais meses do ano, em sua sede aconteciam festas para driblar a perseguição e esconder que na verdade ali se realizavam também cultos ligados ao candomblé (REAL, 2001). A grande movimentação de pessoas na sede desse bloco assegurou a integração desse bloco no calendário oficial das festividades carnavalescas, que futuramente passaria a se chamar Maracatu Porto Rico do Oriente (SANTOS, 2010).

(...) os maracatus estavam “queimados”, aventou-se, então, a ideia da fundação de uma agremiação carnavalesca que não tivesse nenhuma vinculação com o “Xangô” e nem de longe deixasse transparecer que seus integrantes pertencessem à seita. [...] Dona Santa do Maracatu Elefante, Seu Eudes Chagas, Aluísio Gomes e João Cabral, tomaram a deliberação de fundar uma troça carnavalesca que no carnaval sairia durante o dia e nos demais meses do ano promoveria festas dançantes na sede em louvor às divindades negras; somente assim, disfarçadamente, o culto teria continuidade. [...] Foi também o teste à argúcia policial. [...] No interior da sede da agremiação foi armado um tablado de regular altura, destinado às orquestras que animavam as danças internas. Na parte de baixo, separado dos olhos curiosos e leigos, estava um simulacro de Peji, onde discretamente foram colocadas as representações simbólicas dos orixás, seus axés, pratos, vasilhas e jarros protegidos por uma grossa cortina estampada (REAL, 2001, p.33 a 34).

Apesar de serem perseguidos pelas autoridades policiais, os maracatus estavam presentes no carnaval porque tinham licença para funcionar nos dias dessa festa. Há poucas notícias sobre os maracatus nessa época, mas eles aparecem com frequência nas páginas policiais dos jornais da época que registravam as arruaças nas ruas e as prisões dos praticantes. Alguns modernistas, nas décadas de 1930 e 1940, tentaram tirar os maracatus das páginas policiais ao procurarem descobrir a essência do nosso país (LIMA, 2010). Há referências a alguns maracatus que desfilavam em ruas e pátios de igreja dos bairros centrais da cidade, como o Maracatu Nação Elefante e o Nação Leão Coroado, fundados desde o século XIX, o Maracatu Nação Estrela Brilhante, de 1910, e o Nação Porto Rico do Oriente, fundado em 1938 (LIMA, 2010). Constatou-se que, mesmo com a prisão de integrantes do maracatu, como a da rainha do Maracatu Nação Elefante, Dona Santa (Figura 158), nos anos 1940, esses maracatus ainda permaneceram nas ruas e pátios de igreja, sobretudo no carnaval, mantendo viva a sua tradição.



Figura 158: Permanência, nos anos 1940, do Maracatu Nação Elefante, com a rainha Dona Santa.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Observa-se que, mesmo com a tentativa de repressão e as imposições do governo, houve resistência e, em diversas ocasiões e em diferentes contextos, verificou-se que os negros não foram agentes passivos diante do autoritarismo que marcou esse período. Eles encontraram formas de burlar as imposições e de manter a sua tradição no carnaval, com cantos e danças que relembavam os antigos escravos e os rituais africanos (CAMPOS, 2001).

- Festas tradicionais em ruas e parques

A Festa da Mocidade era uma das mais tradicionais da cidade e se realizou entre os anos 1940 e 1950, no Parque 13 de Maio. Era patrocinada pela Casa do Estudante, com início no mês de setembro e encerramento em janeiro, por conta dos preparativos carnavalescos. Nessa festa, havia uma área separada e fechada, em que a entrada era paga, e nela só entravam pessoas maiores de idade, onde se apresentavam teatro de revista, comédias musicais com famosas vedetes do Rio de Janeiro, e cantores, como Nelson Gonçalves, Sylvinha Mello, Moreira da Silva, entre outros. Havia também um local para entretenimento, que era o Parque Xangai, com vários brinquedos modernos, como a montanha-russa, a roda-gigante, a auto-pista, o trem fantasma, o tira-prosa, os *stands* de tiro ao alvo, dentre outros (Figura 159) (GOMINHO, 1997; CAVALCANTI, 1999; PARAÍSO, 1996; PARAÍSO, 2002).

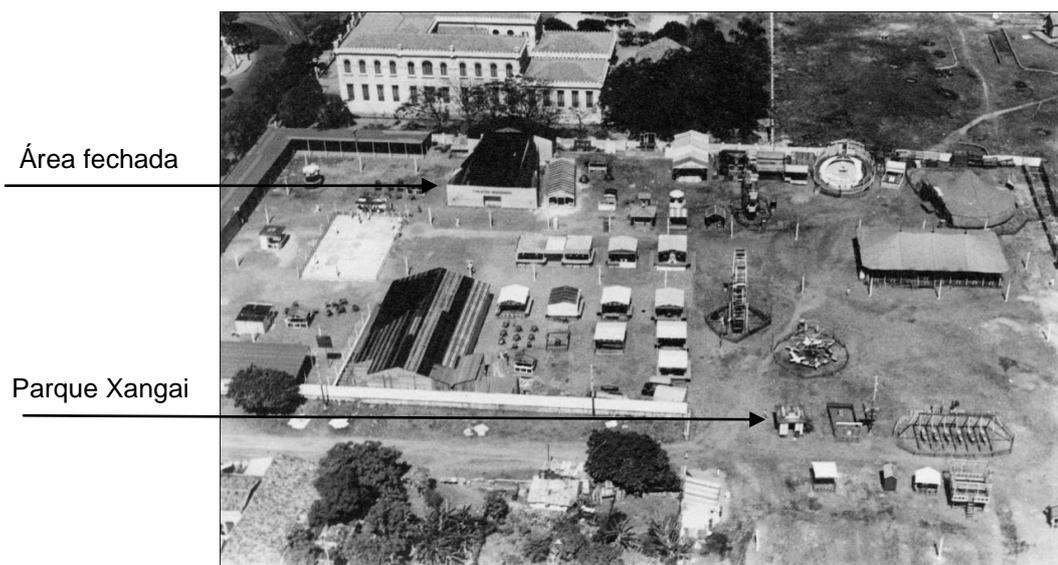


Figura 159: Visão geral da área do parque na Festa da Mocidade, no Parque 13 de Maio.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Além disso, havia bailes de carnaval, concursos de passistas, gritos de carnaval, apresentação de blocos, clubes e maracatus (Figura 160).



Figura 160: Carnaval na Festa da Mocidade.

Fonte: Folha da Manhã, janeiro/fevereiro de 1940. Edição matutina.

Nos anos 1940, surgem ainda outras festas tradicionais que também levaram muita gente para as ruas do centro da cidade, destacando-se a Festa do Rubi, que acontecia em junho, em um espaço aberto entre a Rua do Hospício e a Rua Arquimedes Oliveira, no qual havia apresentações de cantores e bailarinas. A Festa

dos Bancários, realizada na Vila dos bancários no bairro dos Aflitos, por trás da Rua Amélia, precisamente na Rua Alberto Paiva, tinha barracas, tablados para danças, rodas-gigantes e carrosséis. Havia ainda a Festa da Liberdade, na área livre do Forte de Cinco Pontas (PARAÍSO, 1996).

4.2 PRÁTICAS RELIGIOSAS

Nos anos 1920, as práticas religiosas foram incentivadas pelo governo e geralmente estavam associadas às práticas cívicas. Em vários aniversários do governo, havia missas e se contava com a presença de Sérgio Loreto, observando-se, então, uma forte aproximação da Igreja com o Estado (Figura 161).



Figura 161: Festa do aniversário do governo, com missa na Igreja Penha, com a presença de Sérgio Loreto.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 16, outubro de 1926.

Nos anos 1930 e 1940, as práticas religiosas foram ampliadas e intensamente incentivadas pelo governo, sendo mais um momento para a propaganda política. Nesse período, evidencia-se a intenção de doutrinar, controlar a população e propagar as ideias do governo, ampliando-se os eventos com características

religiosas e cívicas. O Jornal Folha da Manhã divulgou em várias matérias imagens de Agamenon ao lado de arcebispos e frases de efeito, associando os eventos cívicos aos eventos religiosos (Figuras 162 e 163).



Figura 162: Matéria do jornal com Agamenon, D. Augusto Álvaro, arcebispo do Brasil e D. Miguel Valverde, arcebispo de Recife.

Fonte: Folha da Manhã, março/ abril de 1939. Edição matutina.

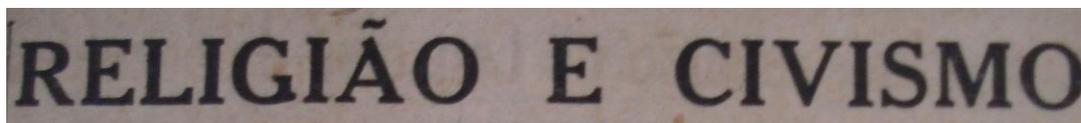


Figura 163: Frases de efeito que associam a Religião a práticas cívicas e ao Estado.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1938. Edição matutina.

O Estado buscou o apoio da Igreja para legitimar o seu sentido político, e a propaganda do Estado Novo se valeu, exaustivamente, de textos com conteúdos religiosos. Agamenon foi um dos que mais incentivou o catolicismo e, inclusive, compôs o seu secretariado com líderes da Igreja (CAMPOS, 2001).

- Festas de igreja e procissões nos pátios de igreja, ruas e pontes

Entre os anos 1920 e 1940, as festas religiosas que mais atraíam uma grande quantidade de pessoas eram as da Penha (Figura 164) e de Nossa Senhora do Carmo (Figura 165 e 166). Esta última movimentava as ruas do entorno do Mercado de São José enquanto a primeira era a mais comentada, porque no pátio se

montavam barracas para comércio e apresentações, o que atraía uma multidão de pessoas ao pátio da igreja e às ruas adjacentes.

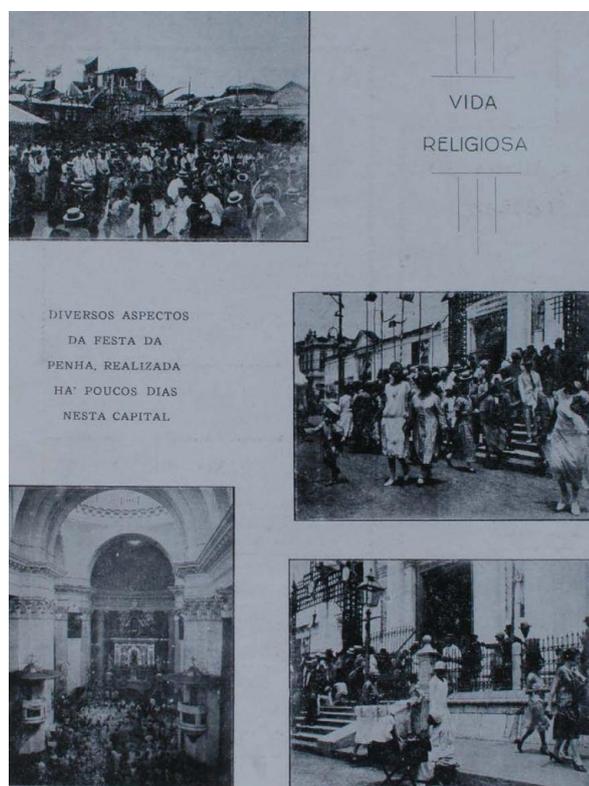


Figura 164: Festa da Penha nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n.16, outubro de 1925.



Figura 165: Barracas na Festa de Nossa Senhora do Carmo, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 14, agosto de 1925.



Figura 166: Multidão na Festa de Nossa Senhora do Carmo, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.

Também aconteciam festas religiosas fora da área central, como as festas da paróquia da Torre, a do Poço da Panela, a de Casa Forte e a de Nossa Senhora da Conceição, no morro de Casa Amarela, onde havia grande movimentação de pessoas pelas ruas e pátio da igreja (Figura 167) (COUCEIRO, 2003; PARAÍSO, 1996).

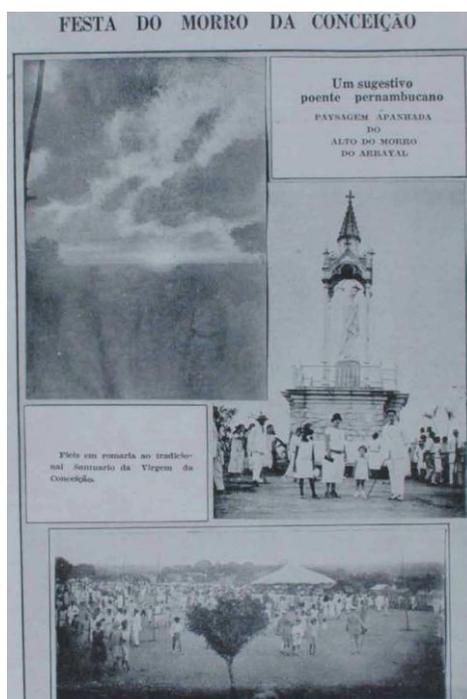


Figura 167: Festa de Nossa Senhora da Conceição no morro de Casa Amarela, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 19, janeiro de 1925.

O antigo hábito das procissões foi mantido no centro da cidade, sobretudo durante a Semana Santa, e eram realizadas nos pátios de igreja, ruas e pontes. A principal era a de *Corpus Christi*, que levava muita gente a percorrer as ruas, pontes e pátios de igreja no centro (Figuras 168 e 169). A Semana Santa, por reunir nas ruas a população que se deslocavam de igreja em igreja e nas festas dos pátios, era um momento de grande convívio social (PARAÍSO, 1996). Apesar da introdução de novas práticas ao cotidiano, entre os anos 1920 e 1940, o recifense ainda manteve a sua tradição religiosa e percorria as ruas em direção à igreja para assistir às missas e participar das procissões que continuavam atraindo um grande número de fiéis (FREYRE, 1968; SETTE,1979).

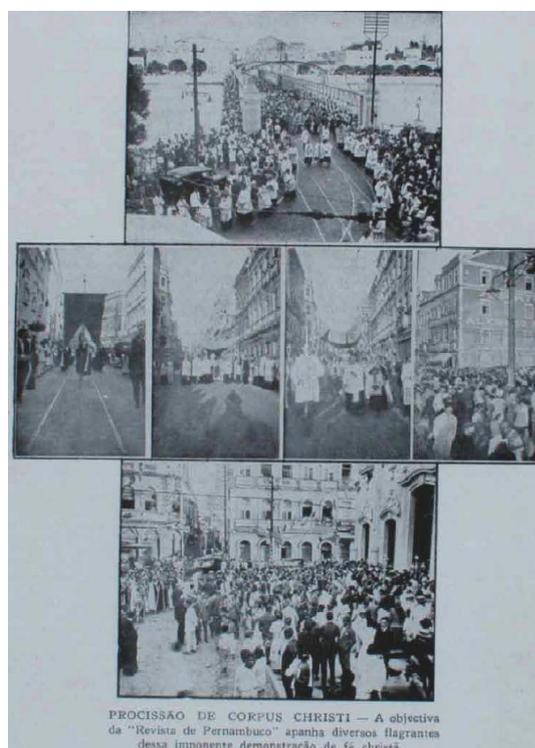


Figura 168: Procissão de *Corpus Christi*, nos anos 1920

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 13, julho de 1925.



Figura 169: Procissão de *Corpus Christi*, nos anos 1940

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.

As festas de igreja e as procissões aglutinavam uma grande quantidade de pessoas nos espaços públicos, principalmente de camadas populares, mas também há registros da presença de pessoas da elite, sobretudo na festa de Nossa Senhora do Carmo, devido não só à questão religiosa, mas pelas opções de lazer e diversão que a festa oferecia.

- Missas campais em praças e parques

Também aconteciam missas campais em praças e parques durante alguns eventos do Estado, os quais associavam atividades religiosas e cívicas. Nos anos 1920, houve missa campal na inauguração de obras do governo e nas festas de aniversário do governo, sobretudo no Parque do Derby e na Praça da República (Figuras 170 e 171).



Figura 170: Missa campal no Parque do Derby, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 12, junho de 1925.

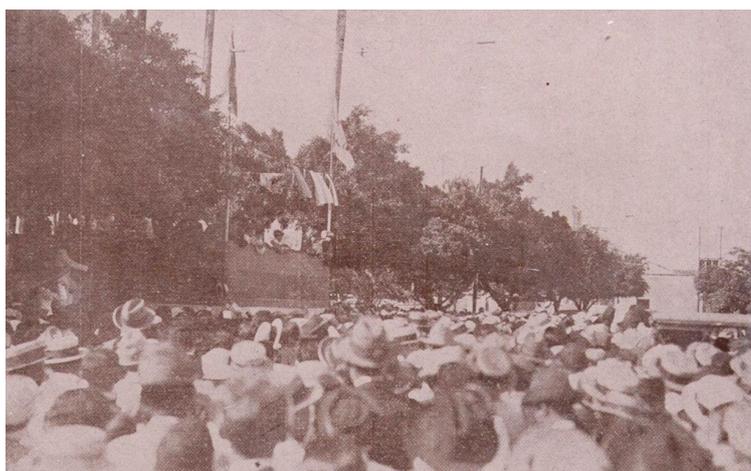


Figura 171: Missa campal da Praça da República, nos anos 1920.

Fonte: Revista da Cidade, n. 20, outubro de 1926.

Na década de 1940, ampliaram-se as missas campais, já que no Estado Novo aumentou a ligação entre o Estado e a Igreja. Assim, houve missa campal na maioria das festas do Estado Novo, quando as atividades cívicas e religiosas estavam juntas, no Parque 13 de Maio, na Praça Arthur Oscar, dentre outras. Na Praça Adolfo Cirne, foi construído pela prefeitura, em 1938, um altar, o *Altar da pátria e do trabalho*, que servia como ponto de encontro dos trabalhadores nos eventos cívicos, sobretudo para a realização de missas campais (Figura 172).



Figura 172: Missa campal na Praça Adolfo Cirne no Dia do Trabalho, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.

Nas missas campais, a maioria dos participantes era formada por trabalhadores e estudantes, e também deveria haver a presença de populares, já que aconteciam em praças e parques abertos ao público.

- Grandes eventos religiosos: Congresso Eucarístico Nacional no parque e a Festa Veneziana na margem do rio, ruas e pontes

O Congresso Eucarístico Nacional foi um dos maiores exemplos de ampliação das atividades religiosas nos anos 1940, da propaganda política e da união entre o Estado e a Igreja. Esse evento foi mais um momento que reforçou os laços do novo regime com a população, já que o Estado sempre esteve presente não só com propagandas e na organização, mas durante todo o evento. Vale ressaltar que o apoio da Igreja ao Estado era não só desejável mas fundamental, já que Agamenon Magalhães compôs o seu secretariado com líderes da Igreja. Esse congresso foi realizado em setembro de 1939, e durou aproximadamente 5 dias, marcando a inauguração do Parque 13 de Maio. Durante o congresso, havia a celebração de missas, procissões, sessões solenes, reuniões de estudo e orações para o clero, seminaristas, leigos, juventude e crianças. Estavam presentes autoridades civis, militares, eclesiásticas além de numerosos fiéis. Para a realização das missas e abrigar as autoridades e bispos, foi construído um altar (Figura 173). O congresso foi

um grande evento que mobilizou toda a sociedade, e a imprensa lhe reservou grande cobertura (CAMPOS, 2001).



Figura 173: Altar para a realização de missas no Parque 13 de Maio

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

O marco inicial do III Congresso Eucarístico Nacional foi a Festa Veneziana, realizada no rio Capibaribe. Tratava-se de um evento religioso que também tinha características cívicas. Essa festa constituiu mais um momento de propaganda política e aconteceu na Rua da Aurora, assim como nas ruas e pontes do entorno, no trecho compreendido entre as pontes 6 de Março e de Santa Izabel, no intuito de celebrar a instalação da nova iluminação pública no Recife. Foi um verdadeiro espetáculo de luzes e fogos, com a realização de um desfile de lanchas e barcos enfeitados e iluminados que seguiam pelas margens do rio, com pessoas cantando, além das bandas militares. Havia embarcações dos clubes da cidade, como o Sport e Náutico, barcos da brigada militar e outros que transportavam autoridades religiosas, como bispos, padres e autoridades do Estado, como o prefeito, além das bandas militares que animavam a festa. A figura a seguir mostra o desfile de barcos decorados que passavam durante a Festa Veneziana no rio Capibaribe, com o destaque para o primeiro que trazia o interventor e sua família (Figura 174).



Figura 174: Barcos que desfilavam no rio Capibaribe, durante a Festa Veneziana.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina.

Nas ruas e pontes adjacentes ao percurso, uma grande multidão acompanhou o evento, observando a passagem dos barcos, batendo palmas e cantando hinos. Nas ruas da Aurora e do Sol, que margeavam o rio, foram instalados coretos para animar a festa, e os carros circulavam em verdadeiros cursos. Como a maioria dos eventos realizados no Estado Novo, a Festa Veneziana foi mais uma passarela para o Estado Novo, um grandioso evento que levou multidões às ruas (SOUZA NETO, 2005). Para Souza Neto (2005), a nova iluminação não só tinha a intenção de iluminar as ruas, praças, jardins e margens do Capibaribe, mas também lançar luz sobre as novas lideranças que surgiam, destacando uma ideia de maior poder, celebrando o ideal de cidade moderna. Ainda para Souza Neto (2005, p. 71), a explicação da disciplina imposta por Agamenon Magalhães baseava-se em “persuadir os indivíduos para que estes deixem seus hábitos e vontades próprias para obedecer aos seus superiores”, que no Estado Novo eram o Estado e a Igreja. A intenção era fazer com que o homem deixasse os seus próprios desejos e necessidades individuais para servir ao todo, ao coletivo. Nesse sentido, criou-se uma realidade virtual produzida pela imprensa, a qual não tinha um compromisso com a informação, mas sim doutrinar a população ao desviar sua atenção para as festas, comícios e passeatas. “O público, encantado com o espetáculo, nem presta atenção ao resto do picadeiro” (SOUZA NETO, 2005, p. 9). Era assim que a população deveria ser disciplinada e jamais questionar as informações.

O Congresso Eucarístico e a Festa Veneziana atraíram pessoas de camadas sociais distintas, já que a intenção era a propaganda política. No entanto, existia uma

separação entre as autoridades e o povo, já que as autoridades ficavam em palanques ou dentro do rio, afastadas do povo. Na literatura consultada, não há relatos de reações a esses eventos.

4.3 PRÁTICAS CÍVICAS

Nos anos 1920, as práticas cívicas foram incentivadas e patrocinadas pelo governador Sérgio Loreto, com a intenção de propaganda política. Nos anos 1940, o governador Agamenon Magalhães ampliou essas práticas ao propagar intensamente a realização de grandes eventos de massa, comícios, palestras, dentre outros eventos, com a intenção de doutrinar a população e convencê-la quanto ao seu projeto de governo. Agamenon tinha como inspiração o modelo europeu dos regimes autoritários, e a ideia-chave era a realização de paradas e desfiles pelas ruas, ou manifestações de massa para converter a população. No jornal Folha da Manhã, existem várias imagens e textos sobre os eventos do Estado Novo, com frases de efeito que se referem a esses acontecimentos como verdadeiros espetáculos que aglutinavam as multidões (SOUZA NETO, 2000) (Figura 175).



Figura 175: Frases de efeito se referindo aos eventos cívicos como espetáculos.

Fonte: Folha da Manhã, março/abril de 1938. Edição vespertina.

Assim, foram intensamente comemorados e utilizados como propaganda política o Dia do Trabalho, no dia 1º de Maio, a Semana da Pátria, o Dia da Bandeira, o Dia da Abolição da Escravatura e as festas comemorativas do aniversário do Governo no dia 10 de Novembro.

Também se observou a intenção do Estado de disciplinar o comportamento dos participantes desses eventos com mecanismos de organização e persuasão. A intenção era que a população participasse dos eventos cívicos apenas na condição de ouvinte, de observador, de meros coadjuvantes. Os participantes deveriam seguir

as normas de organização impostas para esses eventos, e na grande maioria deles não houve desvios, reação ou atos que fossem de encontro ao que havia sido previamente estabelecido pelo governo.

Esse fato pode ser constatado nas comemorações da Abolição da Escravidão, as quais reuniram 13 escolas na Praça Joaquim Nabuco. O Diário de Pernambuco ilustrou um diagrama da organização desse evento, mostrando a posição que cada escola deveria ocupar na praça e revelando a preocupação com a dinâmica interna do evento (Figura 176). Pelo que se pôde constatar, esse mapa pertencia provavelmente aos organizadores do evento, que devem ter enviado antecipadamente exemplares dos mesmos às escolas participantes, para que as mesmas pudessem organizar-se. Esse exemplo mostra a preocupação com que esses eventos eram pensados e como eram momentos de organização e disciplinamento dos desfilantes, já que os participantes eram orientados sobre como deveriam agrupar-se e participar (SOUZA NETO, 2005).

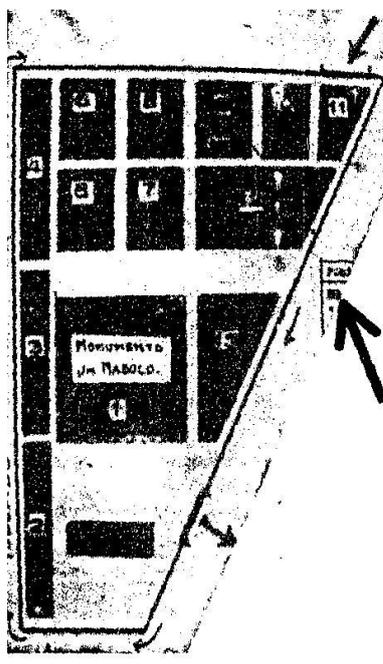


Figura 176: Organização dos participantes imposta nos eventos cívicos.

Fonte: SOUZA NETO, 2005.

Esses eventos cívicos organizados pelo Estado aconteciam nas praças, ruas e parques da cidade, e tinham como objetivo legitimar e dar sustentação ao governo. Assim, era fundamental que houvesse um maior número de eventos e de pessoas.

Na maioria desses eventos, Agamenon Magalhães, seus assessores e Novaes Filho estavam presentes, proferindo discursos que eram transmitidos pelo rádio. A presença da imprensa também era fundamental para registrar os acontecimentos (SOUZA NETO, 2005).

Uma vez congregada em massa, a população era alvo das mais diversas informações e estímulos, desenvolvendo emoções e sentimentos. Por sua vez, ao retornarem às suas casas, as pessoas (multidão dispersa mais uma vez) irão disseminar aquelas sensações que experimentaram durante a concentração. Para serem eficientes, esses estímulos têm que ser repetidos de tempos em tempos, com regularidade, para que aqueles sentimentos sejam mais de lembranças perenes e possam embolar aspectos negativos do regime que as proporcionou (SOUZA NETO, 2005, p. 150).

Tais eventos eram geralmente semelhantes, repetitivos e voltados para a doutrinação, com uma infinita sucessão de discursos, palestras, desfiles e homenagens, e constavam de três momentos: a concentração, o desfile e a apoteose. A concentração acontecia geralmente em alguma praça, onde a população ouvia discursos e palestras. Em seguida, havia um desfile pelas ruas, que culminava em uma apoteose final, na maioria das vezes em uma praça ou parque, com discursos fervorosos do interventor. A população característica era de trabalhadores, populares e estudantes, que participavam como ouvintes das palestras e discursos, exibindo bandeiras e cartazes e cantando hinos patrióticos (SOUZA NETO, 2005). Em sua maioria, esses eventos eram antecipadamente preparados e pensados na intenção de atrair grande número de pessoas. Tiveram o apoio da imprensa na sua divulgação antecipada, com vários anúncios no Jornal Folha da Manhã, além dos microfones da Rádio Clube e do auxílio dos Centros Educativos Operários.

Pode-se constatar que, apesar de esses eventos cívicos atraírem uma multidão, a maioria das pessoas não estava presente espontaneamente, mas para atender ao pedido ou à vontade daqueles que estavam no poder, no caso específico Agamenon Magalhães. Como exemplo, pôde-se observar que semanas antes das comemorações do Dia Primeiro de Maio os microfones da Rádio Clube, a PRA 8, convidaram as pessoas para participarem com frases que incluíam todas as classes organizadas, colégios e corporações militares. Geralmente o convite era direcionado

para os sindicatos e escolas, que eram fortemente controlados pelo interventor e estavam sempre dispostos a atender aos chamados oficiais (SOUZA NETO, 2005).

Como no Estado Novo houve uma ampliação da união entre o Estado e a Igreja, na maioria desses eventos cívicos havia manifestações de caráter religioso, uma união entre Deus e a Pátria, que era a marca registrada do Estado Novo. Na grande maioria desses eventos, as pessoas exibiam faixas dirigindo-se a Deus e ao Estado Novo, e algumas levavam imagens de santos padroeiros. A grande vitrine dessa ideia de união do Estado com a religião foi o Congresso Eucarístico Nacional, como já foi visto. A figura a seguir traz uma frase do jornal Folha da Manhã se referindo a essa união entre Estado e Igreja, que é “*Imponente Espetáculo de Fé Patriótica*” (Figura 177).



Figura 177: União entre as atividades cívicas e religiosas

Fonte: Folha da Manhã, março/ abril de 1938. Edição matutina;

- Desfiles, paradas e discursos nas ruas, pontes, praças e parque

Entre os anos 1920 e 1940, a maioria dos desfiles, paradas e discursos acontecia nas ruas, praças e parques da cidade. Paradas militares tinham lugar na Praça da República, devido à presença do Palácio do Governador e do quartel que funcionou no seu entorno até meados dos anos 1920 (Figura 178).

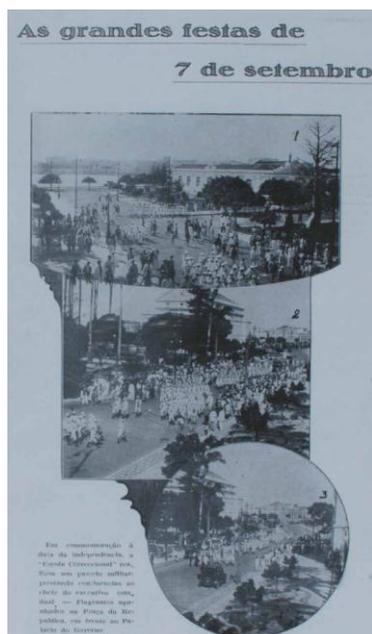


Figura 178: Parada militar em frente à Praça da República, nos anos 20.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 21, março de 1926.

Havia desfile de estudantes e trabalhadores nas ruas, geralmente no entorno do Parque do Derby em comemoração à Semana da Pátria, em setembro. Esses estudantes se dirigiam aos palanques onde estavam as autoridades, e era realizado um concurso para escolher a melhor escola que tinha se apresentado (Figura 179).

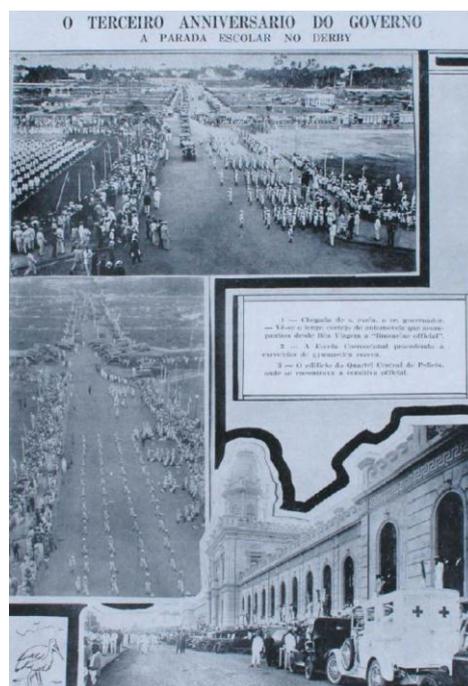


Figura 179: Parada escolar no Parque do Derby, nos anos 1920.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 18, dezembro de 1925.

No dia 5 de setembro realizava-se no Recife o tradicional Desfile da Juventude que, naqueles tempos do Estado Novo, tinha a participação obrigatória de todos os nossos estabelecimentos de ensino secundário. Nós, devidamente uniformizados e carregando bandeirinhas brasileiras, passávamos orgulhosos, diante do palanque das autoridades onde ficava, também, a comissão designada para escolher as instituições que melhor apresentassem. Novamente, a maneira do desfile de 1941, seria a Escola Normal Pinto Junior que se classificaria em primeiro lugar naquele ano (PARAÍSO, 1995, p. 130).

O Primeiro de Maio era uma das datas mais festivas do Estado Novo, quando as pessoas saíam às ruas com bandeiras e cartazes, cantando hinos patrióticos, marchando disciplinadamente pelas ruas até a Praça Adolfo Cirne, onde acontecia a concentração final. Essa festa deixou de ser realizada apenas em um dia e se transformou em uma semana de festividades e desfiles pelas ruas e praças. Na Semana da Pátria, também havia paradas no Parque 13 de Maio, e um mês antes ocorriam desfiles pelas ruas de alguns bairros. As comemorações do Dia da Abolição da Escravatura, no Estado Novo, também ganharam uma dimensão maior, pois passaram a ser realizadas durante uma semana, com comemorações, festas, discursos, palestras e desfiles. O Dia 10 de Novembro, dia do Estado Novo, era outra data muito comemorada e também passou a ter praticamente uma semana de festas, assim como o Dia da Bandeira (SOUZA NETO, 2005).

Nesse período, tais eventos cívicos ocorriam, sobretudo, nas ruas do centro, em praças como a da República, da Independência, Arthur Oscar, Joaquim Nabuco e Adolfo Cirne, assim como no Parque do Derby e 13 de Maio. A Praça Joaquim Nabuco foi uma das mais utilizadas como ponto concentração final de alguns desfiles cívicos, assim como para comícios e palestras (Figura 180).



Figura 180: Festa do Dia da Abolição da Escravatura na Praça Joaquim Nabuco, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1940. Edição matutina.

A Praça Adolfo Cirne, em frente à Faculdade de Direito, também foi um dos locais muito utilizados para esses eventos, com grande concentração de trabalhadores, sendo geralmente a parada final de tais eventos (Figura 181).



Figura 181: Eventos cívicos na Praça Adolfo Cirne, nos anos 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

A Praça da República foi outro local muito utilizado pela população para assistir aos comícios e discursos proferidos da sacada do palácio do governo (Figura 182). No dia 10 de novembro, também havia desfiles que partiam da Praça da República em comemoração ao aniversário do Estado Novo.



Figura 182: Discursos na sacada do palácio e uma multidão na Praça da República, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, maio/junho de 1939. Edição matutina.

Na Praça Arthur Oscar também havia comemorações cívicas e comícios. No Estado Novo, no dia Primeiro de Maio, essa praça concentrava uma grande multidão de pessoas que de lá partiam em desfile até o *altar da Pátria e do Trabalho* na Praça Adolfo Cirne.

Do mesmo modo, a Praça da Independência foi um local de acontecimentos cívicos e de grandiosos comícios políticos, sobretudo nos anos 1940, quando começaram a surgir os primeiros sinais de cansaço da ditadura Vargas.

O Parque do Derby continuou a ser muito utilizado para atividades cívicas, ali ocorrendo desfiles cívicos no Dia da Bandeira e na Semana da Pátria, com a exibição de escolas e de militares (Figura 183).

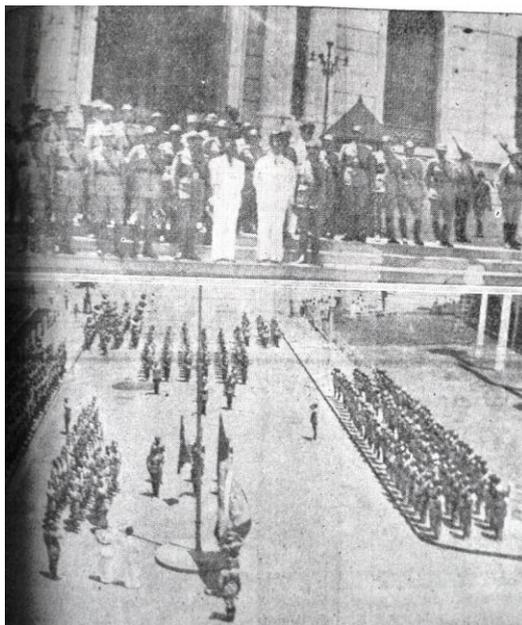


Figura 183: Desfiles do Dia da Bandeira no Parque do Derby, nos anos 1940.

Fonte: Folha da Manhã, novembro/dezembro de 1940. Edição vespertina.

O Parque 13 de Maio foi o palco da grande maioria dos acontecimentos cívicos, como discursos políticos, desfiles militares, exposições, paradas escolares, manifestações populares e também era bastante utilizado para as recreações cotidianas. Na Semana da Pátria realizavam-se desfiles de agrupamentos associados aos Centros Educativos Operários (Figura 184).



Figura 184: Desfiles de militares no Parque 13 de Maio, nos anos 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Assim como as ruas, algumas pontes também serviram como locais para desfiles e passeatas que tinham seu início e finalização nas praças e parques. Como exemplo,

a Ponte de Santa Izabel, porque ligava alguns eventos cívicos da Praça da República ao Parque 13 de Maio e à Ponte Buarque de Macedo, que ligava o Parque 13 de Maio à Praça Arthur Oscar.

Por outro lado, entre os anos 1920 e 1940, apesar das imposições do Estado e da tentativa de controlar a população, observaram-se apenas algumas poucas reações. Foram realizados *meetings*, que eram comícios, onde havia discursos e desfiles semelhantes àqueles eventos cívicos, só que contra os governos e as normas impostas por eles. Também, a *esquina da Lafayette* era um local em que, de modo geral, se faziam críticas ao governo. Na década de 1940, esse local passou a ser não só um ponto de encontro mas também um local para discussão e resistência à ditadura Vargas, sobretudo por parte dos intelectuais e estudantes de escolas superiores (PARAÍSO, 1996; MENEZES, 2003).

Não há evidências de *meetings* durante o governo de Sérgio Loreto, pois eles foram proibidos pelo seu chefe de polícia, em 1924 (SOUZA BARROS, 1972; LEMOS FILHO, 1960). No período do Estado Novo, apesar da forte repressão, só vão ocorrer *meetings* em 1945, devido ao enfraquecimento do regime. Em um desses *meetings* em favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, opositor à política do Estado Novo, que tinha o apoio de Júlio Prestes, é que houve uma grande agressão policial. O evento começou com um comício na Praça Adolfo Cirne e, em seguida, uma multidão de cerca de 30 mil pessoas seguiu pelas ruas Nova e da Imperatriz em direção à Praça da Independência. Ali aguardavam pessoas ligadas a Getúlio Vargas e policiais. Foram disparados tiros contra a multidão e eles atingiram dois estudantes (PARAÍSO, 2002). Outro *meeting* aconteceu durante a reprodução de um comício de Júlio Prestes, no Rio de Janeiro, e no mesmo dia e hora foi transmitido pelo rádio no Parque 13 de Maio. Também aconteceu outro *meeting* nesse parque quando Júlio Prestes veio ao Recife (SOUZA NETO, 2005; LEMOS FILHO, 1960).

- Exposições: Exposição Geral de Pernambuco e Exposição Nacional de Pernambuco em parques

Em 1924, houve no Parque do Derby, a Exposição Geral de Pernambuco sediada no quartel, tendo durado de outubro a novembro. Essa exposição foi um evento com características cívicas, focalizando as realizações do governo de Sérgio Loreto e mais uma obra de propaganda política (CAVALCANTI, 1999). O governo procurou com essa exposição identificar o Estado como um dos maiores símbolos de progresso da época, que eram as exposições (COUCEIRO, 2003). Durante a exposição, o Parque do Derby também foi palco de vários eventos e festas, já que foram montados *stands* de expositores, bares, um parque de diversão, com rodagigante e brinquedos diversos (Figura 185), além de barracas para a venda de animais (Figura 186) (CAVALCANTI, 1999). Um filme, feito pela empresa Pernambuco-Filme, mostra cenas da exposição e das festas no parque durante a exposição (FUNDAJ).



Uma vista geral do Parque do Derby onde se realizou o memorável certamen de 1924.

Figura 185: Bares e brinquedos no Parque do Derby durante a Exposição Geral de Pernambuco.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 5, novembro de 1924.

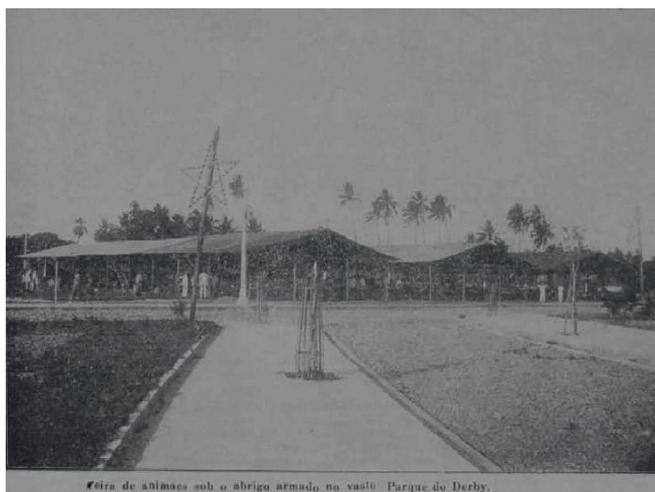


Figura 186: Barracas para a venda de animais no Parque do Derby durante a Exposição Geral de Pernambuco.

Fonte: Revista de Pernambuco, n. 5, novembro de 1924.

Aconteceu ainda outra exposição no Parque 13 de Maio, a Exposição Nacional de Pernambuco, entre dezembro e março de 1940. O evento também teve características cívicas, pois queria divulgar as realizações do Estado Novo e era mais uma obra de propaganda política. Na entrada do Parque 13 de Maio, ao lado da Escola Normal, foi construído um pórtico para o acesso à exposição, e foram também construídos pavilhões para cada município do Estado e alguns estados do Brasil, com a finalidade de abrigar os expositores e seus produtos, dentre os quais o Pavilhão do Norte, do Nordeste, dos Estados do Sul e o oficial do Estado, entre outros (Figura 187). Um pavilhão foi construído no local do altar do Congresso Eucarístico Nacional para as celebrações religiosas durante essa Exposição (Figura 188). Nesse evento, aconteciam festas no Parque 13 de Maio, e o Parque Xangai continuou funcionando (SOUZA NETO, 2005).

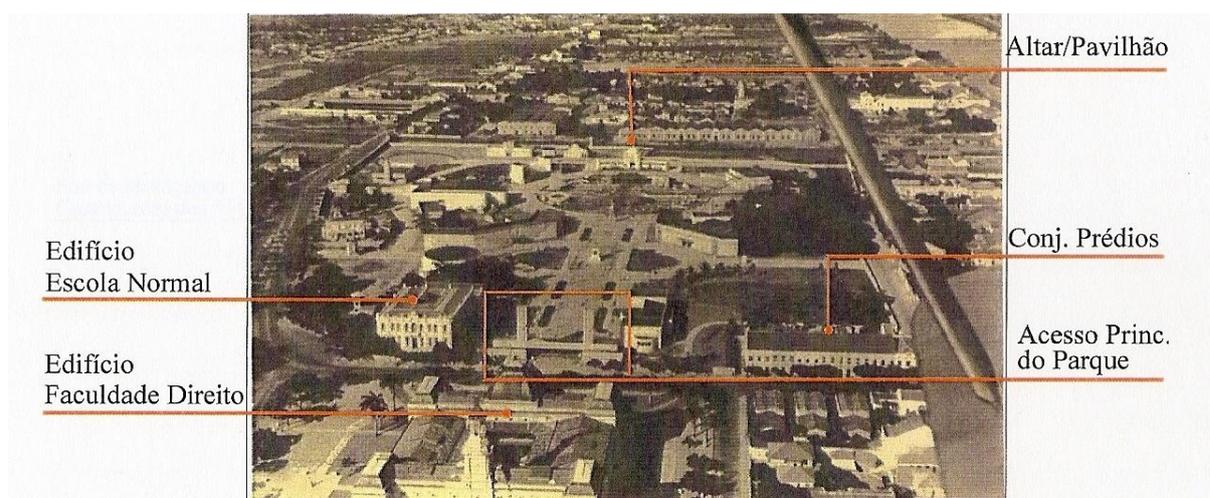


Figura 187: Vista do Parque 13 de Maio durante a Exposição Nacional de Pernambuco.

Fonte: FREITAS, 2006.



Figura 188: Pavilhão para atividades religiosas erguido no local do altar na Exposição Nacional de Pernambuco.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife

A figura mostra um dos pavilhões que foi construído para a Exposição Nacional de Pernambuco, o Pavilhão do Leite (Figura 189).



Figura 189: Pavilhão do Leite construído para a Exposição Nacional de Pernambuco
Fonte: Folha da Manhã, novembro/dezembro de 1940. Edição matutina.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do que foi exposto, conclui-se que, nas práticas eventuais tradicionais, em relação ao carnaval, apesar da tentativa de implantar um carnaval voltado para a elite, ainda se manteve presença do carnaval popular em alguns locais da cidade. O carnaval foi uma prática cotidiana na qual foi possível observar que a classe mais abastada e os populares dividiam o mesmo espaço público. Observou-se ainda que a perseguição aos praticantes de culto afro-brasileiro fez surgir blocos de carnaval e maracatus, em que grupos populares e negros persistiam em manter nas ruas e pátios de igreja seus antigos hábitos, fugindo dos padrões impostos pelas autoridades.

Nas práticas eventuais religiosas, as festas de igreja e as procissões reuniram, em sua maioria, as camadas populares, mas também havia a presença de pessoas da elite devido às opções de lazer e diversão de tais festas. Nas missas campais, a maioria dos participantes era constituída de trabalhadores e estudantes. O Congresso Eucarístico e a Festa Veneziana atraíram pessoas de camadas sociais distintas, já que a intenção era a propaganda política. No entanto, existia uma separação entre as autoridades e o povo, já que as autoridades ficavam em palanques ou dentro do rio, afastadas do povo. As práticas cívicas atraíram pessoas

de camadas sociais distintas, porque a intenção era aglutinar o maior número possível de integrantes para a doutrinação, e deveriam também ter a presença de populares. O quadro a seguir sintetiza as principais práticas eventuais e os respectivos espaços públicos onde essas práticas eram realizadas (Quadro 7).

Quadro 7: Práticas Cotidianas Eventuais			
Práticas Eventuais	Tipos	Espaços públicos	Maioria dos Usuários
TRADICIONAIS	Carnaval em curso, em clubes e à fantasia	Ruas Nova, Imperatriz, Praça da Independência e Praia de Boa Viagem	Elite
	Blocos de carnaval e maracatu	Ruas e pátios de igreja	Populares
	Festas Tradicionais: Festa da Mocidade	Parque 13 de Maio	Elite
RELIGIOSAS	Festas de Igreja e procissões	Pátios das igrejas da Penha e de Nossa Senhora do Carmo, ruas e pontes	Populares
	Missas Campais	Praça da República, Praça Arthur Oscar, Praça Adolfo Cirne, Parque do Derby e Parque 13 de Maio	Trabalhadores, militares, estudantes e populares
	Grandes eventos religiosos: Congresso Eucarístico Nacional e Festa Veneziana	Ruas, Parque 13 de Maio, rio Capibaribe e suas margens, Ponte 6 de Março e de Santa Izabel	Fiéis de diferentes classes sociais
CÍVICAS	Desfiles, paradas e discurso	Ruas, Praça da República, Praça Adolfo Cirne, Praça da Independência, Praça Arthur Oscar, Praça Joaquim Nabuco, Parque do Derby, Parque 13 de Maio, Ponte de	Trabalhadores, militares, estudantes e populares

		Santa Izabel e Buarque de Macedo.	
	Exposições: Exposição Geral de Pernambuco e Exposição Nacional de Pernambuco	Parque do Derby e Parque 13 de Maio	Elite

Fonte: A autora, 2011.

O mapa a seguir destaca os principais espaços públicos das práticas cotidianas eventuais tradicionais (Mapa 3).



O mapa a seguir mostra os principais espaços públicos das práticas cotidianas eventuais religiosas (Mapa 4).



Mapa 4: Principais Espaços Públicos das Práticas Cotidianas Eventuais Religiosas dos Anos 1920 - 1940.

Fonte: Mapa do Recife em 1915. Acervo URB-Recife.

Festas de Igreja e procissões:

- 01 Pátio da igreja da Penha
- 02 Pátio da igreja de Nsa. Sra. do Carmo
- Ruas e Pontes

Missas Campais:

- 03 Praça da República
- 04 Praça Arthur Oscar
- 05 Praça Adolfo Cirne

- 06 Parque do Derby
- 07 Parque 13 de Maio

Grandes eventos religiosos: Congresso Eucarístico Nacional e Festa Veneziana.

- Ruas
- 07 Parque 13 de Maio
- 08 Rio Capibaribe e margens
- 09 Ponte 6 de Março
- 10 Ponte de Santa Izabel

O mapa a seguir apresenta os principais espaços públicos das práticas cotidianas eventuais cívicas (Mapa 5).



Mapa 5: Principais Espaços Públicos das Práticas Cotidianas Eventuais Cívicas dos Anos 1920 - 1940.

Fonte: Mapa do Recife em 1915. Acervo URB-Recife.

Desfiles, paradas e discursos:

Ruas

1. Praça da República
2. Praça Adolfo Cirne
3. Praça da Independência
4. Praça Arthur Oscar
5. Praça Joaquim Nabuco
6. Parque do Derby

7. Parque 13 de Maio

8. Ponte de Santa Izabel

9. Ponte Buarque Macedo

Exposições: Exposição Geral de Pernambuco e

Exposição Nacional de Pernambuco

6. Parque do Derby

7. Parque 13 de Maio

Em relação às ações impostas, é possível concluir que nos anos 1920, o Estado adotou algumas ações na tentativa de controlar o carnaval, e nos anos 1930 e 1940 essas ações foram ampliadas com medidas e regras impostas. Mesmo assim, observou-se a presença do carnaval de rua, com populares e clubes de pedestres que participavam da festa de maneira espontânea, sem seguir as regras impostas.

Também havia no carnaval a presença de maracatus e blocos de carnaval com a presença de pessoas de camada populares, sobretudo de *negros*, que procuravam escapar das perseguições.

Com relação às práticas religiosas, observou-se que houve um incentivo maior a essas práticas nos anos 1920. Elas foram ampliadas e ainda mais incentivadas nos anos 1930 e 1940. Vale ressaltar também o incentivo à união dessas práticas com as práticas cívicas, sobretudo durante o Estado Novo.

Sobre as práticas cívicas, apesar das imposições do Estado e da tentativa de controlar a população em tais eventos, observou-se que ocorreram *meetings*, que eram comícios, em que havia discursos e desfiles contra os governos e suas normas impostas, mas que esse fato só veio a acontecer no fim do Estado Novo, com o enfraquecimento do governo. Além disso, a esquina da Lafayette foi um local onde, de modo geral, se faziam críticas ao governo, principalmente na década de 1940. O quadro a seguir resume o papel do Estado nas práticas cotidianas eventuais em cada período, com sua ampliação nos anos 1930 e 1940 (Quadro 8).

Quadro 8: Ações Impostas e Invenções nas Práticas Cotidianas Eventuais			
Práticas Eventuais	Tipos	Espaços públicos	Maioria dos Usuários
TRADICIONAIS	Controle e vigilância do carnaval pela polícia para ser voltado à elite. Foi incentivado o carnaval de blocos, com fantasias de luxo e os corsos. Perseguição e proibição aos praticantes dos cultos de origem afro-brasileira	Ampliação do controle ao carnaval da elite com medidas e regras da Secretaria de Segurança Pública, medidas de normatização, e da Federação Carnavalesca. Maior perseguição aos cultos de origem afro com a Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia de Vigilância e Costumes e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)	Carnaval de rua, com populares e clubes de pedestre que participavam da festa sem seguir as regras impostas.
RELIGIOSAS	Incentivadas e patrocinadas pelo Estado com a intenção de propaganda política. Geralmente associavam práticas cívicas e aglutinavam camadas sociais distintas	Ampliadas e incentivadas para propaganda do governo. Maior união entre estas e as cívicas, para doutrinar e controlar	Não há relatos de reações a esses eventos e nem a ideia de ampliação dessas atividades religiosas
CÍVICAS	Incentivadas e patrocinadas pelo Estado com a intenção de propaganda política. Geralmente associavam práticas religiosas e aglutinavam camadas sociais distintas	Grande ampliação e incentivo para a propaganda e doutrinação. Controle e disciplina dos participantes, com mecanismos de organização e persuasão. Maior união entre estas e as religiosas para doutrinar e controlar	<i>Meetings</i> contra os governos e as normas impostas por esses. A esquina da Lafayette foi um local onde se faziam críticas ao governo

Fonte: A autora, 2011.

Em suma, este capítulo procurou desvendar as principais práticas cotidianas eventuais nos espaços públicos do Recife, mostrando a relação entre as invenções e as estratégias, bem como os principais espaços públicos onde se realizavam tais práticas e seus usuários.

Constatou-se que as práticas eventuais, apesar de não se realizarem no dia a dia da população, foram bastante expressivas e aglutinaram grande parte da população da cidade, mudando a sua rotina diária. Pode-se concluir que, nos anos 1920, as práticas eventuais mais significativas foram as práticas tradicionais e as religiosas. Já nos anos 1940 essas práticas se mantêm, mas as práticas em destaque são as práticas cívicas, devido sobretudo à ampliação e à divulgação de tais práticas pelo Estado Novo. De todas as práticas eventuais, o carnaval foi sem dúvida a mais expressiva, momento em que a elite e as camadas populares utilizaram o mesmo espaço público, o que refletia o seu caráter verdadeiramente público, ou seja, de todos, do espaço público. Finalmente, observou-se que a maioria das imposições realizadas pelos governantes não foram seguidas passivamente pela população, tendo ocorrido não só convivência como embates e conflitos.

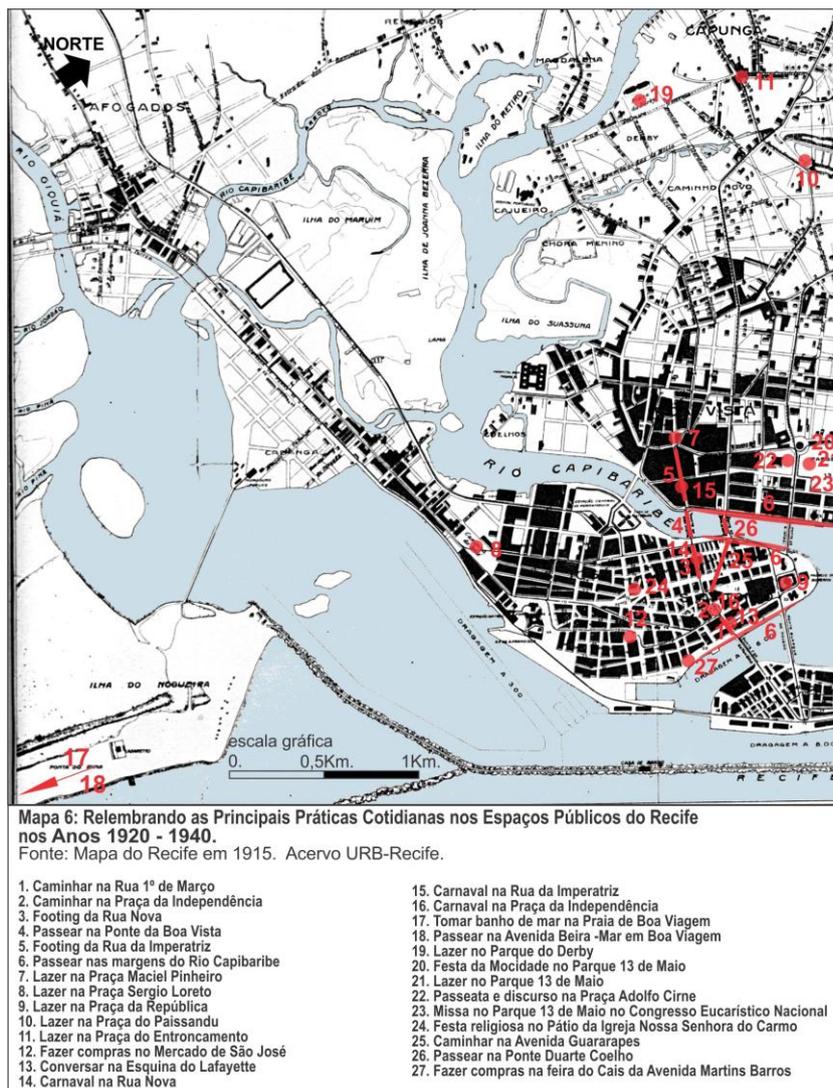
5 CAMINHANDO PELO RECIFE

Explorando metaforicamente o sentido de “*invenção*” revelada pelas práticas cotidianas do uso do espaço público do Recife entre 1920 e 1940, este capítulo foi construído como uma outra “*invenção*”, agora como estratégia acadêmica, para reunir num fluxo contínuo de um possível caminhar pelo Recife durante o período estudado a partir das informações encontradas em textos e imagens do Recife desse período. Nos capítulos anteriores, a sistematização de informações obedeceu à metodologia de análise necessária à compreensão das dimensões social e política resgatadas do olhar de Habermas e Arendt sobre o espaço público e das táticas de Certeau, sob a abordagem da Nova História. Entendendo que as práticas *não políticas* de Habermas e Arendt podem ser compreendidas como as *táticas* de Certeau, este passeio imaginário traz uma compreensão teórica para o objeto empírico, fecundando a narrativa, permeada pelo rico acervo de ilustrações garimpadas ao longo da pesquisa.

Esta “*invenção*” se inicia quando uma jovem senhora nos anos 40 se recorda de sua juventude nos anos 20 e 40 no Recife e vai buscar na memória alimentada pelas imagens guardadas, um possível passeio pelos mesmos caminhos por onde andou neste período

Hoje, ao acordar, abri uma gaveta de um móvel em meu quarto e me deparei com uma série de fotografias, bilhetes, cartas e revistas velhas. Percebi como o tempo passou depressa. Vieram à minha memória momentos inesquecíveis, de quando morei no Recife entre os anos 1920 e 1940. Após muitos anos fora de minha cidade, encontrei esse material que havia guardado e resolvi recordar o meu passado.

Nesta ocasião, lembrei a variedade de atividades cotidianas que a cidade oferecia, e que a minha diversão preferida eram as caminhadas pelos principais espaços públicos existentes, sobretudo pelas ruas do centro. Resolvi primeiramente localizar essas atividades e os respectivos espaços públicos em um mapa, já que essas eram as minhas opções favoritas, para poder sair de casa (Mapa 6).



Recordei inicialmente que, naqueles tempos, o comércio nos subúrbios era muito incipiente e, para resolver qualquer negócio, era imprescindível ir ao centro. Recordei que o comércio principal estava centralizado na Praça da Independência e no seu entorno, onde eu via lojas de produtos variados, cinemas, confeitarias, perfumarias, livrarias, consultórios médicos, dentistas, dentre outros, e por isso era hábito nos deslocarmos para lá.

Assim, praticamente todos os dias no final da tarde, sobretudo aos sábados, relembro que eu e minhas primas pegávamos um bonde e seguíamos em direção ao centro. Durante as viagens, ficávamos geralmente sentadas nos bancos muito próximas umas das outras e isso favorecia as conversas, amizades, namoros, além de leituras. Como até os anos 1930 os bondes eram abertos, nós aproveitávamos as janelas para ver o movimento nas ruas e calçadas, os aterros que vinham ocorrendo

para o crescimento da cidade, algumas ruas arborizadas e mais calmas. Chegando ao centro, observávamos que ocorria o aumento do movimento e do barulho. Só em meados dos anos 1940 é que me recordo de que passei a ir ao centro com os modernos e confortáveis ônibus.

Descíamos geralmente na Praça da Independência, cujo destaque era o edifício do Diário de Pernambuco, e de lá caminhávamos calmamente pelas calçadas da Rua 1º de Março, observando o movimento agitado dos bondes e ouvindo o barulho dos mesmos ao passarem sobre os trilhos, as buzinas dos carros, além dos gritos dos vendedores ambulantes. Lembrei que havia muitos vendedores de rua neste período que circulavam pelas ruas do centro. Essa área em torno da Praça da Independência, que incluía a Rua 1º de Março, dentre outras, era muito movimentada, com grande circulação de pessoas, autos e bondes. Víamos que em alguns horários alguns bondes passavam lotados, com algumas pessoas em pé ou se segurando nos estribos.

O nosso destino era geralmente a Rua Nova e de lá seguíamos pela Ponte da Boa Vista até chegar à Rua da Imperatriz. Estes passeios, que nós chamávamos de *footing*, eram momentos inesquecíveis em que podíamos exibir nossas meias, leques, chapéus e algumas joias e éramos alvo de admiração da plateia masculina. Era muito divertido passear pelas calçadas do centro, bem iluminadas, sem buracos, com vitrines cuidadosamente decoradas e ruas limpas. Ficou marcado na minha memória que, naqueles tempos, ir à cidade constituía-se numa verdadeira festa. Durante as caminhadas, encontrávamos muita gente conhecida, ou pelo menos de vista, em sua maioria grupo de senhoras ou de moças como nós. Algumas vezes, éramos abordadas com a solicitação de pedintes e *mendigos*, ou importunadas pelos vendedores ambulantes. Muitas vezes também me lembro de alguns vendedores ambulantes que ofereciam frutas, verduras, geralmente *negros*, que gritavam frases já bem conhecidas, tais como “banana prata e madurinha”. Como ficaram marcados na minha memória os gritos desses vendedores!

Seguindo o passeio, observávamos as inúmeras vitrines das lojas, com o seu comércio variado de artigos finos e elegantes, as últimas novidades da moda, perfumes, roupas, sapatos, por exemplo. Muitas vezes íamos aos cinemas, pois,

como na época não havia televisão, esse era outro grande divertimento. Nas salas se preparavam matinês em que, além dos filmes, se apresentavam grandes atrações, ficando muitas vezes as salas lotadas. Também aproveitávamos para ir à missa, rezar um pouco na Igreja da Nossa Senhora da Conceição dos Militares. Recordo também que na Rua Nova passavam bondes nos dois sentidos, indo e vindo, e vimos muitas vezes na hora do *rush* que eles passavam lotados.

Outro grande motivo para ir ao centro era a oportunidade das paqueras, já que, no final da tarde, principalmente nas sextas-feiras, grupos de rapazes costumavam reunir-se após o expediente para conversar nas calçadas da Rua Nova. Aqueles rapazes, geralmente estudantes das faculdades e escolas, intelectuais e figuras importantes da vida social e política da cidade, também circulavam pelas ruas e faziam compras. Eu ficava admirada como eles andavam bem vestidos, com paletós curtos, gravatas e chapéus. Também cruzávamos, praticamente todas as tardes, com fotógrafos ambulantes que ficavam nas ruas à procura de fotos para as colunas das revistas e jornais. Após a paquera, continuávamos os passeios, parávamos em alguns locais para cumprimentar amigas, que habitualmente estavam em grupo. Fazíamos compras e, por fim, um lanche, café ou chá, geralmente nas confeitarias elegantes, principalmente na Crystal.

Após o passeio pela Rua Nova, seguíamos pela Ponte da Boa Vista e relembro o prazer de caminhar sobre as pontes do Recife, principalmente a da Boa Vista, onde havia um desfile permanente de moças e rapazes que se deslocavam da Rua Nova para a Imperatriz e vice-versa. Dela, podíamos descortinar o rio que seguia limpo e que quase sempre continha canoas, remadores e pescadores. Lembro que o rio era uma presença significativa para a cidade, porque nele aconteceram, nos anos 1920, as regatas, uma das grandes diversões dessa época. O rio era marcante na paisagem porque corria por toda a área do centro, passando pelas pontes e dando um ar peculiar à cidade. Eram admiráveis as suas margens, sempre muito bem cuidadas e cheias de árvores. Como era belo o passeio nas pontes, olhando o rio que espelhava o céu e os sobrados nas suas margens!

Seguindo pela Ponte da Boa Vista, chegávamos à Rua da Imperatriz, que tinha um comércio muito parecido com o da Rua Nova, e lá no fim desta rua avistávamos a

Praça Maciel Pinheiro. O Recife dessa época estava repleto de belas praças, como a Sérgio Loreto, a da República, do Paissandu, do Entroncamento, entre outras geralmente frequentadas por pessoas bem vestidas, com luvas, meias, e era raro ver gente mais simples. Uma vez vi um grupo de populares que descansavam à sombra de uma árvore da Praça da República, e percebi que eles também circulavam por nossas ruas e praças. Eu adorava passear por essas praças, à tarde, e geralmente caminhava à sombra das árvores, sentava para descansar nos bancos e muitas vezes assistia às apresentações musicais em seus coretos.

Relembrei ainda que, à medida que a noite ia chegando, as ruas iam mudando a fisionomia e tomando uma feição mais diversa. Depois das sete horas, quando as lojas fechavam, os empregados das lojas, as costureiras, e outros trabalhadores aproveitavam para passear um pouco pelas ruas. Percebi também que, além de pessoas de maior poder aquisitivo, havia outra população que, aos poucos, ao cair da noite, ia surgindo: eram as prostitutas. Ao longo do passeio da tarde, vi que algumas delas se exibiam nas janelas de alguns sobrados da rua, mas naquele momento da noite invadiam lentamente as ruas.

Encontrei uma foto antiga e recordei que, um dia, já quando caía a noite, decidimos ir ao Mercado de São José comprar alguns artigos mais baratos. Seguimos pela Rua Duque de Caxias e Rua do Rangel até chegar ao entorno do mercado, que tinha uma fisionomia totalmente diferente da Rua Nova e da Imperatriz. Nas ruas estreitas, travessas e becos do entorno do mercado, havia várias barracas e cestos com vendedores de peixes, carne, legumes, frutas, e estavam repletos de compradores. Pessoas simples enchiam as bolsas e os balaios com os produtos adquiridos. Lembro o cheiro forte de peixe que tinham as ruas, de carne, de frutas, e o barulho sem fim de compradores e vendedores. A maioria das pessoas que percorriam essas ruas era gente simples, trabalhadores, feirantes, mas sempre uma ou outra dona de casa que aproveitava para ir às compras. Percebi ainda que algumas prostitutas também circulavam pelas ruas estreitas e pelos becos do entorno do mercado.

Após as compras no mercado, voltamos pela Rua da Praia que, em sua continuidade, dava na Rua do Imperador e resolvemos nos aventurar e dar uma

passadinha na esquina do Lafayette. Essa esquina era um ponto de encontro de homens de maior poder aquisitivo, geralmente intelectuais, poetas, que ficavam sentados às mesas na calçada. Nesse local não era comum a presença de mulheres, então passamos apenas na frente, mas pudemos ouvir o burburinho dos grupos que discutiam e tagarelavam sobre assuntos políticos e faziam críticas ao governo. Observei o grande movimento desse local, com a presença não só de homens elegantes, como de vendedores ambulantes, de bilhetes, negociantes, e mais uma vez fui abordada pelos pedintes.

Ao encontrar um recorte de jornal, lembrei os grandes carnavais que vivi nas ruas Nova e Imperatriz, mas principalmente na Praça da Independência. Ela se enfeitava toda e se transformava no ponto de encontro dos foliões, pois para lá convergia a maioria dos clubes. Nessa praça eram armados palanques e o povo se concentrava para escutar os frevos transmitidos pelos alto falantes, e aproveitava para fazer suas coreografias e dançar. Nessa praça aconteciam os concursos musicais promovidos pela Federação Carnavalesca. Nos palanques, os jurados observavam os desfiles e escolhiam os melhores frevos. Lembro que, na Rua da Imperatriz, os andares superiores dos prédios eram alugados, e eu via as famílias assistindo à passagem dos clubes nas sacadas. Na Rua Nova, os alto falantes colocados pelas próprias casas comerciais tocavam frevo, e o povo incansável enchia aquela rua. Também nela eu observei, por muitos anos, a passagem dos corsos, com as pessoas fantasiadas em cima dos carros que traziam as capotas arriadas e se cruzavam, e a tripulação de cada um lançava confetes, serpentinas e água de cheiro sobre os demais, cantando músicas de carnaval. Também acompanhei, nas ruas dos bairros de São José e de Santo Antônio, a passagem dos clubes com seus estandartes e de orquestras que tocavam seus hinos característicos. Presenciei os inesquecíveis desfiles de blocos nas ruas desses bairros. Adorava cantar as canções do Bloco das Flores, do Flor da Lira e do Batutas de São José. Ainda recordo a passagem de alguns maracatus pelas ruas do centro durante o carnaval.

O que ficou na minha memória foi que o carnaval era um momento especial da cidade. Podia-se perceber as ruas enfeitadas repletas de uma mistura social, que saíam às ruas dançando e frevando.

Ainda mexendo naquela gaveta, encontrei uma foto minha na praia. Lembrei que em um domingo, em plenas férias de verão, encontrei novamente as minhas primas, saímos de casa e fomos esperar o bonde com destino à Boa Viagem. Era comum, no caminho de casa para o ponto do bonde, cruzar com os vizinhos que ficavam sentados em suas cadeiras nas calçadas, escutando música no rádio ou conversando. Pegamos o bonde e seguimos em direção à Boa Viagem, que naqueles tempos era considerado um local distante e a viagem até lá era longa. Ao chegarmos à praia, descemos na parada que ficava no centro da Avenida Beira-Mar. Seguimos passeando pelas calçadas da avenida, contemplando a paisagem do mar e descemos em direção ao mar para tomar banho nas piscinas de águas mornas, uma das minhas diversões favoritas. Depois do banho, fomos para a areia curtir o sol, conversar, descansar, admirar a paisagem e observar as pessoas passeando pela areia. A ida à praia de Boa Viagem e as caminhadas pelas calçadas da Avenida Beira-Mar eram momentos que eu adorava, principalmente aos sábados e domingos. Aproveitava também para observar os grupos que jogavam voleibol na areia. Aos domingos, havia corridas de carros e de bicicleta na avenida. A grande maioria dos banhistas era formada por pessoas de maior poder aquisitivo, e era raro ver alguma pessoa mais simples naquela praia.

Ainda recordei que, geralmente aos domingos, após a praia, eu e minhas primas íamos passear no Parque do Derby. Como sempre, pegávamos um bonde e íamos aproveitar mais um espaço de lazer e de diversão da cidade. Nesse parque passeávamos à sombra das árvores, tirávamos fotos na ponte que dava acesso à Ilha dos Amores, e algumas vezes assistíamos a apresentações musicais no coreto. Por volta das cinco horas da tarde, íamos passear pelas calçadas do seu entorno, bem diferentes daqueles passeios diários no centro da cidade. Lá víamos pessoas mais jovens, geralmente moças e rapazes da elite. Os rapazes passeavam de carro pelas ruas do entorno, com as capotas arriadas, e nós ficávamos ali nas calçadas, conversando e flertando.

Outra foto me fez recordar que íamos muito, nos anos 1940, ao Parque 13 de Maio, principalmente quando estava acontecendo à Festa de Mocidade. Um dia, antes de entrarmos, vi grande movimentação na frente do parque, na Praça Adolfo Cirne. Era uma passeata daquelas que sempre aconteciam em datas especiais, como a do Dia

1º de Maio ou da Independência, e que eram organizadas pelo governador Agamenon Magalhães. Havia uma verdadeira multidão de trabalhadores, de alunos, dentre outros que carregavam faixas e cantavam hinos patrióticos. Havia um palco montado na praça e imaginei que eles estavam se preparando para ouvir algum discurso. Fiquei parada ali, observando a imensa quantidade de pessoas que geralmente acompanhavam esses desfiles, e me admirei como essas pessoas participavam de tais eventos de maneira tão ordenada, até parecendo que haviam feito um ensaio.

Resolvemos não acompanhar a multidão e entramos no parque. Lá, fomos passear ao longo dos caminhos sinuosos do parque e observamos as belas fontes luminosas. Seguimos em direção ao Parque Xangai, uma área dentro do Parque 13 de Maio onde havia brinquedos. Aproveitamos para nos divertir um pouco e fazer um lanche. Vi que se formava uma imensa fila para comprar os ingressos para assistir, em espaço reservado, à encenação das concorridas revistas de rebolados. O público que frequentava essa festa era semelhante ao dos passeios da Rua Nova, em grande maioria de camadas mais abastadas.

Encontrei ainda na gaveta uma foto de uma missa no Parque 13 de Maio, e relembrei que estive nesse parque durante a realização do Congresso Eucarístico Nacional. Foi um grande evento religioso durante o qual aconteciam missas, procissões e palestras que eram transmitidas pelos microfones espalhados pelo parque. Relembrei ainda outro momento que vivi de outro grande evento religioso, que era a festa de Nossa Senhora do Carmo. Nesse dia, fui com a minha mãe. Descemos novamente na Praça da Independência e o nosso destino era o Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Seguindo pela Rua 1º de Março, dobramos no trecho que estava demolido para a construção da Avenida Dantas Barreto, avistamos muitas ruínas de casarões e de uma igreja que havia sido demolida. Ao chegarmos ao Pátio da igreja do Carmo, vimos a imensa movimentação de fiéis, uma grande quantidade de pessoas que circulavam em frente à igreja. Havia um palanque armado para as apresentações musicais e barracas para a venda de comidas típicas. Divertimo-nos muito e vimos que, além da maioria das pessoas ser simples, também havia a presença de algumas senhoras da elite.

Ainda nesse mesmo dia, antes de pegarmos o bonde de volta para casa, resolvemos ir até à Avenida Guararapes e observamos as construções modernas que estavam chegando à cidade. Verdadeiros arranha-céus, uma arquitetura nova e moderna parecia invadir a cidade. Por outro lado, percebemos como era agradável o passeio pelas galerias no térreo desses edifícios, de onde se podia avistar a avenida, assim como os bares e o comércio. Realmente, ali surgia um novo Recife, que dali em diante provavelmente a cidade se verticalizaria e pensei até onde chegariam os edifícios no futuro. No final dessa avenida, avistava-se a Ponte Duarte Coelho, uma ponte também nova e moderna sobre o rio.

Ainda na gaveta havia um recorte do jornal que eu guardei, com uma foto de soldados americanos, que eram lindos. Nesse momento, vieram à minha memória os tempos da guerra, quando o nosso dia a dia era bem diferente, porque vivíamos na cidade um clima de guerra. Nessa época era comum irmos à Praça da Independência esperar as notícias da guerra que eram transmitidas pelo rádio. Os boletins da guerra eram pregados nas paredes do jornal. Era comum também encontrar nas ruas da cidade muitos grupos de rapazes europeus e soldados, grande parte deles americanos, e passamos a adotar alguns comportamentos e hábitos de americanos e europeus. Não podíamos sair de casa durante a noite, porque aconteciam testes aéreos e a cidade permanecia por um bom período de tempo sem luz. Ficou na minha memória o fim da guerra, em maio de 1945, quando houve uma festa inesquecível, o Carnaval da Vitória, com um desfile de blocos e o povão nas ruas dançando o frevo.

Após todas essas lembranças, o que ficou mais forte na minha memória foi que, nesses tempos, a cidade oferecia muitas opções para sairmos de casa e caminhar pelas ruas, praças e parques. Era uma época em que se tinha o prazer de sair de casa simplesmente para passear pelas ruas da cidade. O Recife que ficou na minha memória era uma cidade repleta de espaços ao ar livre, os quais serviam para atividades diversas, para passeios, caminhadas, eventos religiosos, cívicos, o carnaval, por exemplo. As pessoas tinham o hábito de caminhar e de permanecer durante horas nas ruas, de se encontrarem umas com as outras, de ver o outro e de ser visto, cumprimentar o outro, passear, contemplar o rio, o mar. As mulheres

constituíam a maioria nas ruas elegantes do centro, o que dava a essa área um ar feminino.

Nas ruas chiques e elegantes do centro, apesar de aparentemente a cidade ser da classe de maior poder aquisitivo, com a maioria da população bem vestida, percebia-se que os mais simples estavam presentes e muitas vezes eles eram, inclusive, a maioria. Se durante o dia na Rua Nova havia a predominância de ricos, à noite os populares e as prostitutas eram a maioria, principalmente nessa rua e no seu entorno. Apesar da imagem de praças e parques destinados à elite, os mais simples também passeavam nesses espaços, sentando-se para descansar ou para fazer um lanche sob as árvores. Na praia de Boa Viagem não era tão comum ver pessoas simples, mas elas tinham a praia do Pina para tomar banho e passear. Os populares eram a maioria durante o dia nos becos, travessas, ruas estreitas do bairro de São José, nos arredores do mercado e, principalmente, nas feiras públicas, como na Avenida Martins de Barros. Estavam presentes em grande parte nas ruas durante o carnaval, onde dançavam e se divertiam livremente, e também participavam em massa nas festas religiosas.

Bem, finalmente fechei a minha gaveta e tive a certeza de que ali se encontrava um rico material do passado da minha cidade, lembranças que ficaram marcadas na minha memória, lembrança dos diversos espaços públicos pelos quais caminhei e das várias práticas cotidianas de que desfrutei.

ESPAÇO DO PÚBLICO?

A pesquisa realizada revelou que as práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife, entre os anos 1920 e 1940, se expressaram a partir de invenções realizadas, em sua maioria, por camadas populares, e de ações impostas pelo governo. As práticas cotidianas foram divididas entre práticas rotineiras e eventuais, cada qual explicitando uma gama de atividades diversas que reuniam a maioria da população.

O que o caracterizou mais fortemente o espaço público da cidade foi a dimensão social, ou seja, a vida em público, as diversas práticas exercidas no dia a dia ou eventualmente. A rua saltou como o espaço público mais representativo e, ao lado dela, pontes, praças, parques, margem de rio, dentre outros. São espaços da cena pública, onde ocorreram acontecimentos e manifestações que variaram de acordo com o tempo. As cenas foram construídas por diversos grupos sociais, atividades, comportamentos, itinerários, e por isso carregaram uma riqueza na descrição da vida pública. Por ser um espaço do público, está fortemente entremeado da dimensão política, sujeito a ações impostas e a padrões de comportamento que nem sempre são absorvidos por todos.

Foram as invenções cotidianas e as ações impostas apontadas por Certeau (1998) que possibilitaram a leitura das questões da vida pública ligadas a um contexto de instantes da vida das pessoas, e que justificaram os avanços e as repressões nos percalços da democracia. Para entender esse cotidiano nos espaços públicos, foi necessário decodificar a vida cotidiana, considerando, sobretudo, as invenções. Elas eram realizadas por pessoas comuns e apareceram sob a forma de resistência às imposições sociais do poder instituído pelos governantes, muitas vezes como minúsculas situações da vida cotidiana, mas com grande importância pela força de transgredir o que foi imposto pelo poder.

Ficou evidenciada que a ideia de Arendt (2000), de que o espaço público se caracteriza essencialmente por ações coletivas se confirma no Recife. Os espaços públicos recifenses analisados foram locais onde aconteceram ações da vida em público, como os passeios, as caminhadas, as procissões e as demais festas

religiosas, os esportes, o carnaval e as várias práticas cívicas. O espaço público foi o local do contato entre as pessoas e da co presença social, onde muitas vezes grande parte da população ou a multidão dele se apropriava para realizar suas diversas atividades, ativas ou passivas.

Constatou-se, como apontou ainda Arendt, que o espaço público era o local do ver e do ser visto por todos. Homens e mulheres saíam e exibiam as últimas novidades da moda, ou seja, suas roupas elegantes, chapéus, sapatos, meias. Era um espetáculo visual, um palco, com verdadeiras passarelas para o desfile de homens, mas sobretudo mulheres, ambos da elite.

Por outro lado, os projetos de modernização implantados pelos governantes beneficiaram as classes mais abastadas. Havia controle nesses espaços, para que fossem apropriados por essa classe social. Mesmo assim, as camadas populares, exemplificadas pelas prostitutas e os vadios, permaneciam nesses espaços como uma forma de resistência. Apesar de não aparecer com tanta frequência a reação ao que era imposto, isso não quer dizer que não houvesse oposição e resistência das camadas populares ao que se tentava instituir.

O espaço público ainda se caracterizou como um local de liberdade, o que também é enfatizado por Arendt, onde os homens e principalmente as mulheres expressavam os seus desejos. A partir dos anos 20, as mulheres puderam passear livremente pelas ruas e demais espaços públicos, exibindo roupas mais curtas do que as dos anos anteriores. Elas eram a grande maioria da população nos passeios, o que representava uma mudança de comportamento na sociedade.

Os espaços públicos abertos, sobretudo nos anos 1920, transformaram-se em uma arena, local onde as pessoas exibiam as necessidades modernas e os novos padrões de comportamento em público, o que refletia um desejo maior de aproveitar a vida em público. Nesse sentido, surgiram novos hábitos cotidianos, como ir às compras, ao cinema, aos teatros, à sorveteria, à confeitaria, assim como o novo meio de transporte, o bonde.

O carnaval de rua foi a prática mais representativa da liberdade em público, pois era uma festa eminentemente popular. Apesar das normas estabelecidas pelo Estado, sobretudo nos anos 1930 e 1940, ampliando as ações na tentativa de controlar a festa, no carnaval de rua, populares e clubes de pedestres participavam da festa de maneira espontânea, sem seguir as regras impostas. Também havia a presença de maracatus e blocos de carnaval com camadas populares, sobretudo os *negros*, que procuravam escapar das perseguições. O carnaval de rua foi uma festa em que ricos e *pobres* conviviam em harmonia. A grande atração da festa era o frevo, que aglutinava camadas distintas em passos espontâneos, causando grande mudança na vida cotidiana. Essa festa continuou conquistando adeptos de todas as idades e classes sociais, alterando rotinas e instituindo novos modelos e comportamentos em público.

No entanto, se se considerar a maioria da população, observa-se que essa expressão da liberdade foi parcial devido à tentativa de controle social exercida pelos governantes no período estudado. Para as camadas populares, prostitutas, *vadios* e principalmente os integrantes dos cultos afro-brasileiros, a liberdade foi limitada. Nos anos 1920, principalmente nos anos 1930 e 1940, o Estado e as camadas dominantes faziam prevalecer um ideário e um modelo de conduta a ser seguido pela sociedade, principalmente pelos trabalhadores e pelas camadas populares, que foram praticamente silenciados com mecanismos de cerceamento da liberdade de expressão. Foi extremamente proibida a expressão de qualquer partido político contra o governo e a imprensa foi totalmente controlada. Apesar de a maioria das fontes mostrarem as ações impostas, sobretudo durante o Estado Novo, e praticamente nenhuma reação, supõe-se que elas devem ter acontecido, mas não puderam ser registradas. O que se pode verificar é que os trabalhadores, populares e demais parcelas da população, no período do Estado Novo se adequaram às condições políticas impostas, apropriando-se dos mecanismos que o próprio regime oferecia. Se o início da década de 1920 é conhecido na literatura pelas manifestações de insatisfação dos trabalhadores, nos anos 1930 e 1940 o Estado assumiu o papel de atendê-los, manipulando tal necessidade a seu favor. Mas, apesar de todo o controle da época, com as ações discriminatórias de uma ditadura, a literatura consultada confirmou que algo foi feito, principalmente para os trabalhadores, sob certas condições, e não atendendo a todos.

Devido à tentativa de controle social, sobretudo no período do Estado Novo, o espaço público não teve como característica principal as discussões e os debates da grande maioria da população, voltados para os assuntos políticos e contra o Estado. Também não houve a participação da maioria da população nas decisões do Estado, como salientaram Arendt e Habermas. O que se verificou foi que essa participação foi representada apenas por alguns segmentos da elite e de determinados integrantes da igreja. A única reação ao Estado ao longo de todo o período pesquisado ocorreu apenas no fim do Estado Novo, com o enfraquecimento do governo, quando ocorreram os *meetings*, que eram comícios, que reuniam multidões, quando havia discursos contra o governo e suas normas impostas.

Vale ressaltar que, ao longo do período estudado, havia pontos estratégicos de reunião, como a esquina do Lafayette, local onde, de modo geral, se faziam críticas ao governo e se discutiam assuntos políticos, principalmente na década de 1940, marcadamente pela elite. Nesse sentido, apesar de esses debates não chegarem a influenciar a política, assemelhavam-se ao que Arendt (2000) e Habermas (2003) chamaram de espaços do debate político, ou esfera política. A *esquina do Lafayette* era um espaço fechado, um bar, semelhante aos recintos fechados de Habermas. Também continha largas calçadas onde ficavam as mesas, como uma arena aberta, como salientou Arendt, onde se reuniam intelectuais, jornalistas, poetas, políticos para discutir os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, e criticar o governo.

Ao longo do período estudado, como frisou Certeau (1998), observou-se a influência dos processos políticos, das ações do Estado e dos mecanismos institucionais na vida pública. As ações implantadas entre os anos 1920 e 1940 faziam parte de um projeto de modernização da cidade, de caráter elitista e excludente, que tinha a intenção de homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, afastando os populares dos espaços públicos. Os governantes procuraram introduzir um padrão de ordem urbana desejada pelos grupos de elite, com ações mais rigorosas em relação ao comportamento que deveria ser assumido pela população, adotando uma postura mais efetiva de controle social, com combate e repressão aos populares, e esses se tornaram caso de polícia. As intervenções urbanas durante esse período, como a criação de praças, parque e da praia de Boa

Viagem, também refletiam esse desejo de modernização voltada para a classe de maior poder aquisitivo.

Tais ações foram ampliadas nos anos 1930 e 1940, quando Agamenon Magalhães procurou aumentar o controle social com uma maior perseguição e repressão aos populares e a todos aqueles que porventura não se moldassem às novas regras impostas. Houve o aumento dos poderes da polícia, com a criação de um departamento policial chamado “Ação de vigilância contra a Falsa Mendicância e Vagabundagem”, e também foi criada a “Liga Social Contra o Mocambo”, que visava afastar os mocambos e toda a sua população de populares. Houve ainda a ampliação do combate à prostituição, com a proibição de as *prostitutas* saírem às ruas antes das 22 horas. Além disso, os planos urbanos modernos implantados durante esse período, como a criação de avenidas no centro, como a Avenida Guararapes, acentuavam a intenção e o desejo de criar espaços para as classes dominantes.

Mesmo com essas ações do governo, ocorreram astúcias e invenções previstas também por Certeau, que foram as reações dos excluídos, quando as camadas populares procuraram reagir ao que se tentava implantar baseadas numa forma de resistência, para fazerem persistir nos espaços públicos hábitos e condutas dessas pessoas. Houve a permanência nos espaços públicos de populares, vendedores de sorvete, frutas, bilhetes de loteria, engraxates e gazeteiros. Mesmo sendo constantemente combatidas com a proibição de circularem pelas ruas, as *prostitutas* permaneciam nos espaços públicos em busca de clientes. Também circulavam pelas ruas mendigos, pedintes e vendedores ambulantes, e no final do expediente eram os empregados das lojas, caixeiros, caixeiras e costureiras. Durante a madrugada, passeavam bêbados, vagabundos e desocupados, considerados *vadios*. Em alguns momentos, a elite e os populares ocuparam o mesmo espaço público, e em outros predominava a divisão de horários e a delimitação dos espaços. Com a introdução dos mercados pelo Estado, os populares que frequentavam as feiras se deslocaram para outras partes da cidade e continuaram mantendo esse tipo de comércio.

A prática do esporte também foi incentivada pelos governantes, com ênfase para as modalidades elitistas, criando regras e normas para as diferentes modalidades, com

a intenção de integrar a cidade no perfil do mundo moderno. O esporte era símbolo de distinção social, pois a elite era a única classe social que participava das regatas, dos jogos em campos fechados, das corridas de automóvel, entre outras modalidades. Nos anos 1940, houve um interesse maior do governo pelas atividades esportivas, com a criação dos Centros Educativos Esportivos, os CEOs e as Federações Desportivas. Foram introduzidas regras adotadas em campos fechados para o futebol da classe dominante, assim como a fiscalização e o policiamento para o futebol de rua, acusado de ser o responsável por desordens e brigas. O futebol espalhou-se pela cidade, porém, passou a ser praticado em áreas abertas por camadas populares.

As práticas religiosas foram incentivadas e os governantes procuraram aproximar-se dos líderes da igreja a fim de utilizarem os eventos religiosos como propaganda política, incentivando a união dessas práticas com as práticas cívicas, sobretudo durante o Estado Novo. Também se verificou a manutenção da tradição religiosa com a continuidade das grandes festas da Igreja, como a de *Corpus Christi*, as procissões e a Semana Santa, atraindo multidões de classes sociais distintas para as ruas e demais espaços públicos.

Como a pesquisa partiu dos dias atuais, existe o impulso de se constatar que algumas práticas se mantêm e outras foram modificadas. Hoje, as caminhadas e passeios pelos espaços públicos da cidade ainda são frequentes no cotidiano da população, porém, sobretudo na área central, a maioria da população que faz esses passeios não é mais a classe abastada, e sim a classe média e a popular da sociedade. Também, nos dias de hoje, as ruas se mantêm como os espaços públicos mais utilizados pela população para os passeios. Além das ruas, as pontes, as praças, as margens do rio são espaços públicos da área central que são mais utilizados pela classe média e pelas camadas populares quando se deslocam à trabalho ou estão a procura de produtos mais baratos. As praças são hoje muito utilizadas, sobretudo as do centro e as de bairros mais simples por camadas populares. O Parque 13 de Maio tem um uso intenso nos dias da semana, e mais ainda aos domingos. A maioria pessoas que frequentam são mais simples, que moram no centro da cidade, ou vêm de outros bairros. Hoje, também, a praia se tornou um local mais democrático. Principalmente aos domingos, na praia de Boa

Viagem, há uma verdadeira mistura de classes sociais. Atualmente, nesta cidade, bairros ricos e *pobres* se alternam ao longo de sua malha viária e é possível afirmar que o público está em toda parte. Mais fortemente nos bairros de classes mais populares e em alguns de classe média, onde as ruas, praças, pequenos espaços abertos, campos de pelada e calçadas estão repletos de pessoas, é nestes espaços que se desenrola a vida da cidade.

Atualmente, o esporte também se tornou mais popular, sobretudo o futebol, realizado em ruas e demais espaços abertos por camadas populares, e as demais classes sociais frequentam hoje os campos fechados. Foi mantida a tradição das festas e comemorações religiosas, como as procissões e a Semana Santa, que continuam a encher as ruas, pátios de igreja de alguns bairros, sobretudo na área central. As festas cívicas deixaram de ser tão controladas, como na época do Estado Novo, mas ainda se mantém a tradição dos desfiles cívicos pelas ruas e avenidas como, por exemplo, durante as comemorações do Sete de Setembro.

Nos dias de hoje, o carnaval de rua tornou-se uma festa ainda mais democrática, reunindo classes sociais diferentes. Trata-se de uma festa em que os espaços públicos da cidade são de todos, independentemente da classe social. É um momento em que todos se divertem, dançam espontaneamente. As ruas e os demais espaços públicos atraem uma grande multidão. É a festa do povo, do público. O carnaval de rua no Recife é tão importante por ser uma festa do povo realizada nos espaços públicos, que se tornou capa de um livro editado na França, o qual abordou a temática do espaço público, como mostra a figura a seguir.

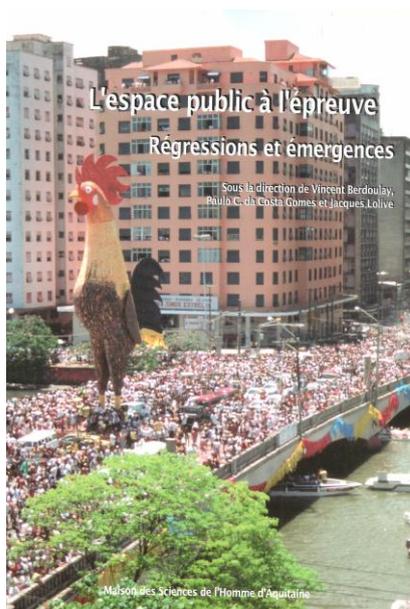


Figura 193: Carnaval de rua: Galo da madrugada na Ponte Duarte Coelho, avenidas e margem do rio.

Fonte: BERDOULAY, COSTA GOMES e LOLIVE, 2004.

Hoje, apesar de haver uma maior participação da sociedade nas decisões do Estado, os governantes ainda impõem algumas normas, sem considerar a maioria da população.

O que se percebe é que em alguns espaços públicos as propostas e ações foram impostas de cima para baixo, pois não foram consideradas as reais necessidades e os desejos dos usuários. A legislação permitiu edifícios com muros altos e câmeras, isolando-os da rua. Dessa forma, surgiram verdadeiras muralhas nas calçadas, o que traz uma sensação de insegurança para os pedestres, induzindo muitas vezes a preferência de certas pessoas a se isolarem em seus apartamentos murados ou se confinarem nos espaços fechados como *shoppings centers* ou galerias, em detrimento de espaços abertos. Além disso, a mídia também contribui para manter a imagem do espaço público, sobretudo as ruas, como espaços perigosos e inseguros.

Por outro lado, existe atualmente uma maior liberdade de expressão, tanto da população quanto da imprensa para a crítica e o diálogo. A abertura é bem maior para o espaço da palavra e há espaço para participação das camadas populares nas ações do governo por meio das associações de bairros, ONGs, orçamento participativo, por exemplo.

As palavras que encerram são de alguns poemas de Manuel Bandeira escritos durante o período estudado. Em seu poema de 1925, “Evocação do Recife”, ele recordou a sua infância e escreveu que o que mais marcou a sua memória foi o desenrolar da vida que acontecia nos espaços públicos de sua infância, dos gritos e pregões dos vendedores ambulantes, dos sinos, das brincadeiras, da vida nos espaços públicos, dentre os quais, as ruas e calçadas dos bairros de Santo Antônio e de São José, ruas da União, do Sol, da Saudade, as margens do rio no cais da Rua da Aurora e o rio Capibaribe.

Evocação do Recife

RECIFE

Não a Veneza americana

Não a Mauristsstad dos armadores das Índias Ocidentais

Não o Recife dos mascates (...)

Recife da minha infância

A Rua da União onde eu brincava de chicote-queimado e

Partia as vidraças da casa de dona Aninha Viegas...

Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras, mexericos, namoros, risadas

A gente brincava no meio da rua (...)

Os meninos gritavam (...)

De repente

Nos longes da noite

Um sino

Uma pessoa grande dizia:

Fogo em Santo Antônio (...)

Rua da União...

Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância

Rua do Sol (...)

Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...(...)

Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora...

...onde eu ia pescar escondido

Capiberibe (...)

- Capibaribe

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas (...)

E o vendedor de roletas de cana

O de amendoim

Que se chamava midubim e não era torrado era cozido

Me lembro de todos os pregões:

Ovos frescos e baratos (...)

Foi há muito tempo...

Recife...

Rua da União (...)

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa do meu avô.

(FONSECA, 1986, p. 39 a 42, grifo nosso).

Já no poema “Minha terra”, de 1948, quando reviu o Recife que deixou aos dez anos de idade, ele escreveu que a cidade passou por ações impostas com a abertura de vias, a construção de arranha-céus, mas, na última frase, ele mostrou a sua sensação de choque em relação à mudança, que provavelmente gostaria de encontrar a cidade de sua infância, aquela do desenrolar da vida nos espaços públicos citado no poema anterior.

Minha terra

Saí menino de minha terra

Passei trinta anos longe dela

De vez em quando me diziam;

Sua terra está completamente mudada,

Tem avenidas, arranha-céus

É hoje uma bonita cidade!

Meu coração ficava pequenino

Revi afinal o meu Recife.

Está de fato completamente mudado.

Tem avenidas, arranha-céus.

É hoje uma bonita cidade.

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!

(FONSECA, 1986, p. 43, grifo nosso).

BIBLIOGRAFIA

• GERAL

- ABRAHÃO, Sergio Luís. *Espaço Público. Do urbano ao político*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.
- ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALBERNAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço público atual. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- ALEX, Sun. *Projeto da praça*. Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008.
- ARANTES, Antônio. *Paisagens paulistanas*. Transformações do espaço público. São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.
- ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.
- ARENDDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer*. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia e RIBEIRO, Marcus Vinicius. *História da sociedade brasileira*. São Paulo, Editora ao livro técnico, 1996.
- AUGE, Marc. *Não lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Ed. Papyrus, 1994.
- BERDOULAY, Vicent; GOMES, Paulo César da Costa LOLIVE, Jacques. *L'espace publique à l'épreuve: Regressions et émergences*. Pessac, Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine – MSHA, França, 2004
- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, volume1. *Magia e técnica, Arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BERGER, Peter L e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- BOSI, Ecléa. *Memória e cidade. lembrança de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2008.
- BURKE, Peter. (org) **A Escrita da História**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escola do Annales**. 1929–1989. A Revolução francesa da historiografia. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço-Tempo na metrópole**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- _____. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.
- CARONE, Edgard. **A república velha**. II Evolução Política (1889-1930) Rio de Janeiro: Difel, 1983.
- _____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARRION, Fernando. **Espaço público: punto de partida para la alteridad**. In: VELASQUES, Fábio (comp). **Ciudad e inclusión: por el derecho a la ciudad**. Bogotá: Ed. FORO, 2004.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1972.
- CASTRO, Iná Elias de. **Espaces publiques: entre publicité et politique**. In: BERDOULAY, Vicent; GOMES, Paulo César da Costa LOLIVE, Jacques. **L'espace publique à l'épreuve: Regressions et émergences**. Pessac, Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine – MSHA, França, 2004
- CERTEAU, Michel de et all. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de et all. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996
- _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.
- CARDOSO JUNIOR, Nerione. N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1995.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- COSTA, Sergio. **As Cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- DINIZ, André. **Almanaque do carnaval**, a história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2008.
- DOURADO, Guilherme Mazza. Prelúdio do Paisagismo moderno no Brasil. **Revista Paisagem e Ambiente**, Universidade de São Paulo, São Paulo. n° 14.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia e TARDIM, Raquel (Orgs.). **Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente**. Da proclamação da república á Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FERRY, Jean-Mar; WOLTON Dominique e outros. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Gedisa editorial, 1989.
- FIEDLER, Regina Célia do P. Teoria da ação comunicativa e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista de Educação**. Universidade de Guarulhos, p.93-100, 2006.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 2007.
- FOLLIS, Fransérgio. **Modernidade urbana na Belle Epoque paulista**. São Paulo. Editora Unesp, 2004.
- GARCIA, Nelsos Jahe. **O Estado Novo: Ideologia e propaganda política**. A legitimação do Estado perante as classes subalternas. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios para uma geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia das letras, 1987.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. **Sociologia**. Org. FREITAS e S. P. ROUANET. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. **The Theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1989.
- _____. **Entre naturalismo e religião**. Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2007.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

- HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- INIGUES, Lupicínio. **Manual de Análise do discurso em Ciências Sociais.** São Paulo, Vozes, 2004.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- JOLÉ, Michèle **Espaces publics et cultures urbaines. Actes du séminaires du CIFP de Paris 2000- 2001-2002.** Paris : França. Editora IUP, 2002
- LAMAS, J. M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** São Paulo: Projeto, 2000.
- LAVALLE, Adrián Gurza. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro.** Tese (Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Departamento de Ciências políticas. São Paulo: USP, 2001.
- LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com uma teoria. Apud **Revista Espaço e Debates**, n 46, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito á cidade.** São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Editora Ática, 1991.
- LEITÃO, Lúcia. (Coord.). **As praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças.** Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Obras, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LEME, Maria Cristina da Silva. (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- LIMA, Claudia. **Evoé: História do carnaval das tradições mitológicas ao trio elétrico.** Recife: Editora Raízes Brasileiras, 2001.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. (Org.). **Espaço e cidade: conceitos e leituras.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade** Trad. Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- MACEDO, Silvio; QUEIROGA, Eugênio; ROBBA, Fábio. (Coord). **Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.

- MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Habitação e vizinhança*. Limites de uma privacidade possível in NOVAIS, Fernando (Coord.). **A. História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- MARTINS, José de Souza. (Org.). **(des) figurações. A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole**. São Paulo: editora Hucitec, 2000.
- MARX, Murilo. **Nosso Chão: do sagrado ao profano**. 2.ed. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2002.
- MELO, de Victor Andrade de. Apud MARZANO, Andrea; MELO, de Victor Andrade de. **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio Paulo; FERNANDES, Tânia Maria (Orgs.). **Historia oral: um espaço plural**. Recife: Universitária; UFPE, 2001.
- NOVAES, Adauto (Org). **Tempo e história**. São Paulo: Campanha das Letras. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- NOVAIS, Fernando (Coord) **A. História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e CASTRO GOMES, Ângela Maria. **Estado Novo. Ideologia e poder**. São Paulo: Zahar editores, 1982.
- ONO, Isabela de Carvalho. **Espaço público – uma noção em mutação. Um breve estudo dos atuais espaços de lazer e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- PAIVA, Ângela Randolpho. **O público, o privado e a cidadania possível**. A construção do espaço público brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2002.
- PANERAI, P. *O retorno á cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano: apud **Revista Projeto***, Abril, 1993.
- PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Ed. Marca D'água, 1996.
- PESAVENTO, Sandra J. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes et al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Orgs.). In: **Sistema de espaços públicos**. O cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. São Paulo: Difel Difusão Editorial Ltda. 1989.
- REY, Marcos. Brasil. **Os fascinantes anos 20**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1995.

- RIBEIRO, Luis César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.
- ROIZ, Diogo da Silva. A Nova História Cultural: questões e debates. **Pensamento Plural**. Pelotas, Janeiro-junho 2008, p 181-186.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (Coord). **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª ed: São Paulo: Projeto, 1989.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica, Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.
- SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. São Paulo: Atlântica editora, 2005.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SCHEE, Monica Bahia: FARAH, Ivete. **Arquitetura Paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo. Editora Senac, 2010.
- SIMMEL. Geog. **Sociologia**. (Org.). FILHO, Evaristo de Moraes. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **O fenômeno urbano**. (Org.). VELHO, Otávio Guilherme. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- SCOCUGLIA. Jovanka Baracuhy. **Sociabilidades, espaço público e cultura**: usos contemporâneos na cidade de João Pessoa. Tese (Doutorado em Sociologia) departamento de Sociologia. Recife: UFPE, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**; sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Campanha das letras, 1992.
- _____. apud NOVAIS, Fernando (coord) **A. História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das letras, 1995.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. Colônia, Império, República. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2000.
- SILVA, Francisco de Assis e BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1993.
- SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SIMMEL, Geog. **Sociologia**. Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA FILHO, Alípio. **Michel de Certeau**. Fundamentos de uma sociologia do poder. Sociabilidades. São Paulo/SP, v.2, p.129-134, 2002.

TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (org) **Sistema de espaços públicos**. O cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

TRENDICH, Patrícia. O conceito de Habermas na concepção de J. Habermas. **Revista Direito, Estado e Sociedade**. nº 11. Rio de Janeiro, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- **RECIFE e PERNAMBUCO.**

ALMEIDA, Érika Audet de. **A articulação dos Espaços Públicos no Recife do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFPE, 2001.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfoses**. Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) Departamento de Ciências Geográficas, UFPE, 2005.

ALERGO, Edvaldo. **Recife de ontem e de hoje**. Recife: Edificantes, 2007.

ANDRADE, Juraci. Recife, catedral onde reza o Brasil. In: MENEZES, Fernando. (Org.). **Recife Paixão e tragédia**. Recife: EDUFPI, s.d.

ANPUR. Encontro Nacional da ANPUR. **Anais do VI Encontro nacional**. Brasília, 1995.

ARRAIS. Raimundo. **O pântano e o riacho**. A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2004.

_____. **A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Cardoso e Austragésimo**. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

ARAÚJO, Rita de Cássia. **Festas: máscaras do tempo**: Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife - Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

- ARAÚJO, Rita de Cássia. **As praias e os dias**. História social das praias de Recife e Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. **Um tempo do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1978.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Imprensa: repressão e censura nos anos 30 em Pernambuco. In: **Revista do Arquivo Público**. Vol 42, nº 47. Recife, Dezembro de 1997.
- ALVES DA MOTA. No **tempo do bonde elétrico**. Recife, 1997.
- BARROSO, Napoleão. Os ventos trouxeram o Graf Zeppelin. In: MENEZES, Fernando. (Org.). **Recife Paixão e tragédia**. Recife: EDUFPI, s.d.
- BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- BELO, Cecília Boeckmann. **O bairro de Santo Antônio: um novo olhar sobre a avenida Guararapes**. Monografia (Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA) Departamento de Arquitetura. Recife, 2008.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. **A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos**: um recorte no centro expandido do Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura.. Recife: UFPE, 1995.
- _____ **Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas**: o exemplo da área central do Recife. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 11, pp.35-50, 2002
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao Catimbó: Práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. Tese (Doutorado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2001.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do corpo santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife. Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife: Ponto de Encontro**. Recife: Ed. do autor, 1999.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas**. se essas ruas fossem minhas.... Recife: Edições Edificantes, 2002.
- COUCEIRO, Sílvia. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Tese (Doutorado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2003.
- COSTA, Valéria Gomes da. **É do dendê! Histórias e memórias da nação Xambá no Recife (1950-1992)**. Recife: ANNABLUME, 2009.
- DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde**: jardins de Burle Marx. São Paulo: Editora Senac, 2009.

- DUARTE, Clarissa. **O desenho de coexistência : Impacto das políticas de planejamento urbano no uso do espaço público** – eixos urbanos de uma cidade no Brasil: Dissertação de Mestrado (Université Paris 1) – Paris: Panthéon Sorbonne, 2005.
- FERREIRA, Ascenso. **Ensaio Folclóricos. O maracatu, presépios e pastoris, o bumba-meu-boi**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1986.
- FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- FREITAS, Cândida. **O Parque 13 de Maio na modernização do Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife: UFPE, 2006.
- FREITAS, Ruskin Marinho de. **Entre a saudade e a promessa**. Práticas espaciais cotidianas atuais em espaços de Lazer. Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) Departamento de Ciências Geográficas. Recife: UFPE, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. 4 ed. Recife: Editora Rio de Janeiro, 1968.
- FONSECA, Edson Nery da. **O Recife de Manuel Bandeira**. Recife: Pool Editorial S/A, 1986.
- GARCIA, Carlos. Tiros na praça. A ditadura agoniza. In: MENEZES, Fernando. (Org.). **Recife Paixão e tragédia**. Recife: EDUFPI, s.d.
- GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana e Mucambópolis: O Estado Novo e a cidade do Recife. décadas de 30 e 40**. Dissertação. (Mestrado em História) Departamento de História, Recife: UFPE , 1997.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Espaço, Planejamento e Gestão dos Serviços Públicos – Uma abordagem geográfica na Região metropolitana do Recife**. Dissertação (Mestrado em Ciências Geográficas) CFCH/UFPE, 1989.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de Paisagens na Cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, 2006.
- HUANG, Tereza Barbosa. **Lembranças do futuro. Recife a espera do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Recife: UFPE, 1996.
- JORGE, Ester Rodrigues da Costa. **Os significados das pontes na paisagem do centro do Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife. UFPE, 2007.
- LEITE, Isabela. **O ambiente cultural do Recife modernista**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife, UFPE, 1999.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- LEMONS FILHO. **Clã do açúcar**. Recife: 1911-1934. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

- LIMA, Claudia. **Evoé. História do carnaval**. São Paulo: Mart Shopping, 2001.
- LUBAMBO. Cátia. **O bairro do Recife no início do século**. Uma experiência de modernização urbana. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, Recife: UFPE, 1988.
- MACIEL, Caio. Transfigurações do espaço público numa cidade-estuário: Rios, pontes e outras paisagens metonímicas do Recife. In: BERDOULAY, Vicent; GOMES, Paulo César da Costa LOLIVE, Jacques. **L'espace publique à l'épreuve: Regressions et émergences**. Pessac, Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine – MSHA, França, 2004.
- MELO, Mario Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**. O caso do Recife. Recife: UFPE, CFCH, Departamento de Ciências Geográficas, 1978.
- MELO, Vera Lúcia Mayrink Oliveira. **Um recorte da paisagem do Rio Capibaribe seus significados e representações**. Tese (Doutorado em Ciências Geográficas). Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MELO, Alcília Afonso de A e. **Revolução na Arquitetura: Recife, Década de trinta**. Teresina: EDUFPI, 2001.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **A tragédia dos blindados. Um episódio da Revolução de 30 no Recife**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, FUNDARPE, 1991.
- MENEZES, José Luiz Mota. (org) **Atlas Histórico e cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.
- MENEZES, Fernando. (Org.). **Recife Paixão e tragédia**. Recife: EDUFPI, s.d.
- MENEZES, Fernando. **Coisas do Recife**. Recife: Editora Bargaço, 2003.
- MESQUITA, Liana de Barros. **Memórias dos verdes urbanos do Recife**. Cadernos de Meio Ambiente do Recife, V.1, n.1, p.11-58, abr-jun, 1998.
- MOREIRA, Fernando Diniz. **A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife: UFPE, 1994.
- _____. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). In: ANPUR. **Anais do VI Encontro Nacional**. Brasília, 1995.
- MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva. (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- MOTA, Mauro. **O Be-a-Bá de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1991.
- OUTTES, Joel. **O Recife: Gênese do urbanismo. 1927-1943**. Recife: Editora Massangana, 1997.

- PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife: ontem e hoje**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed Massangana, 1984.
- PARAÍSO, Rostand. **O Recife e a segunda guerra**. Recife: Comunicarte, 1995.
- _____. **Antes que o tempo apague**. Crônica dos anos 40 e 50. Recife: Editora Comunicarte, 1996
- _____. **Esses ingleses...** Recife: Edições Bargaço, 1997.
- _____. **A indefinível cor do tempo**. Recife: Editora Bargaço, 1998.
- _____. **A velha Rua Nova e outras histórias**. Recife, Edições Bargaço, 2002.
- _____. **A Esquina do Lafayette** (e outros tempos do Recife). Recife: Edições Bargaço, 2010.
- PESSOA DE MELLO, Ricardo Jorge. **A arquitetura do edifício na arquitetura da cidade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife: UFPE, 2002.
- PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal**. Recife: Taperoá Editora, 1986.
- PONTUAL, Virginia. **O saber urbanístico no governo da cidade**: uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950. Tese (Doutorado), Departamento de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUSP, 1998.
- _____. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- PONTUAL, Virgínia e SÁ CARNEIRO, Ana Rita. (org) **História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bargaço, 2005.
- RABELLO, Evandro. **Memórias da folia**. O carnaval do Recife pelos olhos da imprensa 1822/1925. Recife: Funcultura, 2004.
- REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: Histórias de uma cidade**. 2 ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- _____. (Org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- _____. **(des)encantos modernos**. Histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: Fundarpe, 1997.
- REAL, Katarina. **Eudes, o rei do maracatu**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2001
- ROCHA, Edileuza da. **Guia do Recife**. (Org.). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2004.
- ROCHA, Tadeu. **Roteiros do Recife**. (Olinda e Guararapes) 3 ed. Recife: Gráfica Ipanema, 1967.

- ROLIM, Ana Luisa. **A modernidade nos subúrbios do Recife ou de como surge o edifício suburbano moderno**: o caso de Casa Amarela, afogados e encruzilhada. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Recife: UFPE, 1999.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: UFPE, 2000.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx. In PONTUAL, Virgínia e SÁ CARNEIRO, Ana Rita. (org) **História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bargaço, 2005.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; et al **Refletindo sobre a vida nas cidades brasileiras** (Reflecting on life in the urban landscape of brasilian cities), Apresentação de Trabalho Científico (Comunicação Oral) no International Conference for Integrating Urban Knowledge & Practive/ Life in the Urban Landscape. Suécia, Junho 2005.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **A produção paisagística brasileira entre 1930 e 1976**. In: SCHEE, Monica Bahia: FARAH, Ivete. **Arquitetura Paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo. Editora Senac, 2010.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Parque e paisagem**: um olhar sobre o Recife. Recife: Editora Universitária de UFPE, 2010.
- SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás**: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). Tese (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.
- SILVA, Aline de Figueirôa. Os princípios artísticos dos jardins de Burle Marx no Recife. In: PONTUAL, Virgínia e SÁ CARNEIRO, Ana Rita. (Org.). **História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bargaço, 2005.
- SILVA, Aline Figueirôa. **O projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- SILVA, Aline Figueirôa. **Jardins do Recife**: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937). Recife: CEPE, 2010.
- SETTE, Mario. **Arruar**: História Pitoresca do Recife Antigo. Recife: Secretaria do Estado de Pernambuco, 1979.
- SÉRGIO LORETO SEU GOVERNO EM PERNAMBUCO. História de um quatriennio calamitoso (1922-1926). Rio de Janeiro: Typ dos Anares, 1926.
- SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Recife: UFPE, 2002.
- SOUZA BARROS. **A década de 20 em Pernambuco**. Uma interpretação. Rio de Janeiro, 1972.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Engenhos de sons, imagens e palavras. Ditadura e propaganda na primeira metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2000.

_____. **Sonhos de Nabucodonosor.** Aspectos da propaganda do estado Novo Pernambucano. Tese (Doutorado em História) Departamento de História. Recife: UFPE, 2005.

SOUZA NETO, E. N. Entre boys e frangos. **Análise das performances de gênero dos homens que se prostituem nas ruas do Recife.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFPE, 2009.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo. (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1992.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade.** Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Recife: UFPE, 1994.

TORRES, Fernanda Von Schmalz. **Quando os tambores calam... Uma proposta de Requalificação do Pátio do Terço.** Trabalho de Graduação. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 2001.

WANDERLEY, Guilherme Eustorgio. **Tipos Populares do Recife antigo.** Recife: Colégio Moderno, 1954.

- **SITES**

AGRA, Luciano. **A cultura popular no campo da Histografia.** Disponível em <http://www.webartigos/articles>. acessado em maio de 2010.

SANTOS FILHO, Raphael David. **Espaço urbano contemporâneo:** as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. Disponível em www.arquitextos.com.br. Acessado em dezembro, 2008.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins e LIMA, Ivaldo Marciano de França Lima. **Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000).** Disponível em www.cchla.ufpb/saeculum, 2006 acessado em setembro de 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França Lima. Entre Pernambuco e a África. **História dos maracatus nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000).** Tese (Universidade Federal Fluminense) Programa de Pós Graduação em História, maio de 2010. Disponível em <http://www.Historia.uff.br/stricyo/td/1250.pdf>. acessado em setembro de 2010.

RIBEIRO DOS SANTOS, Mário. **Festeiros e Devotos: perseguição e repressão na batalha da construção do corpo submisso**. Disponível em: <http://www.historiae.com.br> acessado em setembro de 2010.

- **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR 10520/2002; NBR 6023/2002; NBR 6024/2003, NBR 6027/2003 e NBR 14724/2005.

RECIFE. **Lei 1.051** Recife. 1919. (PCR)

RECIFE. **Lei 374** Recife, 1936.(PCR)

Album: Catálogo Oficial da Exposição Nacional de Pernambuco. Recife: Oficinas Gráficas. Diário da Manhã. (BCB)

- **FONTES BÁSICAS CONSULTADAS**

- **LOCALIZAÇÃO**

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE – Recife.

Biblioteca Pública Estadual Presidente Castelo Branco. BCB – Recife.

Fundação de Cultura Cidade do Recife – Acervo Iconográfico (Museu da Cidade do Recife, Forte das 5 Pontas) PCR - Recife.

Fundação Joaquim Nabuco- INDOC – CEHIBRA - Recife

- **PERIÓDICOS (FUNDAJ)**

REVISTA de Pernambuco. Recife: Publicação do Governo do Estado de Pernambuco. Governador Sergio Lôreto. Anos consultados:

ANNO 1. 1924 (nº 1 - julho a nº 6 - dezembro)

ANNO 2. 1925 (nº 7 - janeiro a nº 18 - dezembro)

ANNO 3. 1926 (nº 19 - janeiro a nº 28 - outubro)

REVISTA da Cidade. Recife. Empreza Graphico Editora. Anos consultados:

ANNO 1. 1926 (nº 1 - 29 maio a nº 31 - 25 dezembro)

ANNO 2. 1927 (nº 32 - 1 janeiro a nº 80 - 3 dezembro)

REVISTA Contraponto. Oficina do Jornal do Comércio. Anos consultados:

ANNO 1. 1946 (nº 2 - agosto)

ANNO 2. 1947 (nº 5 - junho)

ANNO 3. 1948 (nº 7 - março)

REVISTA A Pilheria. Typografia do Jornal do Recife. Anos consultados:

ANNO 5. 1924-1925 (nº 156 - 20 setembro de 1924 a nº 204 - 22 agosto de 1925)

ANNO 6. 1925 (nº 205 - 29 agosto de 1925 a nº 222 - 24 dezembro de 1925)

ANNO 7. 1926 (nº 223 - 2 janeiro de 1926 a nº 274 - 25 dezembro de 1926)

REVISTA Pra você. Empresa do Diário da Manhã. Anos consultados:

ANNO 1. 1930 (nº 1 – 22 fevereiro de 1930 a nº 16 – 7 junho 1930)

ANNO 2. 1930 a 1933 (nº 17 – 14 junho de 1930 a nº 24 – 9 janeiro 1933)

ANNO 3 . 1933 (nº 25 – 26 janeiro a nº 33 - 29 julho)

REVISTA Rua nova. Oficina do Jornal do Recife. Anos consultados:

ANNO 2. 1924 a 1925 (nº 5 – julho 1924 a nº 75- outubro 1925)

REVISTA Vitrine. Confecção Gráfica do Jornal do Recife da Empresa Diário da Manhã.
Anos consultados: 1940 a 1944.

REVISTA do Norte. Ano Consultado: 1926.

BOLETIM da cidade e Porto. Recife: Edição da Diretoria de Estatística e Turismo da Prefeitura do Recife. Anos consultados:

1941 (nº 1)

1942 (n 5 e nº 6)

1943 (nº 7 e 8)

1944 (nº 11 a 14)

1945 (nº 15 a 18)

ANNUÁRIO de Pernambuco. Resumo estatístico e descritivo das actividades pernambucanas em seus vários aspectos. Recife: Oficinas do Diário da Manhã. Anos consultados: 1934 a 1936.

ANUÁRIO do Carnaval de Pernambuco 1938. Recife. Publicação da Federação carnavalesca de Pernambuco, 1938, acervo FUNDAJ.

ALMANACH de Pernambuco – Recife: Imprensa Industrial. Anos consultados:

ANNO XXIV. 1922

ANNO XXV. 1923.

ANNO XXVI. 1924.

ANNOXXVII. 1925.

ANNO XXVIII 1926.

- **JORNAIS**

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. (APEJE)

- **JORNAL FOLHA DA MANHÃ:** Hemeroteca (1938-1942)

1938. Jan/fev: Edição matutina

1938. mar/abril: Edição matutina

1938. maio/junho: Edição matutina

1938. mar/abril: Edição verpertina

1938. maio/junho: Edição verpertina

1939. mar/abril: Edição matutina

1939. maio/junho: Edição matutina

1939. julho/agosto: Edição matutina
 1940. novembro/dezembro: Edição matutina
 1940. janeiro/fevereiro: Edição matutina
 1940. janeiro/março: Edição verpertina.
 1940. outubro/dezembro: Edição verpertina

A TRIBUNA: Caderno especial do Congresso Eucarístico Nacional.

1939. setembro.
 1940. agosto e setembro.

- **ICONOGRAFIAS**

FUNDAJ.

Coleção Benício Dias.
 Coleção Manoel Tondella.
 Coleção José de Paiva Crespo
 Coleção Alexandre Berzin. Anos 40 e 50
 Revolução de 30
 Arquitetura e Urbanismo
 Katarina Real

MUSEU DA CIDADE DO RECIFE.

Livro de Tombo nº 1 à nº 16.

- **FILMES**

Veneza Americana da Pernambuco Filmes (FUNDAJ)
 As Grandezas de Pernambuco da Olinda Filmes (FUNDAJ)
 Cenas do Recife antigo: décadas de 1920 a 1940 (FUNDAJ /autores: Ugo Falangola e Cambieri e restaurado no Laboratório da Cinemateca Fundação Brasileira São Paulo)